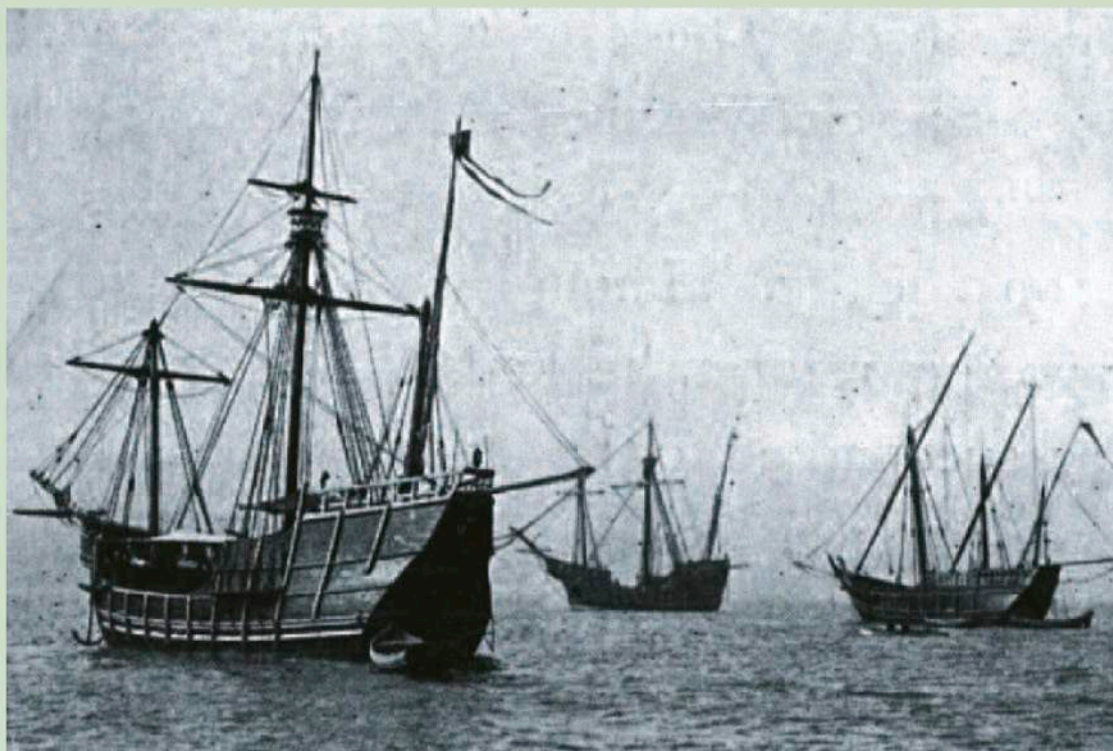


Programa de Formação da CNTE
Um novo conceito de atuação sindical

Economia Política



João Orlando Flores Maciel



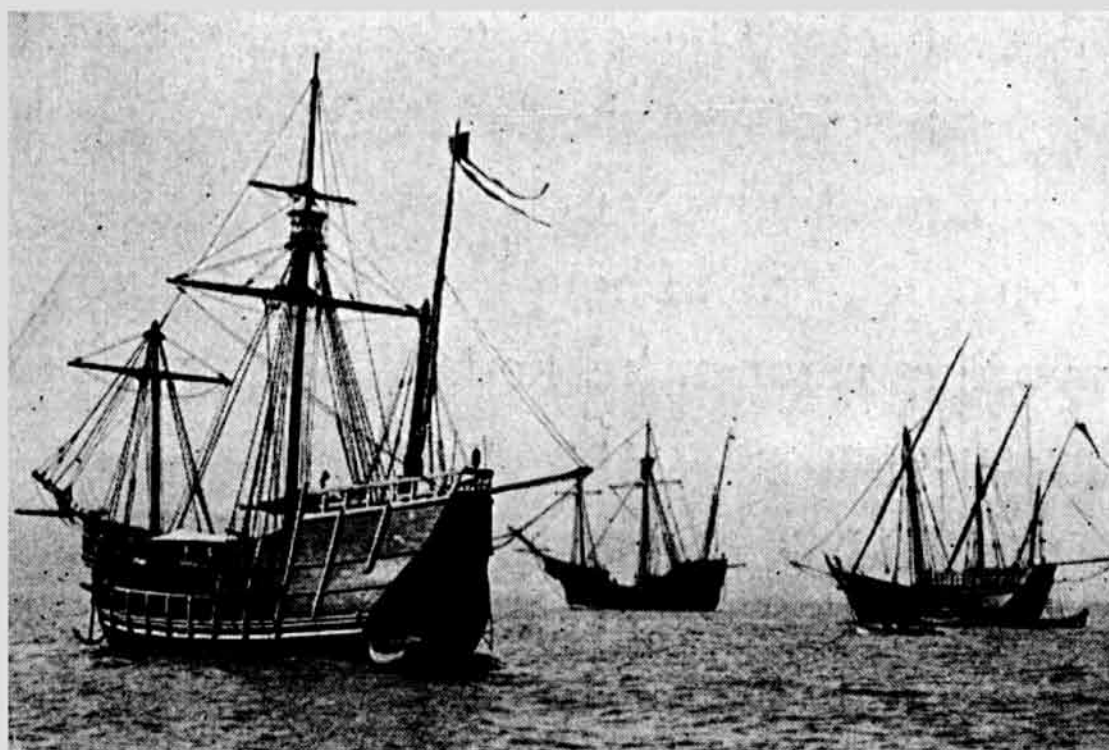
Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil



Programa de Formação da CNTE
Um novo conceito de atuação sindical

Economia Política



João Orlando Flores Maciel



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
® www.cnte.org.br

Brasil



Formação de Dirigentes Sindicais
Fascículo 3 - Economia Política

Eixo 1

Gestão 2011/2014

Direção Executiva da CNTE

Presidente

Roberto Franklin de Leão (SP)

Vice-Presidente

Milton Canuto de Almeida (AL)

Secretário de Finanças

Antonio de Lisboa Amancio Vale (DF)

Secretária Geral

Marta Vanelli (SC)

Secretária de Relações Internacionais

Fátima Aparecida da Silva (MS)

Secretário de Assuntos Educacionais

Heleno Araújo Filho (PE)

Secretário de Imprensa e Divulgação

Alvisio Jacó Ely (SC)

Secretário de Política Sindical

Rui Oliveira (BA)

Secretário de Formação

Gilmar Soares Ferreira (MT)

Secretária de Organização

Marilda de Abreu Araújo (MG)

Secretário de Políticas Sociais

Marco Antonio Soares (SP)

Secretária de Relações de Gênero

Isis Tavares Neves (AM)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE)

Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Ana Denise Ribas de Oliveira (PR)

Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

Maria Antonieta da Trindade (PE)

Secretária de Assuntos Municipais

Selene Barboza Michielin Rodrigues (RS)

Secretário de Direitos Humanos

José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)

Secretaria Executiva

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Secretaria Executiva

Odair José Neves dos Santos (MA)

Secretaria Executiva

José Valdivino de Moraes (PR)

Secretaria Executiva

Joel de Almeida Santos (SE)

Suplentes

Carlos Lima Furtado (TO)

Janeayre Almeida de Souto (RN)

Rosimar do Prado Carvalho (MG)

João Alexandrino de Oliveira (PE)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Francisco de Assis Silva (RN)

Denise Rodrigues Goulart (RS)

Alex Santos Saratt (RS)

Conselho Fiscal - Titulares

Mario Sergio F. de Souza (PR)

Ivaneia de Souza Alves (AP)

Rosana Sousa do Nascimento (AC)

Berenice Jacinto D'arc (DF)

Jakes Paulo Félix dos Santos (MG)

Conselho Fiscal - Suplentes

Ida Irma Dettmer (RS)

Francisco Martins Silva (PI)

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

Coord. do Depto. de Funcionários da Educação (DEFE)

Edmilson Ramos - Lamparina (DF)

Coord. do Depto. de Especialistas em Educação (DESPE)

Maria Madalena A. Alcântara (ES)

Endereço CNTE

SDS Ed. Venâncio III, salas 101/106, Asa Sul, CEP 70393-900, Brasília-DF, Brasil.

Telefone: + 55 (61) 3225-1003 Fax: + 55 (61) 3225-2685 E-mail: cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

Entidades Filiadas à CNTE

SINTEAC/AC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
SINTEAL/AL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SINTEAM/AM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
SINSEPEAP/AP - Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá
APLB/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
SISPEC/BA - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari
SISE/BA - Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso
SINDIUTE/CE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará
APEOC/CE - Sindicato dos Professores e Servidores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará
SAE/DF - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal
SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SINDIUPES/ES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
SINTEGO/GO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
SINPROESEMMA/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Estadual e Municipais do Maranhão
SINTERPUM/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon
Sind-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
FETEMS/MS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
SINTEPP/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SINTEP/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
SINTEM/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa
SINTEPE/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SIMPERE/PE - Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife
SINPROJA/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Jaboatão dos Guararapes
SINPMOL/PE - Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda
SINTE/PI - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
SINPROSUL/PI - Sindicato dos Professores Municipais do Extremo Sul do Piauí
APP/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
SISMMAC/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
SISMMAR/PR - Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte
SINTERO/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
SINTER/RR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima
CPERS-SINDICATO/RS - Centro dos Professores do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação
SINTERG/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande
SINPROSM/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria
SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina
SINTESE/SE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe
SINDIPEMA/SE - Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju
AFUSE/SP - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
APEOESP/SP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
SINPEEM/SP - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
SINTET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins

© 2011 CNTE

Qualquer parte deste caderno pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <<http://www.cnte.org.br>>

Coordenação: Gilmar Soares Ferreira - Secretário de Formação da CNTE
Heleno Araújo Filho - Secretário de Assuntos Educacionais

Equipe de edição: Claudia Santiago, Marina Schneider, Sheila Jacob, Luisa Santiago e Ana Lúcia Vaz

Secretaria Executiva: Marcelo Francisco Pereira da Cunha

Secretaria Administrativa: Cristina S. de Almeida

Projeto gráfico e editorial: Vito Giannotti

Capa e diagramação: Daniel Costa e Frisson Comunicação

Ilustrações: Latuff / Hélio Arakaki

1ª Edição: Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), em 2000.

Revisão para a 2ª Edição: Escola Centro-Oeste de Formação da CUT (ECO/CUT), em janeiro de 2007.

*Esta publicação obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa.
Foi feito depósito legal.*

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Maciel, João Orlando Flores.

Economia política: programa de formação da CNTE: um novo conceito de atuação sindical / João Orlando F. Maciel. -- 3ª ed. -- Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2011.

103 p. — (Formação de dirigentes sindicais, eixo 1, fascículo 3)

ISBN Impresso: 978-85-64766-05-1

ISBN Eletrônico: 978-85-64766-06-8

1. Ensino sindical. 2. Economia Política. I. Título. II. Série. III. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

CDU: 330.101(072)

SUMÁRIO

Apresentação	7
Introdução	9
CAPÍTULO 1	
Síntese da evolução do pensamento econômico	12
A • O pensamento econômico na Grécia Antiga	13
B • O pensamento econômico na Roma Antiga	15
C • As classes trabalhadoras na Grécia e Roma Antigas	16
D • O pensamento econômico na Idade Média	17
E • O pensamento econômico mercantilista	19
F • A fisiocracia	21
CAPÍTULO 2	
O Surgimento da Economia Política como ciência	24
A • Os pais do liberalismo	25
B • A Escola Clássica Liberal	26
1 • Adam Smith (1723-1790)	28
2 • David Ricardo (1772-1823)	32
3 • John Stuart Mill (1806-1873)	33
C • Princípios teóricos da Economia Política Clássica	34
D • O valor na Escola Clássica Liberal	39
E • A repartição da Renda	44
CAPÍTULO 3	
A Economia Política de Karl Marx	48
A • Concepções teóricas de Karl Marx (a crítica aos liberais)	50
B • O Valor em Marx	52
C • O excedente econômico e a Mais-Valia	54
D • Acumulação de Capital	57
E • Repartição da Renda	60
F • A Moeda na análise marxista	62
CAPÍTULO 4	
A Teoria Econômica Neoclássica (Marginalista)	68
A • Os Neoclássicos e a Teoria do Valor Utilidade	70
B • Os Neoclássicos e a Produção	71
CAPÍTULO 5	
Keynes e a Economia Política do Século XX	72
CAPÍTULO 6	
Neoliberalismo (ou novo frenesi liberalista)	76
ANEXO I - O Nacional-Desenvolvimentismo	85
Anexo II - A Fábula das Abelhas	98
Mensagem final da CNTE	99
Indicações de filmes	100
Referências	102

CADERNO DE RESOLUÇÕES

Disponível no site da CNTE:

www.cnte.org.br



O PNE NA VISÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO

O caderno contém as resoluções oriundas de diferentes forças políticas aprovadas nas plenárias do 31º Congresso da CNTE. Nos próximos anos, as instâncias da CNTE se empenharão para consolidar os encaminhamentos congressuais, cuja divisão é a seguinte: Conjuntura Internacional e Nacional; Política Sindical; Política Educacional; Plano de Lutas e Políticas Permanentes. O Balanço Político constituiu um registro da gestão anterior e as Moções expressam as posições da categoria sobre temas e acontecimentos de relevância no mundo político, sindical e educacional.

APRESENTAÇÃO

Após um período de discussão, de forma participativa, como é tradição na CNTE, temos o prazer de apresentar, não apenas aos trabalhadores e trabalhadoras em educação, mas ao conjunto da classe trabalhadora do Brasil, o nosso Programa de Formação.

A principal peculiaridade deste Programa é ser, todo ele, **concebido e estruturado pelos trabalhadores e trabalhadoras em educação**. Ele parte da concepção de uma Educação Integral e de uma proposta político-metodológica pautada pela compreensão de sujeito e de realidade como totalidades históricas, do trabalho como princípio

educativo e da construção coletiva do conhecimento.

Para nós, esses aspectos são relevantes na implementação do Programa, que não se restringe apenas ao objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre os conteúdos políticos, sociais e históricos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

O principal é possibilitar que os trabalhadores e trabalhadoras em educação tenham uma visão crítica da realidade concreta, das relações sociais e do mundo em que estão inseridos.

Que se percebam como sujeitos da história.

Sujeitos capazes de analisar a realidade, elaborar propostas para a sua transformação e agir, coletivamente, com consistência no dia a dia educacional e sindical.

O Programa de Formação da CNTE possui quatro grandes eixos:

- 1** Concepção Política Sindical
- 2** Formação de Dirigentes Sindicais
- 3** Planejamento e Administração Sindical
- 4** Temas Transversais

O primeiro eixo é composto pelos seguintes fascículos:

- 1** Introdução a Sociologia
- 2** Teoria Política
- 3** *Economia Política*
- 4** Movimento Sindical e Popular no mundo
- 5** Movimento Sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no Brasil

A publicação dos fascículos só foi possível em parceria com o SINTEP/MT (Sindicato dos Profissionais da Educação Pública do Estado de Mato Grosso), que disponibilizou, para a CNTE, os textos elaborados para o Programa de Formação do SINTEP/MT. Os textos foram revisados e atualizados para o nosso Programa.

Agora, com o Programa assumido pela CNTE, serão mais nove fascículos contidos no Programa a serem elaborados e colocados à disposição do conjunto das entidades filiadas à Confederação, num esforço de proporcionar a Formação Político-Sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação Pública no Brasil.

É com grande satisfação que apresentamos este fascículo de Economia Política.

Este material, como todos os outros, servirá de apoio aos participantes nas atividades desenvolvidas pela Formação Sindical. Os temas abordados, neste fascículo e nos demais, proporcio-

narão a todos e todas, fundamentações teóricas e metodológicas, ferramentas fundamentais para o enfrentamento qualificado no movimento sindical e popular.

Desejamos que os debates, as leituras e os estudos em grupo proporcionem transformações no nosso cotidiano, bem como, na construção de um sindicalismo classista e de luta, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sucesso para todos nós

A Direção da CNTE

INTRODUÇÃO

A pretensão de explorar o campo da Economia Política na sua totalidade, neste fascículo, correria o risco da dispersão de conteúdo e o conduziria à superficialidade. Se o seu conteúdo tivesse essa pretensão, por certo não conseguiria resposta defensável a qualquer acusação desse gênero. Todavia, **a escolha do seu conteúdo, em cada texto, guiou-se:**

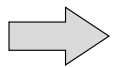
1) Pela noção de que a Economia Política e as controvérsias de que é objeto, tem sentido como resposta a certos problemas essencialmente práticos. Tanto aqueles problemas relativos à natureza quanto os relativos ao comportamento do sistema econômico.

2) Pela compreensão de que o Programa de Formação da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) é voltado para pessoas capazes de ação e pensamento independentes, que veem no serviço à comunidade seu mais importante problema.

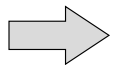
Desde que Freud nos expôs nossa propensão à racionalização e Marx nos mostrou como nossas ideias se originam de ideologias, começamos a nos perguntar: **por que acredito no que acredito?** Esta pergunta envolve a crença de que deve haver alguma resposta a ser encontrada. “O caminho é longo e, por isso, é preciso andar sempre girando para encontrar as raízes da verdade presente em nossas crenças”¹.

Assim, é necessário preencher o hiato, deixado pelos textos do fascículo, instigando o participante a buscar, na sua própria curiosidade e em leituras complementares, as respostas que aqui não encontrar.

Das múltiplas questões que coloco a mim mesmo, na produção do Fascículo, reputo as seguintes como principais:



Como abordar o tema Economia Política numa concepção que facilite a compreensão da realidade extremamente complexa, como é a realidade social?



Como discorrer sobre os fundamentos teóricos da Economia Política, **que permitam, aos(as) leitores(as), o entendimento das extremas desigualdades** que se constituem, por um lado, no mundo faustoso de uma minoria e, por outro lado, no mundo mazelento da maioria excluída do processo econômico?

¹ Robinson, Joan - Contribuições à Economia Moderna (1979) - Pág. 7

Existem dois objetos de possível proposição:

O PRIMEIRO OBJETO de reflexão seria voltado para a realização de **opções, segundo critérios que considerem a inexistência (relativa) de mercadorias que atendessem a todos**, em quantidades necessárias e suficientes, para a existência. Significa dizer que os problemas básicos da realidade econômica podem ser entendidos pela análise dos fenômenos caracterizados pela escassez relativa dos bens econômicos.

O SEGUNDO OBJETO de reflexão seria o estudo

das leis sociais que regem os processos de produção e repartição de bens e serviços.

Alguém poderia dizer que não há discordância significativa entre os dois objetos. Sua defesa assentaria base na alegação de que, toda sociedade organizada produz e distribui bens e serviços, assim como, em toda sociedade organizada existe escassez. Portanto, a escassez e os processos de produção e distribuição são duas manifestações simultâneas que não geram conclusões diametralmente opostas. Todavia, não é assim.

➔ Na perspectiva do estudo dos fenômenos causados pela escassez, a construção teórica propõe à economia um caráter universal e atemporal, aplicado a qualquer sociedade e em qualquer época.

➔ Quanto ao segundo objeto de proposição, a Economia Política se propõe a estudar as leis sociais de produção e distribuição numa perspectiva histórica. Ao mesmo tempo em que admite que seu objeto seja uma totalidade em mutação, trata de enfrentar o fenômeno da exploração e de aprender o processo de transformação das coisas.

Como não temos a pretensão de formar especialistas em ciências econômicas, mas sim contribuir na complementação da cultura ge-

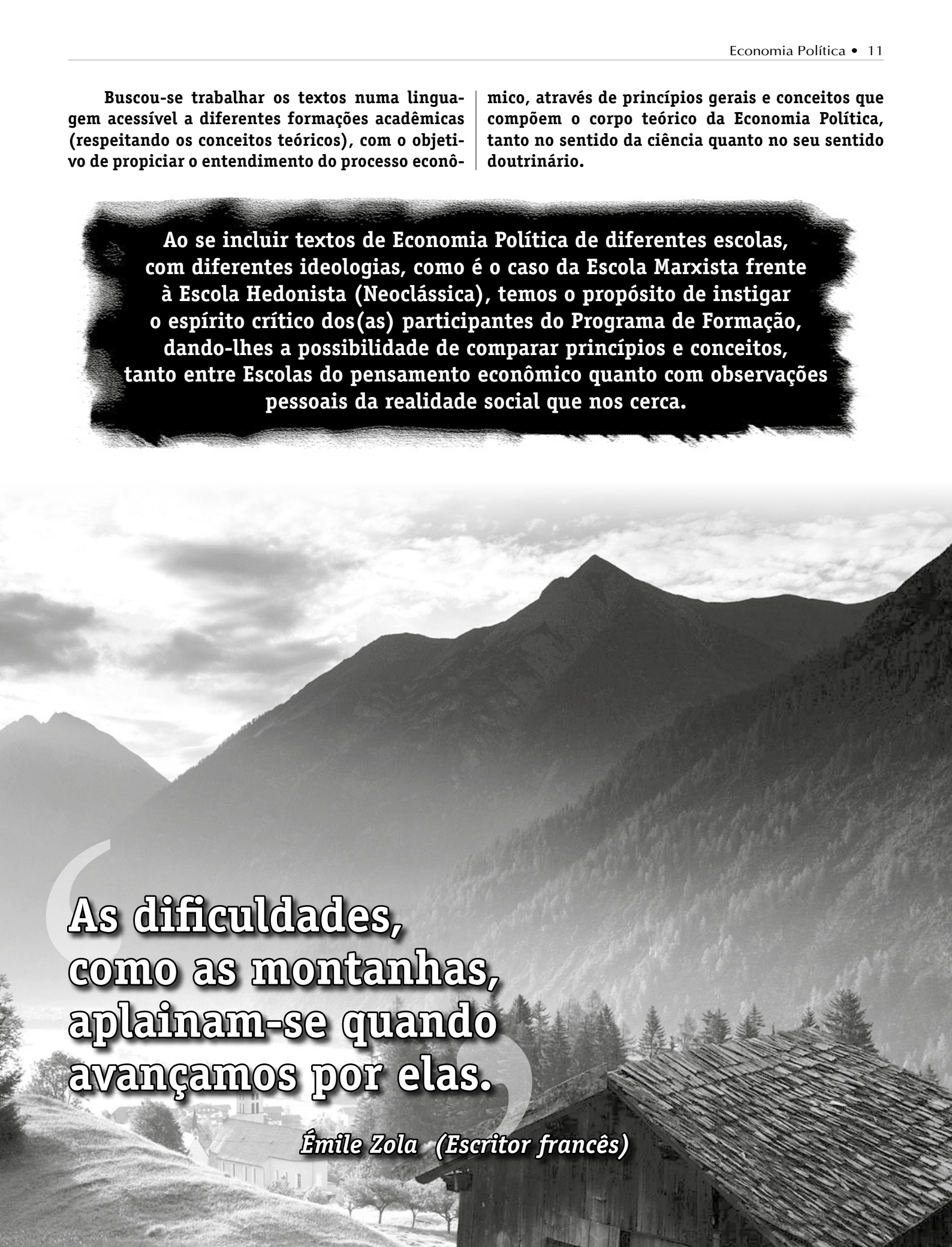
ral dos(as) trabalhadores(as) da educação, os textos que compõem este Fascículo seguirão a seguinte trilha:

- ➔ Da evolução do pensamento da Escola Clássica (século XVIII), precedida de uma síntese do pensamento econômico da antiguidade até esse período.
- ➔ Na sequência, faz-se exposição resumida da concepção marxista da Economia Política, incluindo sua crítica aos economistas clássicos liberais, e exposição dos principais conceitos teóricos desenvolvidos por Karl Marx.
- ➔ Seguindo a evolução do pensamento econômico, expomos uma síntese do pensamento da Escola Neoclássica e da “Teoria Geral” de John Maynard Keynes.
- ➔ Para o período atual, é exposto o princípio do neoliberalismo de Hayek e Mises e de propostas alternativas de modelo político-econômico (A Terceira Via).
- ➔ Finalizando, são apresentadas algumas reflexões sobre a economia brasileira.

Buscou-se trabalhar os textos numa linguagem acessível a diferentes formações acadêmicas (respeitando os conceitos teóricos), com o objetivo de propiciar o entendimento do processo econô-

mico, através de princípios gerais e conceitos que compõem o corpo teórico da Economia Política, tanto no sentido da ciência quanto no seu sentido doutrinário.

Ao se incluir textos de Economia Política de diferentes escolas, com diferentes ideologias, como é o caso da Escola Marxista frente à Escola Hedonista (Neoclássica), temos o propósito de instigar o espírito crítico dos(as) participantes do Programa de Formação, dando-lhes a possibilidade de comparar princípios e conceitos, tanto entre Escolas do pensamento econômico quanto com observações pessoais da realidade social que nos cerca.



**As dificuldades,
como as montanhas,
aplainam-se quando
avancamos por elas.**

Émile Zola (Escritor francês)

CAPÍTULO 1

Síntese da evolução do pensamento econômico

Síntese da evolução do pensamento econômico

A evolução do pensamento econômico - da antiguidade à economia política

No campo do estudo da economia,
o período que se estendeu
da Antiguidade até meados do século XVIII
se caracterizou pela ausência de um pensamento
econômico independente e coerente.

Contudo, pode-se observar que há uma relação de continuidade no pensamento social, desde a Antiguidade até o período do mercantilismo e, em particular, entre

o pensamento social medieval e mercantilista. Esta continuidade irá propiciar, a partir do século XVIII, a concepção do corpo teórico da Economia Política.

A

O pensamento econômico na Grécia Antiga

Mesmo com o surgimento de uma economia de trocas desenvolvida na Grécia antiga, em substituição à economia doméstica, o pen-

samento filosófico predominante impedia estudos independentes das questões econômicas. Isto porque:

**A Filosofia imprimia orientação geral
ao pensamento com base nas seguintes razões:**

➡ Preponderância do geral sobre o particular

A Grécia antiga era formada por cidades independentes, que viviam em permanente estado de guerra umas com as outras, então, os problemas do bem-estar individual ficavam subordinados aos da segurança e da prosperidade gerais.

➡ Igualdade

Predominou, no seu aspecto ético, em todas as manifestações teóricas e práticas do espírito grego. Onde os meios de existência são escassos, alguém somente pode prosperar à custa das perdas de outrem. Nesse espírito de igualdade, as terras (bem escassos na Grécia antiga) deveriam ser distribuídas em partes iguais. Chegou-se a estabelecer a obrigatoriedade de que ricos deveriam se casar com pobres (Decreto de Phaléias, da Calcedônia);

➡ Desprezo à riqueza

Advém da ideia de igualdade. Nas palavras de Platão:

“O ouro e a virtude são como dois pesos colocados nos pratos de uma balança, de tal modo que um não pode subir sem que desça o outro”.

A ideia é que a felicidade das pessoas reside na virtude e a riqueza passa a ser um obstáculo a ela.

É também na Grécia antiga, no período de expansão econômica entre os séculos VIII e VII a.C., que **surgem as primeiras moedas “cunhadas”**, que, mais tarde,

darão origem ao sistema monetário. Note-se que nesse período os gregos se voltam para o mar com a finalidade de comercializar mercadorias. As ideias monetárias da Grécia antiga, em particular as de Aristóteles (384-322 a.C.) estabelecem a distinção entre duas economias.

As duas economias, segundo Aristóteles:

Natural - economia doméstica, que ele julga boa e necessária

Não natural - economia mercantil, censurável por levar o homem a auferir, da troca, um provento. O que é contrário à “natureza”.

Terão forte influência em Karl Marx, quando em *Crítica da Economia Política* examina, separadamente, a “Economia simples” e a “Economia capitalista”. Essa distinção ocupa lugar de destaque em sua obra.

B

O pensamento econômico na Roma Antiga

A Roma antiga foi palco de realizações de grandes obras – destacando-se um notável sistema de comunicações por estradas e aquedutos – e de magníficos trabalhos de arte. Isso **assegurou à cidade tornar-se um grande e atraente mercado**, para onde afluíam produtos e, ainda, possibilitou a criação de poderosas companhias mercantis.

Por outro lado, paradoxalmente, **todas essas atividades não tinham objetivos econômicos para o Estado, tinham, sim, finalidades políticas e militares**. Toda essa estrutura permitia, de forma rápida e segura, deslocar e abastecer suas tropas militares até os mais longínquos pontos do império. O romano, da Roma antiga, era consumidor e não produtor. Faziam com que as províncias conquistadas e escravizadas lhes

suprissem os bens necessários ao seu consumo.

Assim como na Grécia antiga, Roma também apresentava a ausência de um pensamento econômico geral e independente.

Roma subordinava o pensamento econômico ao espírito político predominante na época: a dominação.

Diferentemente dos gregos que, relembra-se, subordinavam-no ao pensamento filosófico.

A riqueza, para os romanos, era apenas um meio de assegurar o domínio e não uma promessa de bem-estar.

Quanto às ideias, no campo econômico, duas tendências devem ser destacadas:

PRIMEIRA: *uma tendência intervencionista*, que exerceu fortes efeitos na economia local e, do ponto de vista social, concorreu para gerar déficit orçamentário do Estado, dar origem à indolência e incentivar fraudes.

SEGUNDA: *uma tendência individualista*, representada pelos jurisconsultos romanos que lançam os fundamentos essenciais do individualismo doutrinário, assentam as bases do direito da propriedade privada e instituem a sistemática do direito das obrigações.

A influência doutrinária do individualismo, entretanto, não se faz sentir, imediatamente, na Economia Política. Somente no século XVIII é que, apoiando-se, em parte, nas bases romanas do direito, desenvolve-se o “liberalismo” nas escolas fisiocrática e clássica.

C

As classes trabalhadoras na Grécia e Roma Antigas

Tanto na Grécia antiga quanto em Roma, a classe trabalhadora compunha-se de escravos, os quais executavam toda sorte de serviços para seus senhores.

Incluía-se nas tarefas dos escravos, inclusive, o trabalho clerical, burocrático e artístico. Em troca do trabalho, o escravo recebia tão somente, a alimenta-

ção e vestuário, em quantidades suficientes para sua sobrevivência. As ideologias dominantes na época justificavam o regime de escravidão.

Filósofos como Platão e Aristóteles, afirmaram que a escravidão era um fenômeno “natural”, o único sistema possível e que sua existência era eterna.



A escravidão deu origem à noção de que o trabalho era indigno. Esta noção desestimulou a atividade inventiva e o progresso tecnológico e deu origem

à decadência econômica na Roma antiga e a um longo período de estagnação econômica, após as invasões bárbaras.

D O pensamento econômico na Idade Média

Do ponto de vista econômico, a Idade Média (Século V a XIV) se caracteriza por dois períodos distintos:

O primeiro período (Século V ao XI) é marcado pelo obscurantismo no campo das ideias e pelo declínio das atividades econômicas (esta última os economistas chamam de grande período

de estagnação). As invasões bárbaras fazem desaparecer a economia antiga e o feudalismo cria, com o fracionamento político, a fragmentação econômica.

Ao longo desse período, a economia se regionaliza em torno dos castelos feudais, as atividades econômicas se restringem à produção rural de subsistência e as trocas tornam-se insignificantes.

No segundo período (Século XII a XIV) as cidades “despertam”, devido à forte ação da igreja e da realeza sobre os senhores feudais a partir do século XI, com propósitos de restabelecer a ordem social

e política. Ressurgem as atividades comerciais, que se intensificam a partir do século XII. Com o surgimento das famosas feiras comerciais, o comércio adquire impulso e se torna inter-regional.

Com o crescimento e enriquecimento das cidades, se desenvolve a burguesia e a classe trabalhadora se liberta do jugo do banditismo e dos senhores feudais.

O pensamento econômico, a partir do século XI, sob a poderosa influência de teólogos, canonistas e moralistas, representados por Santo Anselmo (1033-1109); Santo Tomás de Aquino (1226-1274); Nicole Orésme (1323-1382) e Johan Buridan (1364-1429), entre outros, se assenta em dois princípios:

- **O PRINCÍPIO DA MODERAÇÃO**, que domina a concepção medieval de propriedade e

- **O PRINCÍPIO DE EQUILÍBRIO**, que gira em torno da justiça e subordina o pensamento econômico à moral.

O princípio da Moderação se assenta, primeiro, nos argumentos de ordem individualista que, por um lado, reconhece a propriedade privada como direito natural do homem, por outro lado, impõe deveres ao proprietário por ter, a propriedade, uma função social. Por esta razão, deve-se impedir ao proprietário que abuse dos seus poderes em detrimento da coletividade.

Os excessos de fortuna individuais eram condenados por ofender a moral e por privar a maioria da população dos bens necessários à sua subsistência. Este princípio, que reconhece o direito à propriedade privada, reconhece, também, a desigualdade de condições dela resultante.

Porém, essa desigualdade jamais deveria ser levada a extremos. Teria de ser igualmente moderada. Admite-se, ainda, que certos bens de interesse geral, como estradas, leitos de rios navegáveis etc. escapariam à apropriação privada.

O princípio de equilíbrio, que subordinava o pensamento econômico à moral, **buscava a justiça no sistema de trocas, através de um “equilíbrio” entre**

os interesses em jogo. Nesse sentido, os preços praticados nas trocas teriam que ser preços justos, aplicando-se, igualmente, na determinação do lucro.

Essa noção de preço justo tinha dois pontos de vista: o econômico e o moral. O preço justo a ser praticado seria aquele bastante baixo que permitisse ao consumidor comprar sem ser extorquido e, suficientemente elevado, para que o vendedor tivesse interesse em vender e lhe garantisse viver de maneira decente.

A noção de preço justo é, também, aplicada ao “salário”, remuneração em troca de trabalho prestado, devendo permitir ao(a) trabalhador(a) e sua família viver de acordo com os costumes locais e tradições de sua classe. À época, os salários eram fixados pelas corporações e se constituíam na fixação máxima, objeto de regulamentação oficial (diferentemente do salário mínimo fixado em nossos dias).

O duplo ponto de vista do preço justo (econômico e moral) leva os pensadores da época a buscarem uma base para o valor.

Embora de forma vaga, fazem ligações dos preços com a utilidade das mercadorias e os explicam:

- 1 pelas necessidades das pessoas em adquiri-las
- 2 pela sua raridade



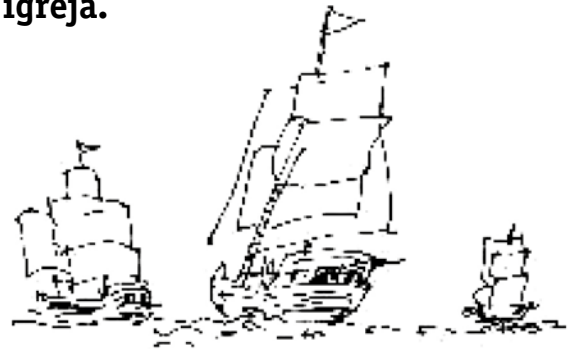
E

O pensamento econômico mercantilista

O termo “mercantilismo” é aplicado ao conjunto de ideias e práticas econômicas vivenciados na Europa, entre os anos de 1450 a 1750, e que representam a ruptura da tutela doutrinária imposta pela igreja.

Desfaz-se o universo mental peculiar ao homem da Idade Média. A igreja deixa de ser a detentora do saber e de seu patrulhamento e assuntos que vão da determinação do preço justo ao conteúdo do pensamento filosófico e as formas de encarar e tratar a pobreza.

Esse período, que se inicia com transformações nos campos político, intelectual e geográfico, assinala **o nascimento dos tempos modernos.**



As grandes navegações se constituem em aplicações práticas a serviço de uma burguesia mercantil em ascensão. Desvendar os segredos e os contornos da Terra passa a ter o objetivo de calcular as oportunidades de lucro. Uma ética de fins toma o lugar de uma ética de valores.

Surge, também, a figura do Estado moderno (século XVI) e a Nação passa a se constituir em organismo econômico. Sob o novo impulso econômico dirigido, o mercado se expande e passa de regional a nacional.

NO ESPÍRITO DA RENASCENÇA, deve-se pensar a Reforma Calvinista² (João Calvino 1509-1564) que exalta o individualismo e a atividade econômica.

- ✓ A condenação à ociosidade e estímulo à atividade econômica
- ✓ A busca do lucro e
- ✓ A justificativa do empréstimo a juros

São exaltações ao individualismo que fazem parte da Reforma e que, mais tarde, a aproximam do capitalismo.

² Sobre a influência da reforma sobre o capitalismo, ver, por exemplo, Max Weber: A ética protestante e o espírito do capitalismo - 15ª Edição - Ed. Pioneira - São Paulo - 2000.

NO CAMPO DO PENSAMENTO ECONÔMICO, o importante fenômeno das transformações geográficas irá determinar **duas consequências essenciais:**

- 1** O desenvolvimento de novas ideias sobre as mutações da moeda
- 2** A concepção do sistema metalista, como base dos sistemas mercantilistas.

No século XVI, os países europeus, por um lado, experimentam um formidável afluxo de metais preciosos que “engordam” os seus tesouros. Por outro lado,

sobretudo a partir de meados daquele século, esses países se ressentem pela elevação dos preços, que desequilibra as condições da vida econômica e social.

Em particular, essas elevações de preços atingem, mais seriamente, a classe dos(as) trabalhadores(as). Mesmo sobrevivendo às ideias medievais do “preço justo” e do “salário justo”, a taxa de salário (salário máximo) é “congelada” em nível imutável, a despeito da crescente elevação do custo de vida.

Dos estudos para se chegar às causas dos aumentos de preços, destaca-se o de Jean Bodin (1530-1596). Ele conclui que a causa do fenômeno se deve ao enorme aumento do estoque monetário metálico. Põe em evidência, portanto, que há uma relação direta entre o movimento do estoque

de metal precioso e os movimentos dos preços. Estas conclusões, mais tarde, irão dar origem à teoria quantitativa da moeda.

É esta mesma abundância de metal precioso que servirá de determinante à concepção central do mercantilismo: o metalismo.

A ideia do metalismo é deduzida da seguinte observação:

“A prosperidade dos países parece estar na razão direta da quantidade de metais preciosos que possuem”.

Os mercantilistas não viam o ouro e a prata como sinônimo de riqueza, mas sim observavam

que este era “o mais perfeito instrumento de aquisição de riqueza”.

Três foram os principais fundamentos da ideia metalista, alma do pensamento mercantilista:

- 1** Associação da moeda à ideia de riqueza
- 2** A durabilidade da riqueza metálica
- 3** A necessidade do dinheiro para se fazer guerra



O período mercantilista não produziu um corpo teórico concebido na existência de leis econômicas. Mas é inegável a produção de abusiva regulamentação econômica em defesa do Estado, que o aproxima daquele idealizado por Hobbes³.

Ao longo dos três séculos da era do pensamento mercantilista, o intervencionismo do Estado culminou exercendo brutal arbitrariedade contra os indivíduos, na medida em que impunha a esses os deveres e, a si,

reservava todos os direitos.

O fim do mercantilismo é marcado por forte crise econômica, que se verifica a partir de 1725, cujos efeitos perversos se fazem sentir na agricultura, vítima de abusiva regulamentação que protegia a indústria e o comércio.

A política mercantilista procurava baixar os preços dos gêneros alimentícios a fim de obter, por meio de salários irrisórios, preços de custo industrial mais favoráveis às exportações. A consequência é evidente:

☞ Miséria rural

☞ Queda de natalidade

☞ Queda das rendas

☞ Redução das áreas cultivadas

As falhas do sistema mercantilista, entre elas, a concepção de que a produção deveria ser considerada apenas em função da prosperidade do Estado, sem se preocupar com a relação entre essa prosperidade e o bem-estar individual, propiciaram clima adequado para o surgimento de uma nova ciência: a Economia Política.

F A fisiocracia

A expansão mercantilista, sustentada pelo excesso de intervencionismo do Estado, ratifica-se, provoca forte crise econômica na Europa, cujas consequências afetaram o setor rural com sérios danos à classe trabalhadora. Uma das primeiras reações ao sistema surge na França, através da chamada Escola Fisiocrática, que postula o setor agrícola (sistema capitalista emergente no setor agrícola francês) como único capaz de gerar excedentes econômicos.

A Escola Fisiocrática surgiu na França, em 1750 e teve curta duração: de 1750 a 1780. Seus principais representantes foram: François Quesnay (1694-1774), considerado o pai da fisiocracia; o Marquês de Mirabeau (1715-1789); Mercier de La Riviera (1721-1793) e o Abade Baudeau (1730-1792).

³ Sobre Hobbes ver Alair Silveira - Fascículo de Teoria Política

O pensamento da Escola Fisiocrática partia do pressuposto que a Terra era a única fonte de riqueza. O comércio era atividade estéril destinada a efetuar a troca de mercadorias.

Assim a geração de uma produção que ultrapassasse os níveis de consumo dos produtos somente poderia vir das atividades agrícolas. Nesse sentido, o capitalismo emergente, passaria a ser uma ordem própria, apenas da agricultura.

Teria que ter uma volta à ordem natural da

sociedade (individualismo) e, esta volta, é sugerida aos fisiocratas pela própria difusão da economia mercantil. Os fisiocráticos identificam, na transformação geral dos produtos em mercadorias, a base da constituição da ordem natural.

Ordem natural: O universo é regido por leis naturais, absolutas, imutáveis e universais, desejada pela providência divina para a felicidade dos homens. Esta ordem natural é solidamente ligada à terra e os fenômenos econômicos devem se processar livres e independentes de qualquer coação exterior. É necessário, portanto, conhecer essas leis naturais e deixá-las atuar.

A sociedade é uma unidade regida por leis necessárias, apenas na medida em que essas leis possibilitem que as atividades econômicas dos homens sejam reduzidas e integradas à unidade, através de um processo que somente a troca de mercadorias (o mercado) pode realizar.

Para se precisar o conteúdo do pensamento fisiocrático e o que ele atribui à ordem natural, se faz necessário ter presente a estrutura da economia francesa em meados do século XVIII. Tratava-se de uma economia eminentemente agrícola, que apresentava traços marcantes do modo de produção capitalista na sua parte

setentrional. Na sua parte meridional, predominava a agricultura camponesa. No confronto entre as atividades manufatureiras (das cidades) e atividades agrícolas, tinha-se a superioridade da agricultura “capitalista”, em termos de capacidade produtiva. **Esta observação sugeria aos representantes da fisiocracia, a tese de que:**

A DIREÇÃO DO TIPO “CAPITALISTA”

(sustentada pelos arrendatários burgueses) se constituía na **mais avançada** e desejável forma de direção.

AS FORMAS CAMPONESAS

eram resíduos de uma era **prestes a ter fim**.

Embora de curta duração, a **fisiocracia** foi a primeira escola do pensamento econômico a assentar, solidamente, o direito de propriedade sobre a noção da utilidade social e a justificar e exaltar a liberdade econômica.

Na sua reação contra o mercantilismo, implantou os marcos do individualismo e do liberalismo, reformulados por Adam Smith e pela Escola Clássica, consubstanciando-se no corpo teórico da Economia política clássica.

*“Do rio que tudo arrasta
se diz que é violento.
Mas ninguém diz
violentas as margens
que o comprimem.”*

Bertolt Brecht

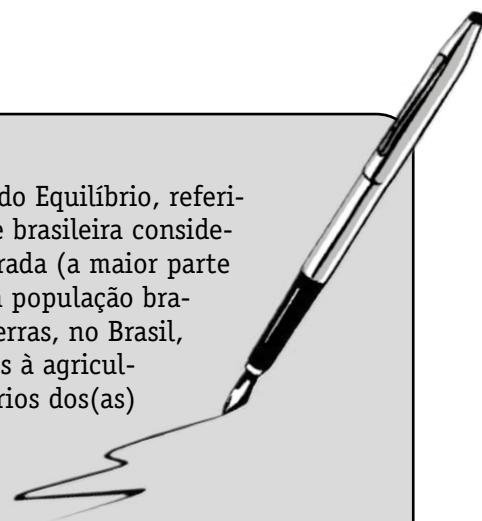
QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1

Tendo como referência, o Princípio da Modernização e o Princípio do Equilíbrio, referidos no pensamento econômico da Idade Média, discuta a realidade brasileira considerando que: a) distribuição de renda no Brasil é altamente concentrada (a maior parte da riqueza nacional está nas mãos de poucos e, quase um terço da população brasileira vive em estado de pobreza absoluta); b) a distribuição de terras, no Brasil, continua concentrada – a maior parte das propriedades, destinadas à agricultura e à pecuária, são latifúndios (grandes propriedades) e c) salários dos(as) trabalhadores(as) brasileiros e seu poder de compra.

2

No período mercantilista, “uma ética de fins toma o lugar de uma ética de valores”. Discuta essa assertiva em termos de enriquecimento através do lucro.



CAPÍTULO 2

Surgimento da Economia Política como ciência

Surgimento da Economia Política como ciência

INTRODUÇÃO:

A

Os pais do LIBERALISMO: Smith, Malthus, Ricardo, e Stuart Mill

No último quarto do século XVIII e início do século XIX, verificou-se, na Europa, uma “explosão” das atividades inventivas no setor industrial. Particularmente na indústria têxtil e na metalurgia.

A Europa e, posteriormente, a América do Norte, transformaram-se em sociedades urbanas, dominadas por grandes cidades manufatureiras, onde “multidões”

de trabalhadores eram submetidas à rigorosa disciplina desumana da produção fabril.

É no decorrer do processo de industrialização, que a visão do mundo individualista subjacente ao liberalismo tornou-se a ideologia dominante do capitalismo.

As ideias do liberalismo clássico se consolidam, definitivamente, no final do século XVIII e no século XIX e passam a dominar o pensamento político, eco-

nômico e social. O credo psicológico dos ideólogos do liberalismo clássico sustentava-se em quatro pressupostos sobre a natureza humana.

Todo homem é...

- ✓ Egoísta
- ✓ Frio e calculista
- ✓ Essencialmente inerte
- ✓ Atomista

✓ O EGOÍSMO

O Egoísmo fazia com que homens competissem entre si, em busca da glória individual.

✓ O CALCULISMO

O caráter calculista da natureza humana baseia-se na ideia de que, embora todas as motivações tenham origem no prazer e na dor, as decisões que os indivíduos tomam, fundamentam-se numa avaliação fria, desapaixonada e racional da situação.

✓ A INÉRCIA

A visão de que os indivíduos seriam, essencialmente, inertes decorre da noção de que a busca do prazer e a rejeição da dor constituem as únicas motivações do homem. Se não encontrassem atividades que lhes proporcionassem prazeres ou se não temessem a dor, ficariam entregues à indolência (inertes).

✓ O ATOMISMO

A noção de atomismo pressupunha que o indivíduo constitui uma realidade mais fundamental que o grupo ou a sociedade. Assim, restrições impostas ao indivíduo eram, por princípio, um mal, somente tolerado se um mal maior pudesse resultar de sua ausência.

B

A Escola Clássica Liberal



Se constitui numa corrente científico-econômica que estabelece as relações existentes entre o liberalismo e a teoria do individualismo.



Estabelece uma identidade entre liberalismo político e liberalismo econômico.



Tem como marco inicial a publicação da *“Riqueza das Nações”* por Adam Smith, em 1776, continuado por Malthus, Ricardo e Stuart Mill, na Inglaterra e por Jean Baptista Say, na França.

Na base do liberalismo econômico da Escola Clássica liberal está o direito à propriedade privada. Cada indivíduo tem o direito à propriedade dos bens de produção e, a ele, detentor dos meios de produção, cabe orientar a produção; produzir e vender livremente – sem intervenção do Estado – os seus produtos no mercado, sendo o lucro a sua recompensa. **Ao(a) trabalhador(a) – aquele que não possui os bens de produção – cabe vender a sua força de trabalho, em troca de salário determinado no mercado.**

MERCADO: conjunto de relações sociais onde se efetuam as trocas de mercadorias.

A Escola Clássica liberal deve a originalidade de suas concepções fundamentais, ratifica-se, a **Adam Smith, Malthus, Ricardo e Stuart Mill**.

Como precursor dessa Escola, **ADAM SMITH** buscou estabelecer as leis naturais explicativas dos fenômenos econômicos e das suas relações.

Sua principal obra “A Riqueza das Nações”, juntamente com a obra de **RICARDO** “Princípios de Economia Política e de Tributação”, constitui-se nos pilares que sustentam, ainda hoje, os corolários do liberalismo.

ROBERT MALTHUS (1766-1843) teve sua obra

“Princípios de Economia Política” (1820) reconhecida, somente no século XX (anos 30), com John Maynard Keynes. À época, a obra (polêmica) mais marcante de Malthus, foi seu ensaio sobre os “Princípios da População” (1798), que tratou as teorias existentes, pela primeira vez, de forma científica.

Já **STUART MILL**, teve sua obra considerada, pelos seus críticos, como “um grande manual de Economia Política”, sob a alegação de que, em parte, “reproduzia” os pensamentos de Smith e Ricardo. Todavia, ela representará a mais clara e completa exposição dos princípios da Escola Clássica Liberal emergente.



1) Adam Smith (1723-1790)



Filósofo, teórico e economista, nascido na Escócia em 1723, dedicou-se, quase exclusivamente, ao magistério. É considerado:

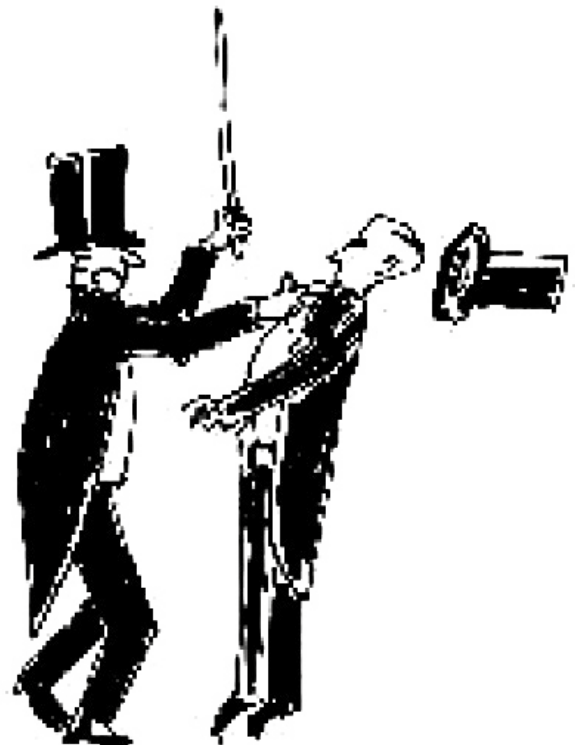
o pai da Economia Política Clássica Liberal.

Seu pensamento filosófico e econômico encontra-se, basicamente, em **“Teoria dos Sentimentos Morais” (1759)** e em **“Riqueza das Nações” (1776)**. Os críticos a essas duas importantes obras de Smith, afirmam haver um paradoxo entre ambas: Na **“Teoria”**, Smith teria como sustentação de sua concepção ética,

o lado simpático da natureza humana; enquanto na **“Riqueza das Nações”** realça a ideia do homem movido pelo egoísmo, constituindo-se este, na força motriz do comportamento humano. Crítica, essa, repudiada e apontada como um falso problema, não havendo descontinuidade de uma obra para outra.⁵

Influências no campo filosófico

No campo filosófico, Adam Smith sofre a influência do filósofo e historiador Francisco Hutcheson, de quem foi aluno. **No Sistema de Filosofia Moral de Hutcheson, Smith irá encontrar numerosas ideias econômicas sobre a divisão do trabalho, valor, preços, moeda e impostos.** Sua linha de pensamento filosófico está, também, vinculada à reação da concepção Hobbesiana de Estado. A maior influência exercida sobre Smith, entretanto, é a de David Hume. Amigos desde a adolescência, já se afirmou que Smith não teria “existido” sem Hume. **David Hume, assim como John Locke⁶, reage à filosofia moral e política de Hobbes: pessimista em relação à natureza humana, que seria essencialmente perversa.**



⁵ Ana Maria Bianchi, (1988) capítulo 5 páginas 101 a 128.

⁶ Sobre Locke Ver Alair Silveira - op cit.

Hume busca identificar o lado “bom” do gênero humano que se sobrepõe ao egoísmo perverso.

Esse lado “bom” seria representado pelos “sentimentos” de...

✓ “benevolência”

✓ “sentido de humanidade” e

✓ “simpatia”

... que se constituem na fonte de juízos morais.

Que são juízos de aprovação para a virtude ou para tudo que seja útil sob o duplo perfil: individual e social. Para Hume, esses “sentimentos” dão origem, também, a um comportamento virtuoso, já que:

O sentimento de “simpatia” leva cada pessoa a trabalhar para o bem dos demais, como a melhor forma de se conseguir um sistema de relações entre os homens que resulte em máxima vantagem para si mesmo.

Smith percebe, nessas ideias, a possibilidade de se explorar um papel, socialmente positivo, oferecido pelo egoísmo.

Influências no campo econômico

No campo econômico, é inegável a influência recebida por Smith, da efêmera Escola Fisiocrática. Tanto que iniciou a escrever a *Riqueza das Nações* durante viagem e permanência na França, por

cerca de dois anos. Durante esse período de permanência na França, manteve contato com os representantes da Escola Fisiocrática, liderados por Quesnay.

Dos pontos de semelhança entre o pensamento smithiano e fisiocrático se destacam:

- ✓ a busca de se estabelecer leis naturais para os fenômenos econômicos e suas relações e
- ✓ a forte reação ao sistema intervencionista do mercantilismo.

As ideias liberais de Adam Smith

Em a *Riqueza das Nações*, elas aparecem, entre outras, na sua **defesa à liberdade irrestrita do comércio**, que deve, não só ser mantida como incentivada, **por suas inegáveis vantagens para a prosperidade nacional**.

Ao Estado caberá manter uma relação de **subordinação** entre os homens e, por essa via, **garantir o direito da propriedade**. Esta concepção envolve a noção smithiana de **fortuna**, **classes** e a ideia de **conveniências e necessidades**.

FORTUNA

A fortuna, para Smith, está fundada no trabalho, tanto no plano individual quanto no plano coletivo. **Diz Smith, que os ricos são movidos pela avareza e pela ambição, enquanto os pobres, pelo ódio ao trabalho, amor ao ócio e preferência pelo desfrute imediato da renda**. Isso gera conflitos e a necessidade do Estado para garantir direitos individuais.

CLASSES

As classes se constituem em:

- ✓ classe dos proprietários
- ✓ classe dos(as) trabalhadores(as), que vivem de salários e
- ✓ classe dos patrões, que vivem do lucro sobre o capital.

SUBORDINAÇÃO

A subordinação, na sociedade, se deve a quatro fatores: qualificações pessoais, idade, fortuna e berço. Este último pressupõe fortuna antiga da família, dando a seus detentores mais prestígio e a autoridade da riqueza aos mesmos.

CONVENIÊNCIAS E NECESSIDADES

Smith discrimina dois tipos de mercadorias: **as de consumo necessário e as luxúrias**.

O primeiro grupo compreende aquelas **mercadorias absolutamente imprescindíveis à subsistência humana** e aquelas que o costume determina. Quanto às mercadorias do segundo grupo, que incluía a cerveja e o vinho, o termo **“luxúria”** não envolvia qualquer crítica ou reprovação, mas **as tarifas e impostos incidentes sobre elas, deveriam onerá-las mais**.

É com Adam Smith que se constitui o conceito de economia capitalista, que será comum a todo o pensamento clássico.

Na sua concepção, uma economia capitalista caracteriza-se pela existência simultânea:

- **do proprietário** dos recursos naturais ou proprietário fundiário
- **do capitalista**, concebido como a pessoa que antecipa, ao(à) trabalhador(a), os meios de produção necessários ao processo produtivo e os bens de consumo, necessários ao seu sustento, até o momento em que a produção se complete
- **do(a) trabalhador(a)**, o qual não sendo proprietário, perde sua independência e coloca sua força de trabalho a serviço de um “patrão”.

Em correspondência com essas três “classes”, a renda social se divide em três partes:

- **renda**, auferida pelo proprietário
- **lucro** do capitalista e
- **salário**, do(a) trabalhador(a).

Smith considera a economia capitalista aquela que se contrapõe a uma economia de proprietários individuais, independentes, proprietários dos meios	de produção e dos produtos que trocam, entre si, no mercado. Esta última, considerada uma economia “primitiva”.
---	--

Enquanto a economia capitalista é desenvolvida, nela o processo econômico alcança seu caráter completo e definitivo.

2) David Ricardo (1772-1823)



Nasceu em Londres, em 1772, filho de pai judeu ortodoxo, abandonou a fé judaica e dedicou-se à atividade de corretor na Bolsa. Antes de completar trinta anos de idade, já era detentor de imensa fortuna. Começa a interessar-se pela teoria econômica em 1799, após ler a **Riqueza das Nações** de Adam Smith. Com a publicação de um panfleto intitulado “O elevado preço da barra de ouro”, ganha notoriedade e começa a corresponder-se com os mais refutados economistas e escritores políticos da época, incluindo: Malthus; Bentham; James Mill e Smith. Muito de sua contribuição para o pensamento econômico surge dessa correspondência, em grande parte, somente resgatada em 1930, por John Maynard Keynes.

Estimulado, principalmente, por James Mill, Ricardo publica a sua principal obra **Princípios de Economia Política e de Tributação**, em abril de 1817. Dando a entender que esta era uma obra destinada a um público selecionado, composto por homens de negócio e estadistas, a obra trata de diversos estudos

sobre os princípios e questões da Economia Política: valor, preço, renda, comércio, impostos.

No prefácio, Ricardo alerta que o principal problema da Economia Política é o da **REPARTIÇÃO DA RENDA NACIONAL ENTRE A RENDA, O LUCRO E OS SALÁRIOS**. Mas este é somente o principal problema.

Ao longo da obra, esclarece que:

O problema mais difícil de ser resolvido e o que mais interessa, no funcionamento do sistema econômico, é o volume da produção e o rendimento absoluto recebido por cada pessoa que nela participa.

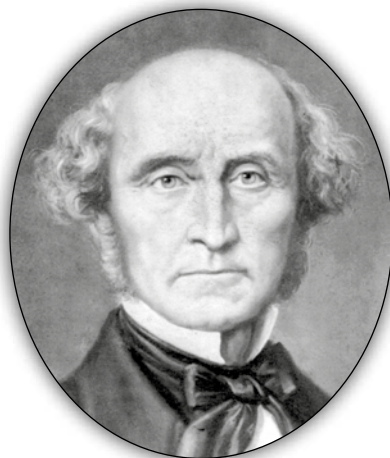
As conclusões de Ricardo sobre a Teoria do Valor irão permitir a Karl Marx, em um prolongamento consciente, desenvolver a sua Teoria do Valor-trabalho.

Por ter se utilizado do método dedutivo de análise, Ricardo é censurado por muitos e elogiado por outros tantos. Todavia, é reconhecido como aquele que deu o

impulso científico para permitir à Escola Clássica Liberal dominar o pensamento econômico em boa parte do século XIX e, ainda, sobreviver nas teorias da Escola Hedonista.

Os **Princípios** de Ricardo colocaram, pela primeira vez, de forma clara, no pensamento econômico, o significado de “valor excedente” para reprodução do processo de acumulação.

3) John Stuart Mill (1806-1873)



Economista e filósofo, John Stuart Mill nasceu em Londres, em 1806. Filho do economista James Mill (1773-1836), autor de **Elementos de Economia Política**, John Stuart Mill nunca frequentou escola de qualquer grau ou universidade. Desde os três anos de idade, recebeu do pai, que lhe elaborou um programa educacional modelado nas teorias de Helvétius e Bentham, primorosa educação. O abrangente programa enciclopédico permitiu a Stuart Mill possuir, aos treze anos de idade, o equivalente a uma completíssima educação universitária. **A sua educação em economia se deve a David Ricardo, amigo íntimo de seu pai.**

O pensamento político social de Mill é influenciado,

inicialmente, pelo pensamento filosófico utilitarista de **Jeremy Bentham**, principalmente pelo *Tratado sobre Legislação*. Segundo o próprio Mill, o Tratado lhe proporcionou “um credo, uma doutrina, uma filosofia” e “fez de mim um outro indivíduo”⁶.

Tem, ainda, influência sobre o seu pensamento político social, **as obras de Augusto Comte e Saint-Simon**, que lhe proporcionaram um afastamento da tradição clássica liberal e consequente **aproximação das correntes intervencionistas e do socialismo**.

O pensamento econômico segue as trilhas do pensamento econômico clássico de William Petty, passan-

do pelos fisiocratas, Adam Smith e David Ricardo.

Embora considerado representante da Escola Clássica, a obra de Stuart Mill representa a transição dessa escola ao socialismo e ao intervencionismo.

Inspirado por sua esposa Harriet Taylor, Mill era ativo na exposição de ideias heterodoxas, geralmente críticas aos princípios parlamentares e legais vigentes.

Escrevia para jornais simpáticos às causas radicais. Participava de debates e discussões dos problemas sociais e era **ARDOROSO DEFENSOR DO VOTO FEMININO** e das reformas do governo e alterações da propriedade fundiária na Irlanda.

⁶ Uma síntese da vida e obra de John Stuart Mill é encontrada na Apresentação dos Princípios de Economia Política” feita por Raul Ekerman em “Os Economistas” da Editora Nova Cultural - Volume I - 1986.

Embora Karl Marx tenha classificado a principal obra de Stuart Mill “*Princípios de Economia Política*” como uma obra de “sincretismo superficial” (no sentido filosófico: reunião artificial de ideias ou de teses de

origens disparatadas) que, em boa parte é justificado, é inegável a sua contribuição ao detalhar, de forma simples e com razoável dose de autocrítica, a ideologia do livre mercado.

C

Princípios teóricos da Economia Política Clássica⁷

A Escola Liberal Clássica marca o surgimento do conceito de sociedade econômica como um sistema determinístico.

SISTEMA por ser regido por leis próprias, possíveis de cálculos e capacidade de previsão de acontecimentos.

DETERMINÍSTICO por demonstrar que nas questões humanas há um determinismo de lei comparável ao das leis naturais.

A interdependência entre os diversos elementos que compõem o sistema permite que, operando mudanças em qualquer elemento, coloque-se em movimento uma série de mudanças no resto do sistema.

A forma e a magnitude desses movimentos são determinadas por um conjunto de relações funcionais definidos em um sistema de equações.

As leis formuladas pela Economia Política no

campo social foram de difícil aceitação pelos contemporâneos de seus formuladores, sob a alegação de que os fatos econômicos são resultados da ação humana e do livre arbítrio dos homens.

Não se podia imaginar, por exemplo, como o mercado poderia se organizar no meio do conflito entre milhares de vontades independentes, das pessoas que nele atuam, sem a intervenção do Estado.

⁷ A base deste texto está no capítulo II de Economia Política e Capitalismo, de Maurice Dobb - Graal 1978.

A argumentação dos liberais clássicos, contrários ao intervencionismo e a concepção do mundo “solitário”, “pobre”, “torpe” e “bestial” de Hobbes, assentou sua base teórica na **concorrência**. Em **mercado livre**, os vendedores, movidos pelo desejo de obter mais lucros

(movidos pelo egoísmo, no sentido dado por Locke e Hume), irão concorrer entre si para atrair o dinheiro dos consumidores. Essa forma de concorrência, nada tem a ver com o mundo idealizado por Hobbes: “bestial”, característica que ele atribuía à concorrência entre os homens.

No mercado, a vontade de um vendedor, entre os muitos que nele estão, não exerce mais que uma influência insignificante no comportamento geral.

Assim, cada vendedor, considerado isoladamente, passa a ser subordinado às leis estabelecidas pelo mercado.

Nessa situação, todos passam a ser governados pela “MÃO INVISÍVEL” do mercado à que se referiu Smith.

Supunha, ainda, o pensamento liberal, que os indivíduos e os recursos eram móveis e os preços flexíveis, sendo possível afirmar que os próprios valores de troca observavam certas uniformidades e se ajustavam a certas relações de consumo.

Essas relações controladoras do mercado não são relações entre os homens como produtores. São

relações existentes na distribuição que, na busca de maiores vantagens, garantem que salários e lucros tendam a uniformidade no seu conjunto.

Pressupõe que as proporções de mercadorias trocadas no mercado correspondam às proporções existentes entre seus custos reais. Nesse sentido, os custos reais representariam o valor “normal” ou “natural” das mercadorias.

As relações de troca refletem, portanto, as relações de produção que as controlam.

Sobre essas relações entre o sistema de trocas e da produção, Marx, mais tarde, se expressa⁹:

“em princípio não existe troca de produto, mas troca de trabalhos que concorrem na produção. É do modo de se trocar as forças produtivas que depende o modo de trocar os produtos”.

⁹ Karl Marx “Miséria da Filosofia” (1947)

Princípios fundamentais

Estão implícitos, nessa argumentação do pensamento liberal, diversos princípios fundamentais.

1

No enunciado das proposições centrais da Economia Política, era possível abstrair-se o dinheiro e a medida da procura, em termos monetários.

Sendo o dinheiro considerado como padrão de valor e meio de troca, é irrelevante na determinação das relações do sistema de troca.

Ricardo, por exemplo, para combater a noção de que o juro dependia da quantidade de dinheiro, argumentou que um aumento ou diminuição da

quantidade de dinheiro afetava todos os preços de maneira uniforme. Desta forma, as proporções de troca continuariam sendo as mesmas.

2

Outro princípio fundamental é o da lei que regia o equilíbrio do mercado, segundo a qual:

a produção (a oferta) criaria a sua própria procura no mercado.

Nas afirmativas de J. B. Say⁹ verifica-se:

*“A produção é que cria a demanda dos produtos... Não se pode dizer que as vendas são fracas porque o dinheiro é escasso, mas porque outros produtos o são... Tão logo se produza um artigo abre-se um mercado para outros produtos, na mesma medida do próprio valor daquele. **Assim, a mera criação de um produto abre, imediatamente, uma saída para outros produtos.**”*

Segundo esse princípio e, do mesmo modo que o dinheiro era desprezado como fator determinante dos valores de troca, **o volume da procura poderia também ser desprezado como fator determinante do processo de produção e troca.** Embora conhecido como Lei de Say, o enunciado é encontrado em quase todos os escritos do liberalismo clássico.

Também Marx o considerou relevante em uma sociedade de troca simples, composta por pequenos produtores independentes, em que as operações de troca são do tipo M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria). Onde o dinheiro é um simples intermediário entre operações que são, essencialmente, uma saída para outros produtos.¹⁰

⁹ Jean-Baptiste Say - Tratado de Economia Política (Capítulo XV) Os Mercados - Nova Cultural - 1986.

¹⁰ Ver Dobb, M. Op cit p. 37 e nota de rodapé nº 8.

3

“A procura de mercadoria não equivale à procura de trabalho”

Esta afirmativa de J. S. Mill significava dizer que:

- tanto a procura de uma mercadoria, comparada à outra, não exerce influência sobre o nível de salário (**primeira proposição**),
- quanto o aumento de gastos dos consumidores em mercadorias, não irá aumentar a parte do produto correspondente ao trabalho, ao contrário, poderá diminuí-la (**segunda proposição**).

A primeira proposição é uma reafirmação do primeiro princípio acima, ou seja, **a procura, no pensamento liberal clássico, era irrelevante para a distribuição do produto entre lucro e salário.**

Esta proposição supõe que a proporção entre

capital e trabalho é a mesma em todas as indústrias.

A menos que, as mudanças na procura fossem direcionadas às indústrias onde a “composição de capital” fosse mais alta ou mais baixa (como dizia Marx), poderiam ser tratadas como irrelevantes para a determinação do valor-de-troca da força de trabalho.

A segunda proposição advém do fato de que os economistas clássicos liberais consideravam que: **o capital consistia em um “adiantamento ao trabalho”.**

Nesse sentido, **o nível dos salários dependia do volume de capital.** Como um aumento nos gastos em consumo resultava em menor acumulação de capital, a procura por mão de obra tenderia mais a diminuir do que aumentar.

4

“Quando os salários sobem, os lucros caem”

Este princípio foi considerado por Ricardo como o corolário da sua teoria do valor. Em outra formulação, mais completa, Ricardo se expressa¹²:

“... Os lucros serão elevados ou baixos na medida em que os salários sejam baixos ou elevados.”

Nesse sentido, o lucro do capitalista seria determinado pela relação entre o valor da força do trabalho

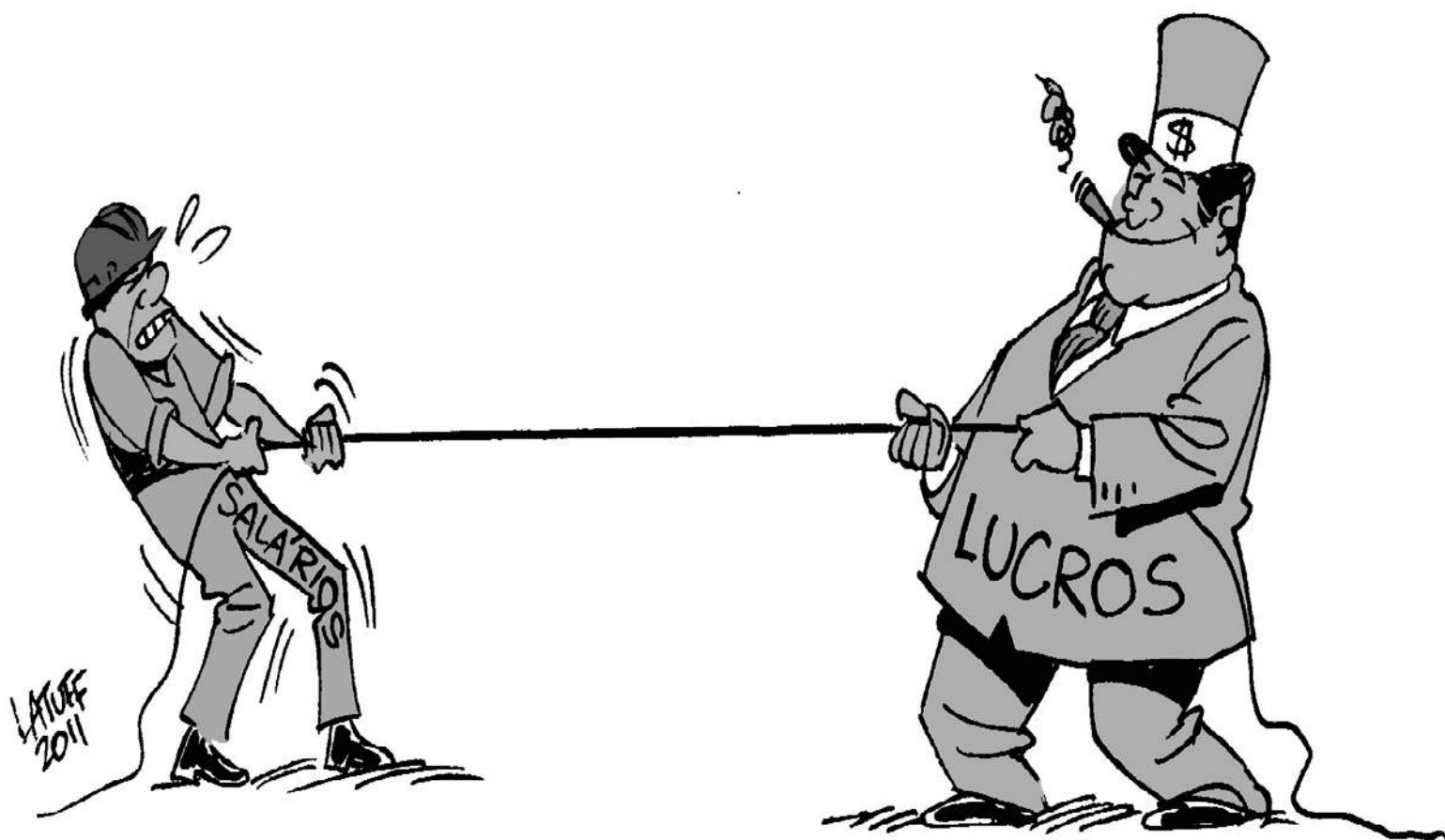
e o valor das mercadorias, em geral. Este princípio foi utilizado por Ricardo para demonstrar que:

¹² RICARDO, David - Princípios de Economia Política e de Tributação (página 122)

A expansão do comércio exterior
só podia aumentar a taxa de lucro,
na medida em que – barateando o custo dos produtos
necessários à subsistência do(a) trabalhador(a) – o seu
salário pudesse ser reduzido.

Nas palavras de Ricardo¹³:

“... Se, com o alargamento do comércio externo ou com os aperfeiçoamentos das máquinas, se puder fornecer ao(a) trabalhador(a) os produtos alimentares e os bens de primeira necessidade a um preço acessível, os lucros devem aumentar (...) descobrindo um novo mercado que nos pode abastecer a preços mais baixos, os salários diminuem e aumentam os lucros.”



¹³ Idem (página 148)

Esses princípios eram, entretanto, secundários.

O corolário central da Economia Política Clássica era o grande preceito do “LAISSEZ FAIRE”.

O conceito de sociedade econômica, criado pela Economia Política Clássica, compreendia um sistema de economia de mercado autônomo e regido por leis próprias.

O Estado torna-se desnecessário.
A regulação do mercado seria prejudicial,
obstruiria o “bom” funcionamento da economia
e produziria o desequilíbrio onde,
na sua ausência, reinaria a harmonia.

Como teoria, essencialmente da produção, os princípios da Escola Clássica Liberal trazem implícito que uma classe consumidora sem relação ativa com a produção de mercadorias não desempenha nenhum papel positivo na sociedade eco-

nômica. Sua existência significava a dissipação da riqueza e não a sua criação e, na medida em que seus interesses dominavam as instituições estatais, constituía um obstáculo ao sistema de produção.

Trabalho e Capital eram as únicas fontes de criação de riqueza

Enquanto os salários alimentavam os(as) trabalhadores(as) e os reproduziam, os lucros eram a fonte e o incentivo da acumulação de capital nas mãos de uma classe ativa e intimamente relacionada com a indústria.

D O valor na Escola Clássica Liberal

De toda a construção teórica da Economia Política, a que causou, e continua causando, as maiores controvérsias, é a Teoria do Valor.

Até os dias atuais, a definição e a formação do valor, numa economia de mercado, não estão claras e,

mesmo tendo o trabalho como unidade de medida, não existe uma forma definitiva e universal para medi-lo.

**Aparentemente, ou de forma vulgar,
o valor seria uma simples propriedade de um bem.**

Se nos referimos a um bem como sendo: “uma mesa redonda de mogno, pintada que custa R\$ 100,00”, a frase encerra quatro propriedades desse bem. As três primeiras: “redonda” “de mogno” e “pintada” caracterizam a mesa, no seu aspecto físico (material), e informam sobre aspectos técnicos do trabalho do marceneiro.

É possível, através destas informações, ter-se uma imagem da técnica de produção, métodos e habi-

lidades do profissional.

Todavia, a **quarta característica**, “**custa 100 reais**”, tem natureza diferenciada das três primeiras. Esta, **mostra que a mesa é uma mercadoria produzida para o mercado**. Mostra que seu produto está vinculado a outros membros da sociedade, através de relações de produção entre possuidores de mercadorias e que a economia tem uma forma social determinada.

PREÇO $\neq$ VALOR

O valor deve estar cristalizado nas mercadorias (produto do trabalho) que se trocam no mercado. Entretanto, não pode ser considerado como preços de mercado, que variam, constantemente, sob a influência de acidentes casuais (ou não casuais). Tão pouco o valor é uma simples média histórica dos preços reais.

**O valor não é, portanto, simplesmente um preço,
mas deve ser algo que irá explicar
como surgem os preços.**

A compreensão, senão da teoria do valor, ao menos de uma aproximação do seu conceito, facilita o entendi-

mento de como se processa, em uma economia de mercado, a distribuição da riqueza entre os membros da sociedade.

Adam Smith em a *Riqueza das Nações* define assim o valor¹³:

“A palavra valor, deve ser observado, tem dois significados diversos, e por vezes expressa a utilidade de algum objeto particular, e por vezes o poder de adquirir outros bens, que a posse daquele objeto proporciona. Um pode ser chamado “valor de uso”, o segundo, “valor de troca”. As coisas com maior valor de uso freqüentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; e, pelo contrário, aquelas que têm o maior valor de troca, freqüentemente têm pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil que a água, mas dificilmente com ela se comprará algo. Um diamante, pelo contrário, dificilmente tem utilidade, mas uma grande quantidade de coisas pode amiúde ser trocada por ele.”

¹³ Smith, Adam - A Riqueza das Nações (página 17).

Na busca de uma Teoria do Valor, Smith argumenta que:

**Uma vez estabelecida a divisão do trabalho,
somente se pode obter pequena parcela dos bens necessários
à sobrevivência, através do esforço individual.
A maior parte é conseguida mediante o trabalho de outras pessoas,
e um indivíduo será rico ou pobre de acordo com a quantidade
de trabalho alheio de que possa dispor.**

Nesse sentido, o valor de qualquer bem, que não seja para consumo próprio, é igual à quantidade de trabalho que possa adquirir ou que possa lançar mão através da sua própria mediação. Portanto:

**O trabalho é a medida real do valor de troca
de todas as classes de bens.**

Para Smith, o aumento da capacidade produtiva do(a) trabalhador(a) estava na divisão do trabalho que permitia:

1. que melhorasse a habilidade do(a) trabalhador(a), quando se dedica a um número reduzido de operações
2. menos perda de tempo na passagem de uma operação a outra e
3. facilidade na inclusão de novas máquinas, permitindo maior quantidade de produção com o mesmo tempo de trabalho

Nessa concepção, Smith considera, com exemplos hipotéticos, duas condições distintas:

A primeira condição é o caso de uma economia primitiva, onde não há patrão e empregado, nem proprietário, nem capitalista. Neste caso, todo o produto do trabalho pertence ao(à) trabalhador(a).

A segunda condição é o caso de uma economia “moderna”, “capitalista”, onde está presente, no preço da mercadoria, o salário, o lucro e a renda. Esta última, auferida pelo proprietário da terra e, o

lucro, auferido pelo capitalista, em decorrência da acumulação de capital. Neste sentido, a quantidade de trabalho de que uma mercadoria pode dispor é maior que a quantidade de trabalho nela contido e o seu valor é dado pelo custo de produção. Isto porque, segundo Smith, ratifica-se, parte do valor que compõe a mercadoria a ser adquirida corresponde ao lucro e, uma outra parte à renda da terra, ou seja, o excedente. **Nesses três níveis de repartição do valor, Smith conduz o valor da mercadoria à noção de “nível natural”.**

Dessa noção smithiana de “nível natural”, no que se refere ao trabalho, há que se deduzir do produto total do trabalho, o lucro e a renda fundiária.

Smith afirma que há um mínimo abaixo do qual o salário não pode ser reduzido, e explica¹⁴:

“Um homem deve sempre viver por seu trabalho, e seus ganhos devem, pelo menos, ser suficientes para sua manutenção. Devem, mesmo, na maioria das ocasiões serem um pouco mais; do contrário, seria impossível para ele manter a família, e a raça de tais trabalhadores, não poderia durar além da primeira geração.”

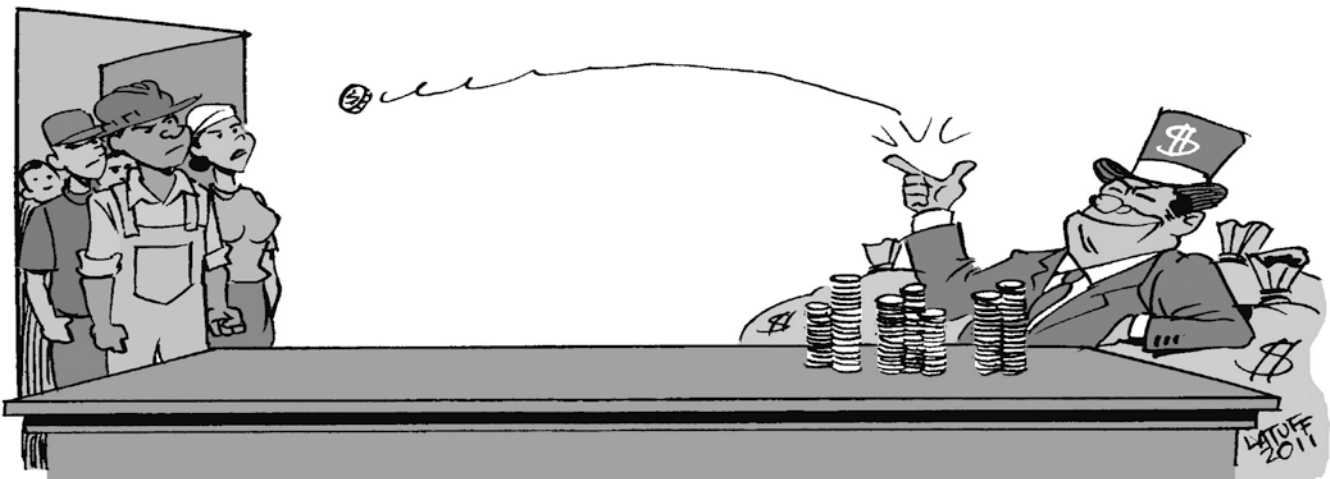
Esta colocação trata, obviamente, de um salário de subsistência (de reprodução). Coloca ainda, Smith, que **através dos mecanismos de mercado, os salários tendem para esse mínimo e, por isso, devem ser considerados como “nível natural” do próprio salário.**

Os mecanismos a que se refere correspondem ao sistema de relações de troca entre o proprietário do capital e trabalhadores e aos movimentos demográficos.

Com relação ao primeiro, afirma que¹⁵: **“o que são os salários comuns do trabalho, depende sempre do contrato usualmente feito por essas duas partes, cujos interesses de modo algum são os mesmos. Os(as) trabalhadores(as) desejam conseguir o máximo, e os patrões, darem o mínimo possível. Os primeiros estão dispostos a se combinarem para subir, os outros, para descer os salários do trabalho.”**

À época, Smith alertava para as vantagens em que se encontravam os patrões:

- 1** Sendo poucos, os patrões se unem com mais facilidade, o que não ocorre com os(as) trabalhadores(as), por serem muitos.
- 2** As leis autorizavam, ou pelo menos não proibiam, a união entre patrões e proibiam o mesmo procedimento aos(às) trabalhadores(as).
- 3** Os patrões podem sustentar a luta por um período muito maior que os(as) trabalhadores(as), uma vez que dispõem de recursos acumulados.



¹⁴ Smith op. cit. p. 46

¹⁵ Smith op cit. p. 45

“... poderiam, geralmente, viver um ano ou dois com o estoque que já adquiriram. Muitos(as) trabalhadores(as) conseguiriam subsistir por uma semana, poucos sobreviveriam um mês, e dificilmente alguém, o ano inteiro, sem emprego”.

A Teoria do Valor não é tratada, convenientemente, em Smith. Ele diz que o valor é convencionado pela sociedade e se divide em salários, lucro

e renda, sendo estes componentes, determinados pela quantidade de trabalho sob o controle de cada um deles.

O trabalho, em Smith, é medido por seu valor moral, esforço e dificuldade.

Nesse sentido, valor, em Smith, refere-se mais a sentimentos morais, reduzindo a teoria a uma proposição esquemática em que o regulador do va-

lor é o custo de produção. O importante é a produção física, e os preços (valores) não teriam tanta importância.

Ricardo abandona a ideia smithiana de que o regulador do valor é o custo de produção.

Afirma que (numa economia capitalista) o fato de uma parte do produto não retornar ao(à) trabalhador(a), na medida em que se transforma em lucro e renda fundiária (renda da terra), não impede

que as mercadorias sejam trocadas, segundo o trabalho nelas contido. Considera que o trabalho é a fonte de todo valor e, assim, sua quantidade relativa é, à medida que regula, quase exclusivamente, o valor das mercadorias.

Utilizando-se da colocação do próprio Smith de que...

“o valor de um par de meias de algodão depende do trabalho acumulado pelo operário que as teceu, adicionado ao trabalho acumulado pelas pessoas que prepararam e transportaram o algodão, ao das pessoas que cultivaram e ao das que fabricaram as máquinas etc.”

.... Ricardo desenvolve o raciocínio de que o trabalho, enquanto fonte do valor deve ser entendida como a soma de todos os trabalhos exigidos para se chegar ao produto final. Dessa forma, deduz que não é possível ao operário adquirir com o seu próprio salário, o produto do seu trabalho.

**Mesmo reconhecendo que o trabalho
é a causa do valor, Ricardo não desenvolve
as consequências sociais do seu raciocínio.**

**Tarefa que será realizada
na obra de Karl Marx.**

E

A repartição da Renda

Observamos, no pensamento smithiano, que, na ótica da Escola Clássica Liberal, a renda se distribui entre três “classes” sob a forma de:

- 1 renda fundiária - paga ao proprietário da terra;
- 2 o lucro - recebido pelo capitalista;
- 3 o salário - pago ao(à) trabalhador(a).

Repartição da renda sob a forma de salários

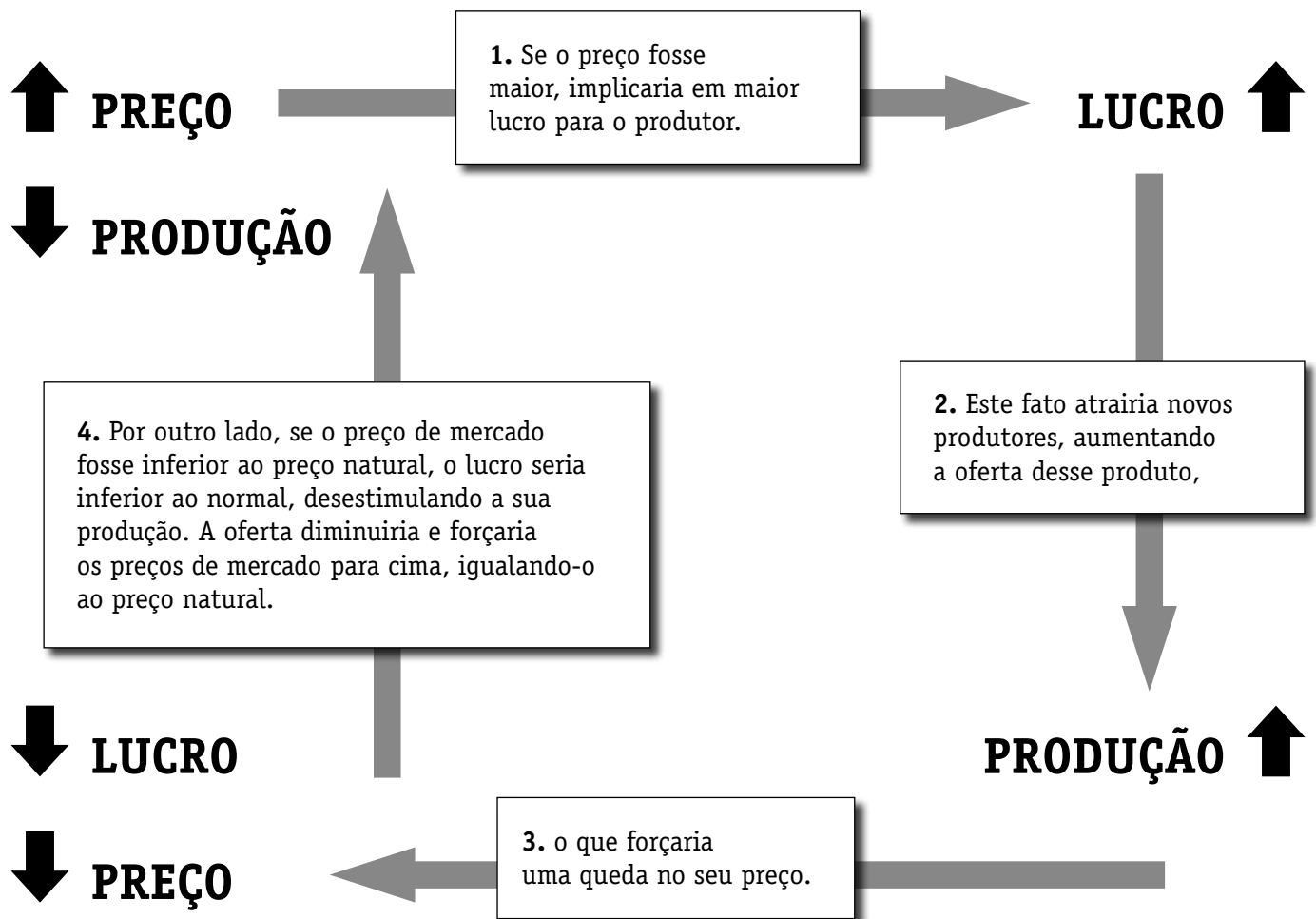
Nos “Princípios de Economia Política e Tributação” – Capítulo V – Sobre os salários, Ricardo afirma¹⁶:

“O trabalho como as outras coisas que se compram e se vendem e cuja quantidade pode aumentar ou diminuir, tem o seu preço natural e o seu preço de mercado. O preço natural do trabalho é aquele que é necessário para permitir que os(as) trabalhadores(as), em geral, sobrevivam e se reproduzam sem o seu número aumentar ou diminuir.”

A tese de Ricardo
é que o preço
de mercado de um
produto tende a
igualar-se ao seu
preço natural.



¹⁶ Ricardo op. cit. Pág.103.



Com o trabalho, a forma de regulação é um pouco diferente, mas o princípio é o mesmo.

Embora compartilhando da tese malthusiana sobre um crescimento explosivo da população, Ricardo, defendia que **o preço natural do trabalho seria aquele capaz de garantir a subsistência e perpetuar a des-**

cendência, sem aumento ou diminuição. Para ele, o salário realmente pago ao(à) trabalhador(a) poderia ora ser superior, ora inferior ao preço natural, mas existiam forças que conduziriam os salários a esses níveis.

Ricardo considerou o trabalho como uma mercadoria disponível no mercado:

- ✓ a oferta é feita pelo(a) trabalhador(a), que disponibiliza sua força de trabalho no mercado
- ✓ e a procura pelo capitalista, ao comprá-la.

O crescimento da oferta de trabalho, no mercado, dependeria do crescimento demográfico, e a procura, entretanto, flutuaria com a situação geral da economia, ou seja, se houver prosperidade, a demanda por

trabalho aumentaria. Caso contrário permaneceria estacionário ou mesmo diminuiria. **No caso da procura por trabalho ser maior que sua oferta, o(a) trabalhador(a) seria** nas palavras de Ricardo¹⁸:

“... Próspero e feliz visto ter a sua disposição uma maior proporção de bens de primeira necessidade e de satisfações e assim poder sustentar uma família sadia e numerosa.”

Nessas condições, o número de trabalhadores tenderia a aumentar.

Esse mecanismo de oferta e procura, no mercado, regularia o salário, não permitindo que permanecesse por muito tempo acima do seu nível na-

tural ou abaixo dele. Nesse sentido, o salário “flutuaria” em torno do nível de subsistência do(a) trabalhador(a) e de sua família, tanto em épocas de prosperidade quanto em recessão. Nas palavras de Ricardo¹⁹:

“como todos os outros contratos, os salários deviam ser deixados a mercê da concorrência livre e leal do mercado e nunca deviam ser controlados pela legislação.”

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

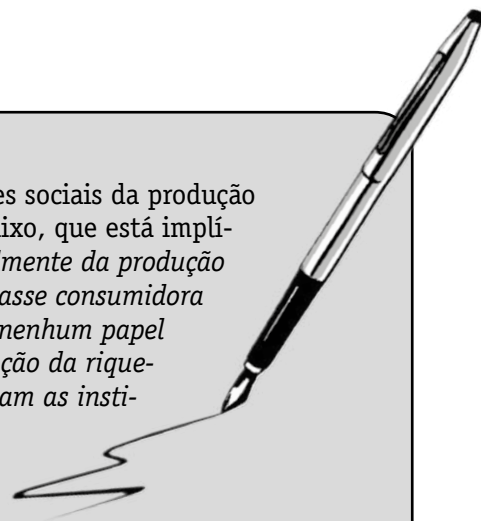
1

Na ótica econômica da criação de riqueza e na ótica das necessidades sociais da produção de serviços (incluindo os serviços públicos), discuta o parágrafo abaixo, que está implícito nos princípios da Escola Clássica Liberal: *“Como teoria essencialmente da produção os princípios da Escola Clássica Liberal trazem, implícito, que uma classe consumidora sem relação ativa com a produção de mercadorias, não desempenha nenhum papel positivo na sociedade econômica. Sua existência significava a dissipação da riqueza e não a sua criação e, na medida em que seus interesses dominavam as instituições estatais, constituía um obstáculo ao sistema de produção”.*

2

O corolário da Teoria do Valor, em Ricardo, é dado por: “Quando os salários sobem, os lucros descem”. Comente esse princípio.

Dica: A letra da música, *Bom Xibom Xibom Bombom*, do grupo musical “As meninas”: *“...Analisando essa cadeia hereditária/Quero me livrar dessa situação precária/Onde o rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre/E o motivo todo mundo já conhece/É que o de cima sobe e o de baixo desce/...”*



¹⁸ Ricardo op.cit. pagina 104.

¹⁹ Idem pagina 116.

www.cnte.org.br



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil

União a
CUT



Fale conosco | Procurar | Mapa

VOCÊ ESTÁ AQUI: Início

Início

Institucional

A CNTE

Estatuto

Atualização: 2008/2011

Sua cidade respeita a Lei do Piso?

A CNTE quer saber se o Piso Salarial Profissional Nacional do magistério é implementado na sua região. Clique aqui e dê o seu relato.



A Rádio pela Educação



RECEBA O BOLETIM

Nome _____
E-mail _____
☒ Receber em HTML?

Weblinks das Afiliadas



Quadro de Greve

Giro pelos Estados

Noções



Webmail CNTE

Multimídia

Vídeos

A voz da Educação

Clipping

Educação

CNTE

Campanhas

11ª Semana Educação

Greve pelo Piso 16/03/10

O piso é lei

Mobilização pelo Piso

Conferências Estaduais

Fala Educador(a)!

10ª Semana Educação

9ª Semana Educação

Consciência Negra

Não à Corrupção

2ª Conferência Regional da

Associação Nacional de

em destaque esta semana

CNTE Informa 538

Quatro fatos marcam a presente semana para a educação: 1. a aprovação da Lei 11.738, de 2008, que garante, a partir de 18 anos de idade, o acesso ao ensino superior por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); 2. a realização da Prova Brasil e do Índice de Educação Básica (Ideb) de 2009; 3. a mini-reforma do capítulo VI da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) condizente à formação e à atuação dos profissionais da área; e 4. a aprovação, no Senado, do novo piso salarial nacional do magistério.

Formação superior para professores fundamental

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou, nesta terça-feira (6), o PLC 280/09 que coloca o ensino superior como formação obrigatória aos professores do ensino fundamental. A proposta ainda estabelece um prazo de seis anos para que os docentes atuantes sem nível superior possam alcançar a formação superior.

As atividades normalmente nas escolas da rede pública, a exemplo da atuação do magistério, "a Confederação e a Associação Nacional de Educadoras e Educadores, a Associação Nacional de



Acesse o site da CNTE e fique por dentro de tudo o que acontece na **educação pública no Brasil**.



Canal de vídeos no **YouTube**



Notícias rápidas no **Twitter**



Programa de rádio **A Voz da Educação**



Matérias especiais no **CNTE TV**



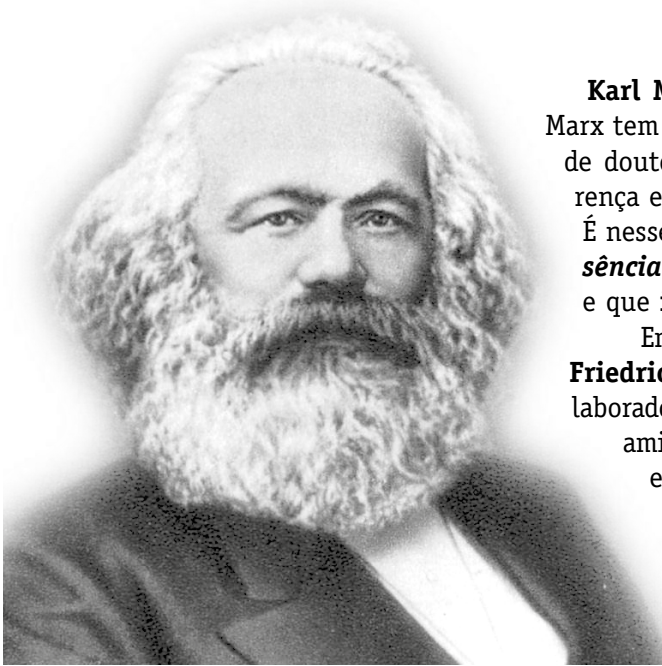
Notícias atualizadas no **CNTE Informa**



CAPÍTULO 3

A Economia Política de Karl Marx

A Economia Política de Karl Marx²⁰



Karl Marx (1818-1883) nasceu na Prússia, filho de advogado, Marx tem sua origem em família burguesa. Em 1841, obtém o título de doutor pela Universidade de Iena defendendo a tese “A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro”. É nesse ano de 1841 que aparece a obra de L. Feuerbach: **“A essência do cristianismo”** da qual Marx sofre profunda influência e que **irá orientar suas obras para o materialismo histórico.**

Em 1843, **Karl Marx** vai para Paris (França) onde conhece **Friedrich Engels** que se torna seu amigo íntimo, confidente e colaborador. Expulso da França, se desloca para Bruxelas com seu amigo Engels. **Em 1847, escreveu a “Miséria da Filosofia”** em resposta à obra “As contradições” de Proudhon, a quem conheceu na França. **Nessa obra, Marx combate o socialismo, por ele intitulado utópico, e expõe os princípios do comunismo.** É a primeira das suas obras em que a análise recai sobre os problemas da Economia Política, que irá se tornar no “eixo” central de seus trabalhos.

Marx representou marco significativo na evolução teórica da Economia Política. Com a publicação de “O Capital”, tornou-se difícil acreditar que a economia capitalista, por si mesma, funcionaria de forma satisfatória.

Um dos pontos fundamentais, estabelecidos por Marx, era que:

A capacidade de produção da sociedade ultrapassaria sua capacidade de consumo: na economia capitalista, os(as) trabalhadores(as) não podem consumir muito porque seus salários são muitos baixos; os capitalistas, também não podem consumir muito porque são em número reduzido. Desta forma, Marx se contrapõe à teoria Ricardiana de que os lucros capitalistas seriam sempre reinvestidos em novas máquinas.

²⁰ Advertência: para a elaboração deste texto não foram utilizadas as traduções dos originais das obras completas (citadas) de Karl Marx. O Capital, por exemplo, foi utilizada Edição resumida por Julian Borchardt, em 6ª Edição brasileira da Zahar Editores.

A

Concepções teóricas de Marx: a crítica aos economistas liberais

RECAPITULAÇÃO

Antes de abordarmos as concepções teóricas de Karl Marx sobre a economia política, vale, preliminarmente, resgatar, de forma resumida, o esquema teórico de Adam Smith. Para Smith:

- A riqueza depende do grau de produtividade do trabalho
- O grau de produtividade depende da divisão do trabalho
- A divisão do trabalho depende do tamanho do mercado onde são realizadas as trocas
- A troca é uma característica própria da natureza humana (inata) e independente e sua realização não requer explicações.
- A sociedade produtora de mercadorias é, para Smith, a realização da natureza **humana**.
- **O capital, considerado como antecipação da subsistência dos(as) trabalhadores(as), é o meio pelo qual se realiza a decisão do trabalho possibilitada pela troca.**

Para Marx, ao contrário, é o sistema de trocas que estabelece as relações entre as pessoas “reciprocamente indiferentes”.

Essas relações, segundo Marx, se estabelecem após o trabalho ter sido desenvolvido através da troca de produtos entre as pessoas. O vínculo social não se	estabelece durante a ação da força de trabalho na produção de uma mercadoria, mas no seu estágio de “trabalho morto”; trabalho já “cristalizado” na mercadoria.
---	---

Nesse sentido, a troca mercantil está longe de se constituir em expressão da natureza ou racionalidade.

Como já citamos, Marx, com relação ao sistema de trocas, se expressa:

“em princípio não existe troca de produto, mas troca de trabalhos que concorrem na produção”.

Observa-se de imediato, pelos parágrafos anteriores, que existe um distanciamento entre o pensamento de Marx e a estrutura teórica constituída pelo pensamento liberal.

Para Marx, a análise dos economistas clássicos (liberais) desvendava apenas parte do problema, **demonstrando as leis do “Laissez-Faire” (livre mercado):**

Os economistas clássicos:

elaboraram uma crítica aos sistemas anteriores ao capitalismo, mas não uma crítica histórica ao próprio capitalismo.

Consideraram (intrinsecamente) que o capitalismo será definitivo, inevitável, assim como Platão e Aristóteles acreditaram que a escravidão era um fe-

nômeno “natural”, o único possível e eterno. Para Engels²¹, era igualmente necessária a integração dialética da economia através de uma:

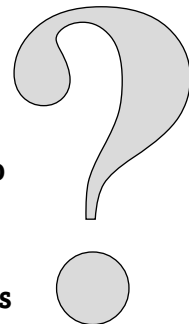
“crítica socialista do modo de produção capitalista, isto é, uma declaração de suas leis em seus aspectos negativos, e uma demonstração de que este modo de produção, através de seu próprio desenvolvimento, conduz a um ponto em que sua existência se faz impossível.”

O centro da questão que se coloca para Marx é uma interpretação precisa do lucro como categoria de rendimento, considerado pela Escola Clássica Liberal como uma quantidade residual, cuja magnitude era determinada pelo diferencial entre o

valor do produto e o valor da força de trabalho. Esta explicação, dada pelos defensores do liberalismo econômico ao lucro, é incompleta, pois não há demonstração própria de sua existência capitalística e...

➡ **Por que** – ainda que pudesse existir essa diferença entre custo de produção e o valor do produto – ela **deveria pertencer ao capitalista e seus sócios, antes que a qualquer outro**

➡ **Por que** – em regime de liberdade e livre concorrência – **os excedentes não tendem a dissolver-se na renda ou nos salários**



Foi a não resposta a essas e outras questões, por Smith, Ricardo e seus seguidores, que sugeriram a

Marx o nome de **“economia vulgar”** para o conjunto de princípios de escola clássica liberal.

²¹ Dobb op. cit. Pág. 47

“Para Marx, a explicação do lucro não residia em nenhuma propriedade inerente ao capital, nem em qualquer custo real ou atividade produtiva do capitalista. Do mesmo modo, a renda da terra não podia ser explicada em termos das propriedades da natureza ou qualquer atividade dos proprietários da terra. A explicação residia na estrutura de classes da sociedade existente. Isto é:

na divisão de classes entre proprietários e não proprietários que se ocultava atrás de uma aparente igualdade, livre contrato e ‘valor natural’,...

...em cujos termos foram formuladas as leis da economia política.”²²

B O Valor em Marx²³

Para Marx, o valor significava a expressão de uma relação social entre os homens. A essência da teoria marxista do valor, no seu aspecto metafísico²⁴, está relacionada com o valor da força do trabalho e, no aspecto científico, com a parte dos salários no produto da indústria. Portanto, **Marx, assim como Smith e**

Ricardo, define o trabalho como sendo a fonte do valor.

Neste ponto, Marx deixa de ser opositor ao que chamou de “economistas vulgares.” Todavia, **Marx estabelece, de forma mais massiva, uma relação de casualidade, direta e absoluta, entre o trabalho e o valor.**

O valor de uma mercadoria será maior ou menor dependendo da maior ou menor quantidade de trabalho necessário para sua produção.

A Divisão Social do Trabalho:

A teoria do valor-trabalho parte do princípio de que a atividade econômica é essencialmente coletiva, social e, neste sentido, ela decorre da divisão social do trabalho. Com a Divisão Social do Trabalho as pessoas

desempenham diferentes funções, produzindo diferentes produtos.

Por exemplo, um é professor, outro é padeiro, outro é médico, outro é motorista de ônibus etc. O professor só

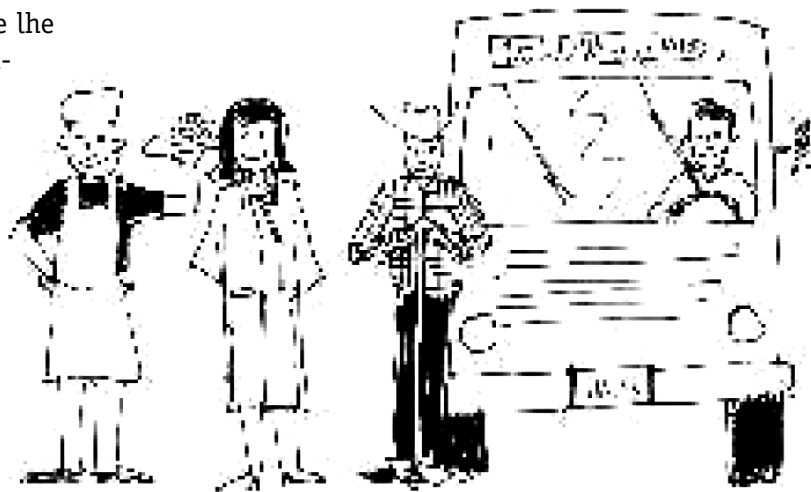
²² Dobb op. cit. Pág. 4

²³ A base deste texto está em Paul Singer - Curso de Introdução à Economia Política - Pág. 11-25

²⁴ Metafísico: refere-se a um corpo de conhecimentos racionais em que se procura determinar as regras fundamentais do pensamento (decorre do conjunto de princípios de qualquer outra ciência).

pode desempenhar suas funções na medida que existe o médico que lhe trata da saúde, o padeiro que lhe faz o pão, o agricultor que lhe produz os alimentos e os trocam por seus serviços de professor.

Na medida em que o valor é representado no produto social (que é o conjunto dos produtos da atividade de todos os membros da sociedade), ele pode ser medido pelo tempo de trabalho social investido nesse produto. Assim, pode-se dizer que uma hora/aula do professor equivale a tantas viagens de ônibus, que por sua vez é igual a um tanto de pães adquiridos na padaria, que correspondem a uma consulta médica e assim por diante. Isto porque...



**...todos os produtos resultam de uma mesma atividade social:
o trabalho socializado, realizado mediante a divisão social do trabalho.**

Mas se o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de uma unidade de produto, essa quantidade de trabalho depende, por sua vez, da produtividade do trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho reduz o tempo de trabalho socialmente necessário e o va-

lor da unidade de produto.

Uma modificação no valor do produto, em termos de tempo de trabalho afeta, por sua vez, a distribuição do trabalho social entre os diversos ramos da produção. Esquemáticamente, em termos quantitativos, teríamos:

produtividade do trabalho - **trabalho abstrato²⁵** - **valor** - **distribuição do trabalho social**

Nessa concepção, o valor é considerado no seu aspecto quantitativo, ou seja: **trata-se o valor como**

regulador da distribuição quantitativa do trabalho social entre ramos individuais da produção.

No aspecto qualitativo do valor, o produto do trabalho (para Marx) somente adquire valor numa determinada forma social de organização do trabalho.

Não representando, portanto, uma característica do produto do trabalho, mas uma determinada “forma” ou “função” social desempenhada pelo produto

enquanto elo de ligação das relações entre produtores. O trabalho, neste sentido, cria o valor de troca, sendo uma forma específica do trabalho na geração da riqueza.

²⁵ Trabalho abstrato: O trabalho é abstrato enquanto trabalho assalariado. O trabalho individual (concreto) converte-se no seu oposto, trabalho abstrato, nas relações de troca. Ou seja, trabalho abstrato é o trabalho observado do ponto de vista de suas formas sociais na sociedade mercantil capitalista.

C O excedente econômico e a Mais-Valia

Define-se o “**excedente econômico**” como sendo a parte da produção não absorvida pelo gasto necessário à sua produção.

Na abordagem de Marx, o excedente econômico coincide com a mais-valia total produzida na economia durante um certo tempo.

O **produto social** é representado pelo **capital constante** + **capital variável** + **mais-valia**.

O **capital constante** é constituído pelos elementos produtivos utilizados na obtenção do produto, compreendendo: matérias-primas, materiais complementares e pelo capital fixo (máquinas e equipamentos).

O **capital variável** é a quantidade de salários pagos pelo trabalho produtivo (concreto), ou seja, é o valor da força de trabalho gasto na obtenção do produto.

A diferença entre o valor total da produção social (obtido na conversão do produto em dinheiro, no mercado) e a soma dos gastos em capital constante e variável, é o excedente econômico que aparece sob a forma de **mais-valia** numa economia capitalista.

Mais-Valia

=

**Valor Total
da Produção**

-

Custo da Produção

(Capital Constante/Capital Variável)

Para melhor entender o conceito de mais-valia, vamos voltar a uma economia simples (précapitalista) onde a troca é realizada diretamente entre os produtores.

Neste tipo de economia, a circulação da produção começa e termina com a mercadoria.

Por exemplo, um camponês que produzisse trigo, vendia-o a um determinado preço e com o seu produto

adquiria outras mercadorias para o seu consumo. Está implícita nesta economia a Divisão Social do Trabalho. **Neste caso, o valor obtido pelo trigo era igual ao trabalho nele contido, “cristalizado” na expressão de Marx.** E era igual à quantidade do trabalho nas mercadorias por ele obtidas. **Constitui-se, portanto, a igualdade nas leis das trocas.**

No sistema capitalista, a circulação não é tão simples: inicia-se com a moeda e termina com a moeda.

O capitalista adquire, com dinheiro, máquinas e matérias-primas (capital constante) e paga a mão de obra (capital variável). Terminada a produção vende o seu produto e recebe em troca o dinheiro.

Na análise de Marx, **a magnitude da mais-valia é determinada por leis que se referem ao montante do capital variável**. Existem duas formas de aumentar o excedente, ou seja, a mais-valia: **a produção da mais-valia absoluta e a produção da mais-valia relativa**.

A mais-valia absoluta é obtida aumentando o trabalho humano gasto durante o ano, sem aumentar a remuneração da força do trabalho utilizada na produção. Esta forma de aumentar a mais-valia foi intensamente utilizada no período da revolução industrial, em que se levou, ao máximo, a jornada de trabalho,

chegando-se a jornadas de trabalho de 16 horas diárias.

A mais-valia relativa consiste na redução da jornada de trabalho, possibilitada pelo progresso tecnológico, ou seja, pelo uso de máquinas modernas, que permitem ao(à) trabalhador(a) produzir quantidades cada vez maiores de mercadorias despendendo um menor tempo de trabalho.

Para melhor compreensão das definições da mais-valia relativa, tomemos de empréstimo os exemplos dados pelo professor Paul Singer em "Curso de Introdução à Economia Política"²⁶.

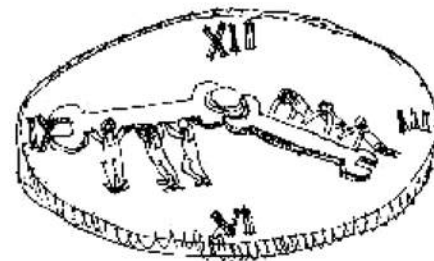
Lembrando, antes, que a unidade de medida do produto, do capital constante, do capital variável e da mais-valia são as horas de trabalho socialmente necessário, o professor Paul Singer dá os seguintes exemplos da formação da mais-valia:

1º exemplo

Suponhamos que, uma certa quantidade de trabalho foi gasta durante o ano e que as pessoas tenham uma jornada diária de 8 horas, durante 250 dias no ano. Isto dá 2.000 horas de trabalho pessoa/ano. 1 milhão de pessoas irão produzir 2 bilhões de horas de trabalho, socialmente necessários. Vamos supor que os 2 bilhões de horas tenham sido repartidas da seguinte forma: 1,2 bilhões para remuneração da força de trabalho e 0,8 bilhões constituindo o excedente (mais-valia).

Se for possível fazer o empregado trabalhar 2.200 ao invés de 2.000 horas no ano,

sem aumentar a sua remuneração, então o valor do capital variável, no seu total, continuará sendo 1,2 bilhões de horas. Porém, a mais-valia passará de 0,8 bilhões para 1 bilhão de horas. Este acréscimo de 200 milhões de horas é o que Marx chamou de **mais-valia absoluta**.



2º exemplo

Tomemos de empréstimo as 1,2 bilhões de horas do trabalho, socialmente necessário, (hipotético) do exemplo anterior. Estas servem para reconstituir a força de trabalho de 1 milhão de pessoas, possibilitando-lhes o acesso à alimentação, ao vestuário, criar os filhos etc.

Se a produtividade aumenta, ou seja, se através do progresso tecnológico é possível produzir os mesmos bens de uso, tais como alimentos, roupas etc., em

menos horas de trabalho, **pode-se reduzir o montante do capital variável no produto social** de 1,2 bilhões de horas de trabalho para, digamos, 1 bilhão de horas. **Caindo o montante do capital variável (em 200 milhões de horas), sem diminuir o total do produto social, aumenta o excedente social pelo mesmo valor**. Com o aumento de 200 milhões de horas, o excedente passa de 0,8 bilhões para 1 bilhão de horas: **esta é a mais-valia relativa**.

²⁶ Singer op. cit. Pág. 50-52

Observem que...

**... no caso da MAIS-VALIA ABSOLUTA,
o volume total do trabalho socialmente necessário
aumenta de 2 para 2,2 bilhões de horas
...enquanto, na mais-valia relativa,
o volume total do trabalho socialmente necessário
NÃO varia. O que varia é a sua distribuição.**

A realização da mais-valia, entretanto, passa pelo sistema de trocas, no mercado onde atuam as empresas.

A empresa capitalista é uma entidade voltada, objetivamente, para a produção de mercadorias. Para sua existência, requer-se, primeiramente, a propriedade e o comando de uma determinada quantidade de capital.

Ela não se funde como agente passivo na estrutura econômica, mas constitui-se com vistas à valorização de uma massa de capital com a utilização de um processo técnico-social. Justifica-se a sua existência apenas no sentido de que a sua produção, enquanto produção de valores de troca, se conforma como meio de obtenção do trabalho não pago.

A produção de mercadorias é, entretanto, apenas condição necessária ao processo de valorização do capital.

A continuidade desse processo exige que a produção seja realizada no mercado, ou seja, a mais-valia (o excedente), somente se realiza se a mercadoria for comercializada, isto é, reconvertida em dinheiro. Esta

reconversão (mercadoria-dinheiro) requer trajetória própria no tempo, a que Marx denomina circulação, e está sujeita a concorrência entre distintas massas de capitais individuais:

“... a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes”.²⁷

A concorrência faz com que empresas menos eficientes transfiram mais-valia para empresas mais eficientes.

Vale ressaltar que, através da concorrência, o conflito entre capital e trabalho aparece na conversão

dinheiro-mercadoria, porém, na reconversão (mercadoria-dinheiro) traz, em si, o conflito entre capitalistas.

²⁷ Citado por Coutinho (1997), in Marx: notas sobre a teoria do capital - nota de rodapé nº 12 p.135.

D Acumulação de Capital

Para Karl Marx,
a **acumulação do capital** tem a sua origem na **acumulação primitiva**.

“Esta acumulação primitiva desempenha na Economia Política o mesmo papel que o pecado original na teologia.

Ao morder a maçã, Adão engendrou o pecado e o transmitiu a toda humanidade. Pretende-se explicar as origens de acumulação primitiva relatando-a como uma anedota do passado.

Em tempos muito remotos – dizem-nos – havia, de um lado, uma minoria de pessoas inteligentes, trabalhadores e sobre tudo, frugais; de outro lado, um bando de velhacos preguiçosos que esbanjavam o que tinham e o que não tinham... Assim se explica que, enquanto os primeiros acumulavam riquezas, os outros acabaram não tendo nada mais a vender além de suas

próprias peles.

Deste pecado original procede à pobreza da grande maioria que, ainda hoje, a despeito do muito que trabalham, continuam não tendo nada a vender além de suas pessoas, e a riqueza de uma minoria que cresce incessantemente, ainda que haja muitíssimo tempo seus proprietários tenham deixado de trabalhar.

Essa puerilidade insípida nos é repetida todos os dias em defesa da propriedade... Tão logo se coloca o problema da propriedade, torna-se um dever sacrossanto abraçar o ponto de vista da cartilha infantil como único adequado a todas as idades e a todos os períodos.

É notório que na história real desempenharam um importante papel a conquista, a escravização, o roubo e o assassinato; numa palavra, a violência... Os métodos da acumulação primitiva foram tudo, menos idílicos”.²⁸

O pressuposto de Marx sobre a acumulação de capital foi a de um sistema econômico onde existia a competição, ou seja, supunha um capitalismo

onde existem muitos concorrentes em cada ramo da produção. Nesse tipo de sistema, o impulso a acumular é decisivo.

O capitalista utiliza-se da mais-valia para acumular porque a luta pela permanência no mercado o força, sob pena de desaparecer.

²⁸ Citado em Hunt & Sherman (1982) - Pág. 99

Para entender o processo de acumulação em Marx, faz-se, preliminarmente, necessária a defi-

nição de um mercado concorrencial que, de forma resumida, pode ser considerada:

“uma situação, num ramo qualquer da produção (de roupas, livros, alimentos etc.) em que nenhum dos produtores ou compradores, tenha capacidade, sozinho, de determinar o preço de sua mercadoria. Nesse caso, cada um se submete ao preço de mercado, pois, se alguém tentar vender por um preço maior que o concorrente, não conseguirá vender sua mercadoria; pelo preço de mercado, vende tudo e, se alguém pode vender quanto quiser, mas abrirá mão de seu lucro. O que em uma economia capitalista é um absurdo”.²⁹

O sistema capitalista de produção tende a ter uma parcela da sua força de trabalho desempregada ou subempregada, ao que Marx denominou de **“Exército Industrial de Reserva”**. Quando a acumulação se acelera cria-se novos empregos, cujos postos são ocupados por integrantes desse “exército de reserva”. Continuando a acumulação, chegará um momento em

que não haverá mais reserva da força de trabalho. Com isso, os salários tendem a subir, pela diminuição da oferta de mão de obra e aumento de poder de negociação dos(as) trabalhadores(as). Nessas condições, aumentando o produto necessário reduz-se a mais-valia – o excedente –, o que leva a acumulação tender a parar pela “redução” dos lucros.

Como afirma Marx:

O estímulo a acumular é sufocado quando as perspectivas de lucro futuro vão sendo cada vez menores.

Os próprios capitalistas percebem que, na medida em que vão aumentando sua capacidade de produzir, têm que pagar salários mais altos, porque começa a escassear mão de obra. Pagando salários maiores, seus lucros serão menores, o que desestimula a maior acumulação.

O equilíbrio entre o excedente gerado e a tendência a acumulá-lo é dado pelo volume do produto necessário do capital variável, que é a contrapartida do próprio excedente. Na afirmação de Marx: **a partir do momento que a economia se aproxima da utilização “total” da mão de obra disponível**, as inovações tecnológicas, que substituem a mão de obra por máquinas, passam a ser altamente rentáveis (lucrativas), em virtude do aumento

dos salários. **O processo de acumulação passa por um processo de mudança tecnológico, com vista a aumentar a produtividade do trabalho e, com isso, gerar desemprego e, conseqüente redução dos salários**, voltando, também, a reconstituir o “exército de reserva”.

Uma outra conseqüência da acumulação analisada por Marx foi a concentração da riqueza e do poder nas mãos de número restrito de capitalistas.

²⁹ Singer Op. Cit. Pág. 66

A concentração decorre da ação combinada de duas forças:

1ª - A concorrência entre capitalistas

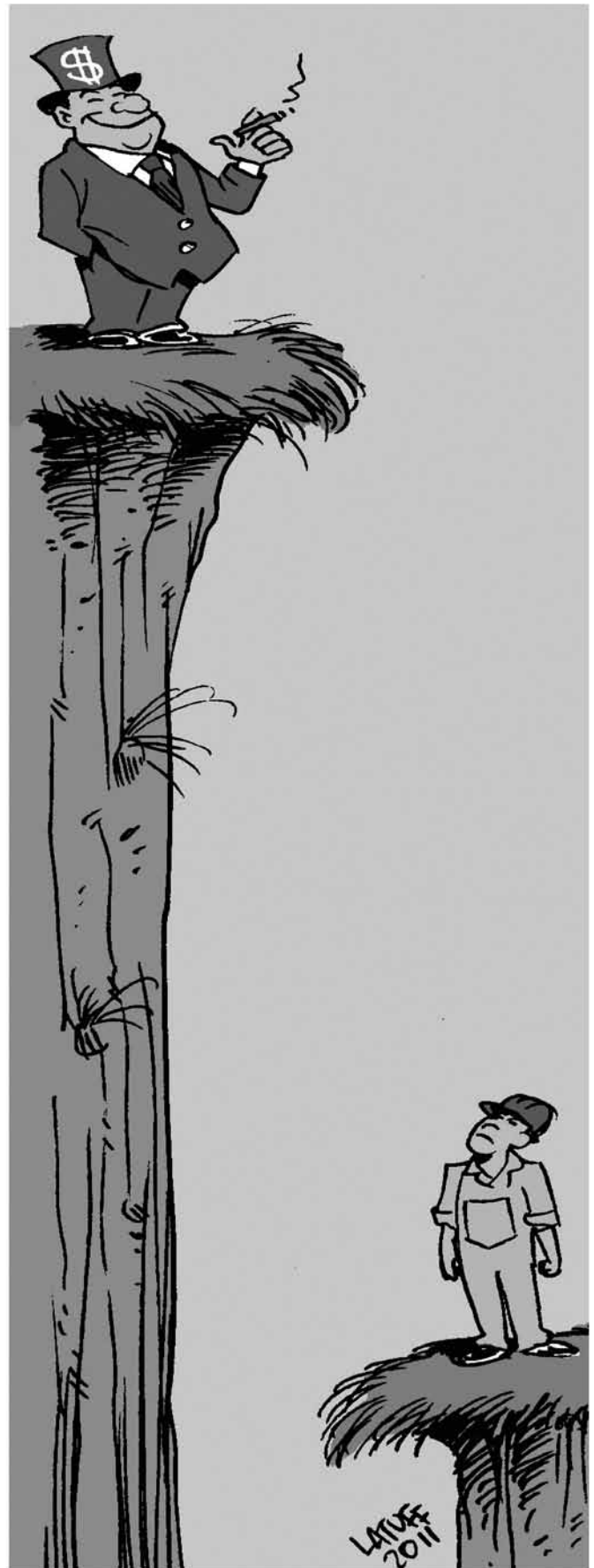
Esta gera uma situação que favorece as maiores empresas e, em consequência, o mais forte absorve o mais fraco.

Nas palavras de Marx³⁰:

“aqui a concorrência causa devastações em proporção direta ao número, e em proporção inversa às magnitudes dos capitalistas adversários. Termina sempre provocando a ruína de inúmeros pequenos capitalistas, cujos capitais passam em parte, ao controle de seus conquistadores, em parte desaparecem”

2ª - O avanço do aperfeiçoamento tecnológico

As inovações tecnológicas, aliadas à concorrência entre capitalista, impulsionam o processo de concentração, fazendo com que surjam empresas cada vez maiores. O controle dessas grandes empresas num processo seletivo, passa a ser exercido por grupos cada vez mais restrito de capitalistas.



³⁰ Hunt & Sherman op. cit. Pag. 102

Em síntese: **amplia-se o abismo existente** entre as classes fundamentais da economia capitalista:

- de um lado, os grupos minoritários dos grandes capitalistas
- de outro, o proletariado, a grande maioria da população.

E Repartição da Renda

A análise marxista da repartição da renda centra sua atenção na forma como se distribui o **produto global**, entre a parcela necessária para a manutenção da capacidade produtiva, física e mental dos(as) trabalhadores(as) e a parcela que compõe o excedente social. **Ou seja, na divisão do produto social entre produto necessário e mais-valia.**

Conforme já colocado, o **produto social é o fruto do trabalho socialmente necessário, de toda a população ativa da sociedade.** Para entendermos a repartição da renda, se faz necessário, preliminarmente, verificarmos as definições de trabalho produtivo na sua forma assalariada capitalista. Isto é, na medida em que ele (o trabalho) é remunerado por uma parte do capital.

Esta parte do capital que remunera o trabalho se transforma em salário, é denominada capital variável, porque retorna ao capitalista aumentado da mais-valia.

Trabalho produtivo, portanto, é aquele que produz mais-valia. Ou seja, aquele trabalho que:

Além de reproduzir o valor da força de trabalho, produz uma parte adicional - um valor a mais.

Outros tipos de trabalho, embora remunerados, não são produtivos, ou seja, **não produzem a mais-valia e por isso são considerados trabalhos não produtivos.**

Para caracterizar o que é, na análise marxista, trabalho produtivo e trabalho não produtivo, tomemos (novamente) de empréstimo uma adaptação do exem-

plo dado pelo professor Paul Singer.³¹

Supõe-se uma cozinheira que trabalha em um restaurante e um médico que trabalhe em uma clínica particular pertencentes a um grupo capitalista. Se eles recebem uma remuneração, sob forma de salários, por seus serviços...

³¹ Singer op. cit. Pág. 33

...diz-se que o trabalho de cada um é produtivo.

Por quê?



O Salário que eles recebem, pelos serviços prestados, corresponde ao custo de sua força de trabalho, de cozinheira ou de médico.



Porém, o trabalho que produzem e entregam ao empregador (ao dono do restaurante e aos donos da clínica particular) é maior que o número de horas de trabalho socialmente necessário.

Ou seja, ambos geram um excedente (mais-valia) que se agrega ao produto total.

Agora, suponha a mesma cozinheira e o mesmo médico, ela trabalhando como doméstica, numa casa de família, e executando o mesmo trabalho de cozi-

nhar e ele (o médico) trabalhando em sua própria clínica, sem vínculo empregatício e executando os mesmos serviços.

Neste caso, tanto o trabalho executado pela cozinheira quanto o trabalho do médico são considerados não produtivos.

Por quê?

Porque não geram mais-valia.

Nada agregam ao produto social. Há apenas uma troca do seu trabalho por outro produto, no qual está incorporado o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário. No caso da cozinheira, ela simplesmente troca o seu serviço por uma parte da renda da família que a contratou. No caso do médico, ele troca seus serviços médicos por parte do rendimento de seus clientes.

Em nenhum caso gerou-se um excedente, porque essa forma de serviço não toma a forma de uma mercadoria não capitalista. E, como vimos, o excedente (mais-valia) somente se realiza com as mercadorias que são trocadas no mercado.

É evidente que o produto social seria maior, se a ele fossem somados os rendimentos do trabalho dito não produtivo. Todavia,

o excedente, isto é, a diferença entre o produto social e produto necessário permaneceria o mesmo.

A concepção marxista é que:

A repartição do produto entre “produto necessário” e “excedente” se dá, essencialmente, pela luta de classes.

A melhor ou pior repartição dependerá da capacidade de luta dos trabalhadores; se possuam ou não, partido político que defendam seus interesses. **É dessa luta que resulta o nível de remuneração**, que poderá crescer ou não, dependendo das suas contingências.

Um outro elemento da teoria marxista da repartição, que se apresenta como resultado de luta, é a taxa de lucro. Ou seja, o lucro dividido pelo capital invertido. Esta é determinado, ao nível macroeconômico, pelo resultado da luta concorrencial entre os capitalistas. Quanto maior a mobilidade do capital, isto é, quanto maior a sua liberdade de movimento, mais

equalizada será a taxa de lucro.

As empresas têm certa liberdade de investir naqueles setores onde os lucros são maiores, abandonando os ramos menos lucrativos. Com essas mudanças de emprego do capital há uma tendência à equalização de sua remuneração.

Existem indivíduos ou empresas que possuem capitais sob a forma de moeda. É o capitalista financeiro. Este capitalista se diferencia do capitalista produtivo, por não investir o seu dinheiro diretamente no processo produtivo. Empréstam o seu dinheiro a uma determinada taxa de juros que, em tese, deve ser menor que a taxa de lucros.

F

A Moeda na Análise Marxista

Mesmo considerado de grande relevância para o entendimento da realidade econômica, os aspectos da teoria da moeda são assunto pouco discutido pelos

economistas marxistas. Suas análises têm, por origens, as funções de troca, ou do mercado, numa economia capitalista.

Para facilitar nosso entendimento, recordemos algumas características da economia capitalista:

Ela é articulada pela divisão social do trabalho. Diferentes indivíduos, em diferentes empresas, se especializam na produção de bens de diferentes usos. Esses bens são redistribuídos para que atendam, em parte, as necessidades de consumo da população e, em parte, as necessidades (de produção) das empresas. Isto faz com que haja, na produção, uma desarticulação gerada pela independência de cada empresa para decidir como produzir, o que produzir, quanto produzir e que preço cobrar. **A articulação dada pela divisão do trabalho, portanto, tem que se realizar (e se realiza) no ato da troca.**

A função da troca (ou do mercado) é precisamente superar a desarticulação da economia, ou nas palavras de Marx: superar a desarticulação da “anarquia de produção”. Para que a circulação (de mercadorias) ocorra, e para que o mercado possa desempenhar suas funções, é necessário igualar o valor contido na mercadoria que se deseja vender no mercado, ao valor das mercadorias que se quer comprar.

Historicamente, a forma encontrada para se estabelecer as relações de troca, foi a escolha de uma mercadoria específica, para medir a equivalência entre o valor das diferentes mercadorias disponíveis para trocas.

**Para a maior parte da economia capitalista,
a mercadoria escolhida
para servir de equivalente foi o OURO.**

Esta escolha teve, por base, algumas características físicas desse metal:

- ☑ **é raro**
- ☑ **não oxida**, o que garante manter suas qualidades físicas ao longo do tempo
- ☑ **é uniforme**, podendo ser dividido em barras ou em pó (imaginem, se tivéssemos que usar o boi como equivalente, e fôssemos comprar um sanduíche na lanchonete, como seria o troco?).

A partir do momento que o ouro se transforma em moeda, ou seja, passa a ser utilizado como equivalente geral nas trocas, perde seu valor de uso tradicional (joias, ornamentos etc.) e passa a ser a representa-

ção social do valor de troca. Cada mercadoria, com ele (o ouro) é comparada e dessa comparação, retira-se o seu valor de troca (lembram-se da mesa de “mogno” “redonda” “pintada” e que vale cem reais?).

**Nesse sentido, a MOEDA/OURO passa a refletir
a quantidade de trabalho socialmente necessário
contido em cada mercadoria.**

O trabalho socialmente necessário reflete, por sua vez, a relação entre o volume produzido e a demanda para este valor de uso. Se uma empresa que produz sapatos, por exemplo, colocar no mercado uma quantidade superior à demanda para este va-

lor de uso, não realizará a troca dessa parte que excede a demanda. Perceberá, então, que uma parte do trabalho contido nessa mercadoria é socialmente inútil e, portanto, não é trabalho socialmente necessário.

**A existência da moeda passa a ser o elemento
central da economia capitalista pelo fato de desempenhar
a função de informar, aos diferentes produtores,
a viabilidade econômica de suas atividades.**

O uso de uma mercadoria, com a função de equivalente nas relações de troca, é o que se chamou de “moedamercadoria”. Quando há escassez, ou seja, dificuldades de produção dessa mercadoria, tornando sua quantidade insuficiente, os preços de todas as demais

mercadorias irão diminuir, ou seja, trocar-se-á a mesma quantidade de outra mercadoria por menor quantidade do seu equivalente (a mercadoria moeda). Portanto, realiza-se a circulação de todas as mercadorias com uma menor quantidade de “moeda-mercadoria”.

As dificuldades e os riscos de transporte do ouro desenvolveram o hábito, em particulares e em negociantes, desde a Idade Média, de confiar a guarda das “moedas-mercadoria” a ourives, mediante recibos.

Some-se aos ourives, a fundação do Banco da Inglaterra (final do séc. XVII) que, também, emite recibos de moeda-mercadoria(ouro) sob sua custódia.

Gradativamente, esses recibos (de ourives e banqueiros) tornam-se transmissíveis, por endosso, e até pagáveis ao portador.

Pouco a pouco, os guardiões da “moeda-mercadoria” perceberam que seus “recibos” tinham aceitação e passavam, de mãos em mãos, sem que se reclamasse a devolução da “moeda-mercadoria” (o ouro) sob sua guarda.

O indivíduo que recebeu a “moeda-papel” (recibo do ourives ou banqueiro) usava-o para fazer pagamentos, o seguinte também o usa e assim sucessivamente. **O banqueiro, sob condições de riscos, começa a emitir**

mais “moeda-papel” (recibos) do que a quantidade de ouro que ele efetivamente dispunha. Foi assim que se descobriu o processo “engenhoso” da emissão da moeda fiduciária.

Marx denomina a moeda-papel de “Wertzeicher” uma representação do valor. É um pedaço de papel, mas que representa o ouro.



Como resultado dessa prática da emissão de “moeda-papel” em quantidade superior à quantidade de ouro existente, este passa a funcionar em uma quantidade maior de trocas do que seria possível se ele, fisicamente, circulasse. Todavia, na medida em que o banqueiro comece a emitir em excesso, **surge a desconfiança e poderá haver uma “corrida” para retirar a “moeda-**

-mercadoria” (o ouro) dos cofres dos ourives e banqueiros, o que os conduziria à falência.

Na análise de Marx, a possibilidade de emissão de “moeda-papel” em excesso, com relação à “moeda-mercadoria” existente, é uma possibilidade fortuita, que causa certo distúrbio na economia, mas não a determina essencialmente.

Essa situação muda no momento em que o Estado assume a função de banqueiro-emissor (através do seu Banco Central).

Se colocada em dúvida a credibilidade do governo, esse usa o seu poder coercitivo, para dar curso forçado à moeda. Nega-se a fazer a troca e obriga a que particulares, os agentes econômicos, continuem aceitando

as notas. Esta é a outra forma da moeda fiduciária: o “papel-moeda” que não é conversível em metal e cujo poder liberatório decorre do dispositivo legal que lhe dá curso forçado.

Portanto, é a partir da entrada do Estado como emissor que a quantidade de moeda existente na economia se “desliga” dos custos de produção da mercadoria-moeda.

A partir do momento em que o Estado pode impor a aceitação dos seus papéis, ele cria a moeda inconvertível, isto é o papel-moeda, cuja circulação é forçada por lei.

O tipo de capitalismo da análise de Marx é, em muitos

aspectos, diferente do que vivemos hoje. E, como afirmamos no início deste tópico, as teorias sobre a moeda são assunto pouco discutido por economistas marxistas, razão pela qual, as ideias expostas por Marx não foram totalmente atualizadas para o sistema monetário moderno³².

O capitalismo monopolista, da atualidade, trouxe consigo o capitalismo de Estado, em que as “autoridades econômicas” têm à sua disposição um conjunto de instrumentos de controle sobre a quantidade de moeda em circulação.

Suponha, por exemplo, que o governo aumente a quantidade de moeda sem o correspondente aumento da produção. Isso “puxaria” os preços das mercadorias para cima (inflação). Em outras palavras, reduziria o valor da mercadoria com relação ao seu equivalente.

Para compensar esse aumento da moeda, o governo pode retirá-la de circulação através de um aumento dos impostos e/ou de cortes nos gastos (no Brasil, geralmente se cortam os gastos na área social), eliminando os efeitos altistas sobre os preços das mercadorias.

³² Uma compreensão do assunto é encontrada no trabalho de Fernando J. Cardin de Carvalho “A Teoria Monetária de Marx: Uma abordagem pós Keynesiana”, publicado pela Associação Nacional dos Cursos de Pós Graduação em Economia, nos Anais do XIV Encontro Nacional de Economia - Brasília 1986 - Páginas 245-284

“Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende.”

Leonardo Da Vinci

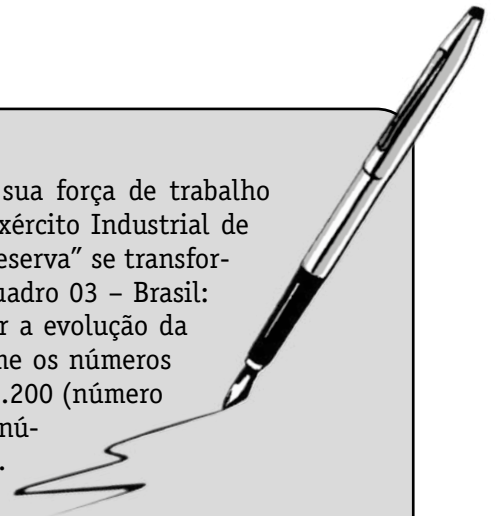
QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1

“O sistema capitalista de produção tende a ter uma parcela da sua força de trabalho desempregada ou subempregada, ao que Marx denominou de “Exército Industrial de Reserva” (Do texto *Acumulação de Capital*). Comente como essa “reserva” se transforma na “alavanca” da acumulação de capital e com os dados do Quadro 03 – Brasil: Evolução da condição de ocupação e desemprego, procure mostrar a evolução da magnitude dessa “reserva” no período 1989-1995. Dica: Transforme os números percentuais em números absolutos. Assim: o PEA 1989 é de 62.513.200 (número absoluto); o número de empregados com registro é de 38,3% do PEA (número relativo), 38,3% de 62.513.200 é 23.942.500 (valor máximo). ”

2

Faça uma nova leitura dos Textos da Economia Política de Karl Marx, em particular, dê ênfase aos textos: *O Excedente Econômico* e a *Mais Valia e Repartição da Renda*, para responder a seguinte questão: no sistema capitalista de produção todos os(as) trabalhadores(as) são explorados, ou somente aqueles que produzem a mais-valia?





Luta pelo Piso, Carreira, Profuncionário,
valorização profissional são temas-chave
do informativo. Acesse o *site*

www.cnte.org.br

faça o cadastro e receba semanalmente,
o Boletim em seu endereço eletrônico.

RECEBA O BOLETIM

Nome

E-mail

☒ Receber em HTML?

Comunicação

CNTE Informa

CNTE Notícias

Notícias

Artigos

Releases

CAPÍTULO 4

A Teoria Econômica Neoclássica (Marginalista)

A Teoria Econômica Neoclássica

A proposta da Escola Hedonista era construir uma ciência pura para a Economia Política. Sua reação à Escola Clássica teve como base o princípio hedonista:

“o homem busca o máximo de satisfação com o mínimo de dispêndio possível”.

Seus principais representantes (fundadores) foram: William Stanley Jevons (1835-1882); Léon Walras (1834-1910); Karl Menger (1840-1921) e Alfred Marshall (1842-1924). Os patronos filosóficos dessa dou-

trina, os ingleses James Mill e Jeremy Bentham, postulavam ser o estudo do comportamento hedonista do indivíduo em sociedade a fonte primária da construção científica da Economia.

Segundo este utilitarismo:

EM PRIMEIRO LUGAR, os fundamentos da análise econômica deveriam estar centrados sobre o comportamento individual dos agentes econômicos e,

EM SEGUNDO LUGAR, a base da noção de valor deveria ser a “utilidade”, espécie de “desejo abstrato” que se contraporia à noção de trabalho abstrato da tradição de Smith, Ricardo e Karl Marx.

Hedonismo:

Doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral.

As mudanças teóricas na Economia Política, propostas pelos **representantes da Escola Hedonista, denominados Neoclássicos**, se referiam a **novas definições dos problemas econômicos relacionadas às causas do desenvolvimento da riqueza**. O

centro de suas análises, todavia, seguiu a mesma “trilha” do pensamento dos representantes da Escola Clássica Liberal: a análise do fator econômico centrado nas relações entre o trabalho dos seres humanos e a natureza.

A

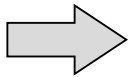
Os Neoclássicos e a Teoria do Valor Utilidade

A concepção neoclássica do valor é de que o “homem” sente uma série de necessidades e é em busca de satisfazê-las, que ele se dedica às atividades econômicas.

O valor é, portanto, o grau de satisfação ou a utilidade que cada bem (mercadoria) lhe proporciona.

Nesse sentido, as relações existentes na produção ocorrem, essencialmente, entre o “homem” e o meio

físico (diferentemente de Smith, Ricardo e Marx que afirmaram ser o trabalho a fonte do valor).



O valor, no sentido neoclássico, é subjetivo.

Supõe-se o consumidor racional, capaz de reconhecer suas necessidades e a melhor maneira de satisfazê-las. A medida do valor seria feita em termos com-

parativos entre as diferentes mercadorias capazes de satisfazer suas necessidades. Nas palavras de William Jevons³³:

“É difícil sequer conceber uma unidade de prazer ou de desprazer; contudo, é a quantidade desses sentimentos que nos instiga, continuamente, a comprar e vender, produzir e consumir; e é com base nos efeitos quantitativos de tais sentimentos que devemos avaliar suas quantidades comparativas”.

Supunham, ainda, os neoclássicos, a existência de **um mercado livre, no qual os consumidores pudessem trocar livremente suas rendas por mercadorias**. Estes procurariam “maximizar suas utilidades e, desta forma, distribuiriam suas rendas de forma a “maximizar” o bem-estar de todos”.

Curiosamente, **os neoclássicos nunca foram ca-**

pazes de desvendar as leis que governam a subjetividade do valor utilidade. Em dezembro de 1985, na abertura do XIII Encontro Nacional de Economia – Vitória-ES, ouvi do Professor Mário Henrique Simonsen, o seguinte: “faltou aos neoclássicos inventar o “utilitômetro”, instrumento que seria utilizado para medir a “utilidade”.

³³ Citado Hunt & Sherman op. cit. Pag. 114

B Os Neoclássicos e a Produção

A teoria neoclássica da produção parte do princípio de que o comportamento da empresa é perfeitamente simétrico ao comportamento do consumidor.

Na busca de “maximizar” seus lucros, a empresa procura a maior eficiência possível, o que seria feito pela máxima redução dos custos de produção.

A empresa adquire (no mercado) fatores de produção (trabalho, por exemplo) até o ponto em que a quantidade, acrescida à produção, pela última unidade contratada, seja igual à quantidade acrescentada pelos demais fatores (Capital e matéria-prima).

Assim, a última unidade monetária despendida na aquisição de cada fator deveria proporcionar o mesmo aumento na produção que aquele proporcio-

nado pela última unidade monetária despendida nos demais fatores.

A escolha da combinação dos fatores de produção, considerando Capital (máquinas) e trabalho (mão de obra), é definida, portanto, pela produtividade marginal de cada fator.

Esta proposição valeu, aos neoclássicos, a alcunha de “marginalistas”.

***Sem a curiosidade
que me move, que me
inquieta, que me insere
na busca, não aprendo
nem ensino.***

Paulo Freire

CAPÍTULO 5

Keynesianismo e a Economia Política do Século XX

1929: uma tragédia econômico-política

No período de 1900 a 1929, os Estados Unidos da América viveram um período de forte crescimento econômico, sem precedentes, em toda a sua história. A soma dos valores de todos os seus ativos econômicos saltou de 86 milhões de dólares, em 1900, para 361 bilhões, em 1929. Cifra, essa, que o elevou à condição de primeira potência industrial no mundo. **Em 1929, apenas 3,2% da força de trabalho estava desempregada.** Os consumidores gastavam dezenas de milhares de dólares na compra de rádios, geladeiras e aparelhos elétricos, cuja produção e comercialização em massa era fato recente.

Essa prosperidade e abundância são subitamente interrompidas, no dia 24 de outubro de 1929. Dia esse, que ficou conhecido como a “Quinta-Feira Negra”. Sem motivo aparente, uma “onda” de venda de ações atingiu a Bolsa de Valores de Nova Iorque. **A “corrida” para vender ações, por aqueles que possuíam dívidas, fazia com que os preços das ações caíssem. Quanto mais eram vendidas, mais os preços caíam e, quanto mais baixavam os preços, mais os investidores vendiam.** Ao fim de dois meses, as ações da Bolsa de Nova Iorque, perderam mais de um terço de seus valores. Ao final do ano de 1932, a média das ações industriais era de um sexto do que valiam em outubro de 1929.

O colapso na Bolsa de Valores teve, como consequência econômica, o declínio do produto nacional e o desemprego em massa.

Entre outubro de 1929 e 1932,

- ✓ foram 85 mil falências de empresas;
- ✓ fechamento de mais de 5.000 agências bancárias;
- ✓ o valor das ações na bolsa cai de 87 bilhões de US\$, em 29, para apenas 19 bilhões, em 1932;
- ✓ doze milhões de pessoas perderam o emprego
- ✓ e um quarto da população ficou privada dos meios necessários para prover sua subsistência.

Em 1932, em Chicago...

“Um Relatório de 1932, descrevendo a operação de despejo de lixo, num depósito da cidade de Chicago, fixou um flagrante da miséria e da degradação a que foram arrastados esses milhões de pessoas: em torno de um caminhão que descarregava lixo e outros dejetos, havia cerca de 35 homens, mulheres e crianças. Nem bem o caminhão se afastou do monturo, atiraram-se a ele e puseram-se a cavar com paus, alguns com as próprias mãos, agarrando restos de comida e verduras”.³⁴

É neste cenário desolador, em que o sistema econômico capitalista parecia estar à beira do colapso total, que surge, em 1936, a “Teoria Geral do Emprego, do juro e da Renda” de John Maynard Keynes (1883-1946), nascido em Cambridge - Inglaterra.

A obra de Keynes é tida como revolucionária na história da Ciência Econômica. Alguns economistas marxistas a saudaram como a obra mais importante depois de *O Capital*, de Karl Marx.

Keynes chamou sua Teoria de “Geral” o que a contrapõe à teoria clássica liberal. **A teoria clássica liberal, na opinião de Keynes, é uma teoria parcial da atividade econômica por:**

- ✓ **apoiar-se na hipótese do pleno emprego,**
- ✓ **eliminar a moeda do seu raciocínio e**
- ✓ **apresentar o problema econômico em termos individuais e fragmentários.**

Nas suas propostas, Keynes revê a teoria econômica:

- ✓ para uma economia em que o pleno emprego não se realiza, na maioria das vezes;
- ✓ considera a moeda como um elemento ativo, com uma função a representar no equilíbrio geral da economia e que depende das condições de pleno emprego ou subemprego da mão de obra;
- ✓ considera a análise em termos gerais (macroeconômico) de “rendimentos globais”, “produto global”, “emprego global” etc.

³⁴ Citado por Hunt & Sherman op. cit. Pág. 166.

Os princípios gerais da Teoria Keynesiana se fundamentam no pressuposto de que, a procura exerce o papel primordial de agente motor do sistema econômico, pois o emprego varia no mesmo sentido

do rendimento global. Portanto, a procura e, conseqüentemente, o emprego, dependem de três elementos (fatores) psicológicos, variáveis e independentes entre si:

➔ a preferência pela liquidez (poupança)

➔ o estímulo a investir (investimentos) e

➔ a propensão a consumir (consumo).

Estes três elementos (fatores), juntamente com o volume monetário (quantidade de moedas)

irão representar os elementos explicativos do sistema econômico.

O estudo teórico de Keynes levou-o a demonstrar que: As “livres” forças do mercado, nas quais se assentava o pensamento dos clássicos liberais, possuem falhas e situações de subemprego podem prolongar-se.

TORNA-SE NECESSÁRIA, PORTANTO, A INTERVENÇÃO DO ESTADO.

A análise de Keynes não difere radicalmente, em seus aspectos essenciais, das análises de Marx³⁵. Ambos consideraram, como a **causa principal de uma depressão econômica, a inabilidade dos capitalistas**

para encontrar suficientes oportunidades de investimentos. Tornando impossível contrabalançar os níveis crescentes de entesouramento da moeda (poupança) gerados pelo crescimento econômico.

A proposta de Keynes foi ainda mais realista:

Propunha que, quando a poupança excedesse os investimentos, o governo deveria recolher o excesso, mediante empréstimos, investindo o dinheiro em projetos de utilidade social.

A escolha dos projetos deveria recair naquelas atividades que não ampliassem a capacidade produtiva da

economia e, também não reduzissem as oportunidades de investimentos futuros.

³⁵ Quando era estudante do curso de mestrado, na FEA/USP, ouvi alguém dizer que Keynes, enquanto escrevia a sua teoria geral, escondia-se de seus discípulos para estudar Marx.

CAPÍTULO 6

Neoliberalismo (ou novo frenesi liberalista)

O frenesi liberista

Contrapondo-se à predominância das políticas estatizantes de influência socialistas, e das políticas social-democráticas de inspiração Keynesiana, surge, a partir do final da década de 1930, o que se conhece hoje por neoliberalismo.

O prefixo “neo” indica que as ideias neoliberais nada têm de original. Apenas retornam à obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, que, recorda-se, buscou demonstrar que o interesse individualista, com as garantias do estado de direito, leva a economia de mercado a funcionar “eficientemente” pelos incentivos criados pelo sistema de preços. A “eficiência” seria alcançada pelo livre acesso à concorrência na produção e no consumo, ou seja,

na ausência de reservas de mercado.

Embora considerado fundador do neoliberalismo, o economista austríaco Ludwig Von Mises (1881-1973), fica em segundo plano, cedendo o título de “guru” do neoliberalismo ao seu ex-aluno, o também austríaco Friedrich August Von Hayek, autor do livro *O Caminho da Servidão*, que recebeu o prêmio Nobel de economia em 1974 (faleceu no início dos anos 90).

Enquanto o pensamento liberal clássico se contrapõe ao pensamento pré-capitalista – do período entre os séc. XV e XVII –, em defesa da burguesia, o pensamento neoliberal de Hayek e Mises se insurge contra as tendências socialistas, proclamando a “legitimidade” da sociedade burguesa.

Não é, entretanto, apenas contra ideias socialistas que se insurgem.

O neoliberalismo se coloca contrário a qualquer intervenção do Estado na economia.

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, em abril de 1947, um grupo heterogêneo de 37 pessoas, sob a liderança de Hayek, se reuniu no Hotel Mont

Pélerin, no sul da Suíça. A intenção era reunir intelectuais em torno de uma Academia Internacional de Filosofia Política.

A preocupação comum desses intelectuais eram as ameaças às liberdades individuais. Para eles, a vitória militar sobre o nazismo e o fascismo, o avanço do socialismo russo sobre o Leste Europeu, a social democracia na Europa e as duas guerras mundiais provocaram uma enorme expansão do gerenciamento do Estado na economia.

Organizam, nesse encontro, a ***Sociedade Mont Pélerin***, cujo propósito era lutar contra o pensamento Keynesiano, que se tornara hegemônico, na época. **Tecem críticas ao socialismo.** Como a crítica de Von Mises, de que **o socialismo é incompatível com a modernidade**, uma vez que as indústrias modernas só

podem existir num sistema de livre mercado. O socialismo, portanto, está destinado ao fracasso. Ou a crítica de Hayek, de que **um governo socialista somente instituiria um planejamento econômico através do uso da força e do terror**, transformando a promessa de maior liberdade em servidão política.

A concepção neoliberal de Estado é a do **ESTADO MÍNIMO**, restrito ao exercício das funções de:

policiamento, justiça e defesa nacional.

Já no pensamento sob influência socialista e no da social-democracia, essas funções se ampliam. Para estes, o Estado deve desempenhar funções como o provimento da educação e da saúde, a assistência aos desamparados etc.

O embasamento epistemológico³⁶ do neoliberalismo fundamenta-se no princípio de que “a razão precisa ter consciência de suas próprias limitações”. Desse princípio, **na concepção neoliberal, o grupo social, ao**

longo de sua existência, tem acesso apenas a uma pequena parcela do conhecimento sobre o funcionamento do sistema social. Esse postulado produz, no campo da economia política, os seguintes corolários:

³⁶ Epistemologia: estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas, e que visa a determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas. Epistemológico: relativo à epistemologia.

- 1 O único instrumento que pode canalizar as informações produzidas nas relações sociais num sistema com base na Divisão Social do Trabalho é o mercado. Portanto, **não pode haver a intervenção coercitiva do Estado.**
- 2 **É impossível um sistema planificado**, dada à inexistência do conhecimento total do sistema, pois não é possível prever o futuro.
- 3 O poder tem que ser limitado e diluído. Materializa-se assim a concepção de Estado Mínimo. **“A preservação da liberdade (econômica³⁷) é a principal razão para a limitação e descentralização do poder do governo”.³⁸**
- 4 A revolução social não é o caminho viável para as condições dignas da vida humana. Ao contrário, **a revolução social conduz à violência e à destruição da liberdade³⁹.**

Esses corolários neoliberais, para a economia dos Estados nacionais, podem ser resumidos, nos seguintes pontos práticos:

- 1º A inevitabilidade de se fazer um forte ajuste ortodoxo macroeconômico na economia nacional, com vistas à eliminação do déficit público, **“enxugamento do Estado** (redução da folha de salários e dos programas sociais) **e acordo com os credores internacionais**, com vistas ao pagamento da dívida externa. Esses ajustes devem ter o aval do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial”.
- 2º **A liberalização e “flexibilização” das relações trabalho-capital.** É objetivo acabar com as conquistas obtidas na luta dos(as) trabalhadores(as) – que eles chamam de “privilégios” – e com a política salarial até então determinada pelos Estados nacionais.
- 3º A defesa da rápida **liberalização do comércio exterior**, notadamente nas importações, para que as estruturas produtivas internas possam competir “livremente” no mercado internacional com as dos países mais avançados.
- 4º A afirmação de que é possível, aos **países em desenvolvimento, tornar sua economia moderna** e, no curto prazo, se integrar ao chamado “Primeiro Mundo”.
- 5º Como parte do “enxugamento” do Estado, inclui-se **a necessidade de privatização**. Os Estados nacionais devem vender ao capitalista suas empresas produtivas e, ao mesmo tempo, reduzir a regulação sobre a economia.

Os corolários apontam para uma utopia (utopia neoliberal) que subordine toda a forma de liberdade à liberdade econômica. Esta passa a ser condição suficiente e necessária para que existam outros tipos de liber-

dade e que a espécie humana encontre a “felicidade”.

Na prática, as leis que governam o mercado autorregulador, da concepção neoliberal, não se mostram favoráveis a nenhuma das classes sociais.

³⁷ O (econômica) é nosso.

³⁸ Milton Friedman in Capitalismo e Liberdade (pág. 13 - Nova Cultural. 1988).

³⁹ Ver Karl Popper: Críticas à teoria clássica da história. In: Teoria da História - Fundação Calouste - Lisboa 1984.

O MERCADO, na verdade, é palco de luta:

- ✓ Luta entre o capital e o trabalho, ou seja, entre aqueles que vendem e aqueles que compram a força de trabalho.
- ✓ É palco de luta entre os próprios capitalistas.
- ✓ As concorrências entre empresas destroem, aniquilam as próprias empresas.
- ✓ Enfim, o mercado que se autorregula, na concepção neoliberal, é a mais perversa forma de exclusão social.

Esse mercado é diferente do mercado definido como “lôcus” onde as relações de troca se realizam

na forma das relações sociais entre seres humanos e não nas relações destes e das coisas.

O mercado autorregulador de concepção neoliberal é diferente do mercado no qual a sobrevivência humana é garantida.

Durante quase quatro décadas, a produção teórica neoliberal ficou “engavetada” em armários empoeirados, sob a vigilância constante do sucesso obtido pelo “welfare state” keynesiano. As crises econômicas, desencadeadas a partir do final da primeira metade da década de 1970, ressuscitaram as ideias de Mises e Hayek, até então adormecidas.

Nos anos 80, Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Regan, nos EUA, se alinham ao evangelho hayekiano, e dão início à expansão, em escala mundial, do ideário neoliberal.



Com a crise no sistema capitalista, os defensores do neoliberalismo propõem a reestruturação econômica dos países ricos (líderes), incluindo os chamados países periféricos (Brasil, México etc.). A tese defendida pelas grandes empresas (transnacionais) – e referendada pelos

governos dos países ricos, pela ONU, FMI e Banco Mundial – é a da **integração da economia em escala mundial (globalização), segundo os princípios neoliberais**. Ou seja, a integração econômica deve contemplar a liberalização dos mercados e implantação do Estado mínimo.

A globalização é colocada, no pensamento neoliberal, como um imperativo na solução da crise estrutural do sistema capitalista. Sem a globalização da economia, o sistema iria à bancarrota.

Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) reflete essas aspirações da nova (des)ordem internacional proposta para a economia mundial.

Jaques Decornoy (jornalista), em artigo no jornal francês *Le Monde* (setembro de 1993), resume alguns pontos do comunicado do CNUCED:

- 1** O relatório prega uma interação paralela das políticas dos Estados-Nação com as transnacionais e trata de certas opções que podem se oferecer aos governantes. Argumenta que **a produção internacional integrada requer maior sofisticação das políticas das transnacionais**, tanto quanto das políticas governamentais. Esta é a tese central.
- 2** Considerando a pequena escala crescente das estratégias das empresas transnacionais à base regional, o relatório da CNUCED recomenda que os governos dos países hospedeiros tenham de participar dos projetos de integração regional, a fim de melhor lucrar com o aporte potencial dessas corporações. Em outras palavras, **o relatório prega a formação de blocos econômicos que contribuem para alargar os mercados, removendo barreiras ao comércio, principalmente intrablocos**.
- 3** As empresas transnacionais são, por sua natureza, os agentes que organizam a produção transnacional e criam novos parâmetros para os governos. Em outras palavras, **o relatório admite que os Estados-Nação devem se tornar caudatários das corporações transnacionais**.
- 4** Os países capazes de elevar o nível de suas estruturas econômicas e capacidades tecnológicas, de acordo com as necessidades das empresas transnacionais, serão melhor colocados para participarem da divisão internacional do trabalho. Este ponto do relatório reforça a conclusão do item 3.
- 5** No sistema internacional que emerge, **são as empresas transnacionais que determinam a participação de um país na Divisão Internacional do Trabalho**. Disto resulta que o potencial de crescimento dos países em via de desenvolvimento dependerá, em larga medida, de sua capacidade de participar da produção integrada e da natureza desta participação.
- 6** Para levar avante essas proposições, a CNUCED recomenda, em seu relatório, que:

Os Estados-Nação devem criar as melhores condições de acolhida e de desenvolvimento para as empresas transnacionais, provendo a infraestrutura necessária, a mão de obra qualificada e uma legislação adaptada às suas necessidades.

A reação ao neoliberalismo

Contrapondo-se ao ideário neoliberal, a produção acadêmica que tem recebido maior destaque mundial, atualmente, é a proposta de uma **Terceira Via**.

Seu mentor intelectual é Anthony Giddens, sociólogo inglês, professor da Universidade de Cambridge (Inglaterra). A ideia de uma Terceira Via, contudo, não é fato recente.

Há, pelo menos, oito décadas, propostas nesse sentido permeiam o debate, com diferentes caracte-

rísticas: as ideias fascistas da década de 1920; o capitalismo com “cara” humana de Harold Macmillan nos anos 30; a **Internacional Socialista** dos anos 50; o socialismo europeu oriental com feições humanas da década de 1960; os verdes alemães da década de 1970 e os social-democratas dos anos 80.

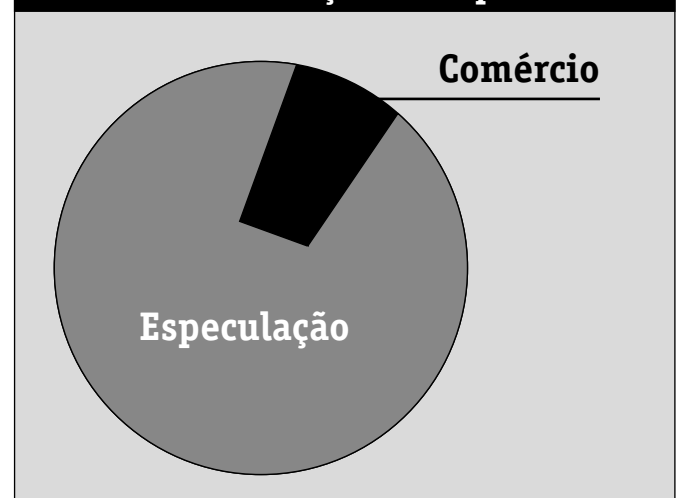
Anthony Giddens atribui ao papel ampliado dos mercados financeiros, a mudança mais importante da globalização.



Estes mercados financeiros operam, cada vez mais, em tempo real. As transações de câmbio monetário superam a espantosa cifra de um trilhão de dólares, por dia. Quando comparada com o comércio de mercadorias, verifica-se que o mercado financeiro cresceu na proporção de cinco por um, nos últimos quinze anos.

“Das moedas no valor de um trilhão de dólares americanos trocadas a cada dia, **somente 5% se relacionam com o comércio e outras transações econômicas substantivas. Os outros 95% são compostos de especulações e arbitragem**, uma vez que negociantes no controle de somas imensas buscam lucros rápidos nas flutuações da taxa de câmbio e em diferenciais de taxas de juros. Essas atividades distorcem os sinais que os mercados dão para instrumentos de longo prazo e o comércio. O capital de carteira de ações tem uma mobilidade espetacular – **centenas de milhões em “dinheiro quente” podem desertar um mercado ou um país em um dia**”.⁴⁰

Movimentação do Capital



⁴⁰ Giddens, Anthony - A Terceira Via - (Página 161) Editora Record 1999

Esse “sufocamento” das aplicações financeiras sobre os recursos produtivos inibe os investimentos, provoca o desemprego e agrava as acentuadas diferenças entre as classes.

A seguir, apresentamos uma síntese das propostas de Anthony Giddens:

1 **Reação estrutural pelo Estado ao processo de globalização**, que seria feito por um processo de redemocratização do Estado, através da descentralização. O fortalecimento do poder se daria, portanto, através de um duplo movimento da delegação do poder: de cima para baixo, pelo ímpeto da lógica da globalização e, também, de baixo para cima, pelo processo democrático. Quebrar-se-ia o atual processo unilateral.

2 **O Estado deveria expandir o papel da esfera pública**, o que significa reforma constitucional dirigida para maior transparência e abertura, bem como a introdução de novas salvaguardas contra a corrupção.

3 **O Estado deve elevar a eficiência administrativa**. Sendo objeto de desconfiança, em parte, por ser pesado e ineficaz, o Estado necessita recuperar sua legitimidade. Isto seria feito pela busca da eficiência administrativa.

4 **Mecanismos da democracia direta**. A aproximação do governo com os cidadãos e destes com o governo seria feita através de “experimentos com a democracia”. Proposta de uma forma diferenciada de governantes para substituição da atual forma ortodoxa de votação. Como alternativa, seriam utilizadas formas como: democracia local direta, referendos eletrônicos, júris de cidadãos e outras possibilidades.

A seguir, um exemplo apresentado por Anthony Giddens:

“Um modelo é a abordagem usada na Suécia vinte anos atrás, quando o governo atraiu o público diretamente para a formulação da política de energia. Governo, sindicatos, partidos e instituições de educação planejaram cursos de um dia inteiro sobre energia. Todas as pessoas que faziam tais cursos podiam levar recomendações formais ao governo. Setenta mil pessoas participaram de um exercício que moldou decisivamente uma política”.⁴¹

⁴¹ Giddens, op cit. p.85-86

5

Governo como administrador de risco.

Administração do risco pelo governo não deve se limitar aos riscos da segurança e econômicos. O governo deveria estar, intrinsecamente, comprometido em regular a mudança científica e tecnológica, bem como enfrentar as questões éticas que ela suscita.

Esta síntese das propostas de Anthony Giddens, não “espelha” todo o seu pensamento político e econômico, colocado como proposta a ser debatida. Abaixo, reproduzimos um trecho das conclusões de seu livro:

“A Terceira Via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia”:

“... No entanto, muitos dos que exaltam a escala da vitória também o projeto do Novo Trabalhismo como vazio. A esmagadora maioria de votos que o Novo Trabalhismo obteve foi o resultado de uma campanha muito ativa, profissional, em que se uti-

lizaram técnicas de mídia desenvolvidas nos EUA. O Novo Trabalhismo é amplamente visto como dependente de políticas orientadas para a mídia e como criando um “socialismo de programador visual”. “Imagens pessoais, encenações simbólicas, pronunciamentos-relâmpagos, piadas visuais”, tudo conta muito mais que “questões, discussões, projetos e a avaliação das promessas de campanha”.

Um preceito da propaganda bem-sucedida, no entanto, é que a imagem por si só não basta. Precisa haver algo de sólido por trás da campanha promocional, do contrário, o público enxerga através da fachada, muito rapidamente. Se tudo que o Novo Trabalhismo tivesse a oferecer fosse *know-how* de mídia, seu tempo de cenário político seria curto, e sua contribuição para o renascimento da social-democracia, limitada. Espero que esse não venha a ser o caso”.⁴²

Nota: O texto acima se refere à vitória do Partido Trabalhista no Reino Unido e faz referência ao Primeiro-Ministro inglês, Tony Blair.

⁴² Idem. p.168

ANEXO I

O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO¹

ANTONIO LASSANCE²

A economia política brasileira passou por diferentes fases, nas últimas décadas.

**Entre os anos 1940 e 1950,
a necessidade de industrialização
ganhou prioridade no debate econômico.**

A famosa polêmica entre Roberto Simonsen (1889-1948) e Eugênio Gudin Filho (1886-1986) expressou bem os dois lados da disputa (IPEA, 2010). **Simonsen, líder da burguesia industrial**, é considerado o grande precursor do nacional-desenvolvimentismo (BIELSCHO-

WSKY, 1996). **Gudin, expoente do pensamento liberal**, era defensor férreo de que o Brasil tinha uma vocação agrária, e seria melhor que assim permanecesse, para manter vantagens comparativas em relação a outros países.

**O nacional-desenvolvimentismo
firmou-se como concepção defensora
da primazia do Estado no planejamento
e orientação dos fatores econômicos.**

Teria que assumir papel ativo para fomentar setores que, deixados à sua própria sorte, seriam devorados pela

agressiva competição com economias de países que ingressaram primeiro em formas mais avançadas de capitalismo.

**Para os liberais, o Estado seria um problema em si.
A competição “livre” entre os agentes produtivos deveria ser estimulada.**

¹ O objetivo deste texto é propiciar uma reflexão contextualizada a partir do conteúdo deste fascículo.

² Mestre em Ciência Política e Especialista em Políticas Públicas. É pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e exerce docência universitária em cursos de Ciência Política, Direito e Relações Internacionais. Contato: <<http://antoniolassance.blogspot.com/>>.

A interferência estatal apenas aumentaria a ineficiência econômica, gerando custos extra, que teriam que ser arcados pelos empreendedores, ao invés de serem utilizados no financiamento da produção. A presença de empresas estrangeiras, mesmo que provo-

casasse a extinção de empresas nacionais, seria benéfica, modernizante e concorreria com a redução dos preços das mercadorias. **A importância do planejamento era ridicularizada e estigmatizada como “coisa do comunismo”.**

Governos como os de Vargas e Juscelino claramente passaram a adotar políticas orientadas a aumentar a presença da indústria e a intervenção do Estado na economia.

Mais que isso, a noção de desenvolvimento ficou estreitamente associada ao fenômeno da industrialização e das grandes obras de infraestrutura. Os planos econômicos, aos poucos, foram ganhando relevância

e sendo compreendidos como antecipação de ações de governo, fundamentais de serem conhecidas em seu conjunto pelos agentes produtivos nacionais e investidores internacionais.

O ímpeto de crescimento acelerado e a qualquer custo trouxe consequências.

O caminho perseguido e que levaria o Brasil:

→ ao posto de 8ª maior economia do mundo, já na década de 1970,

também levaria à:

- concentração ainda maior do eixo do novo ciclo de desenvolvimento no sudeste, principalmente em São Paulo;
- expansão urbana desordenada;
- formação de bolsões de pobreza, nas grandes cidades;
- problemas ambientais graves.

A paisagem urbana ganhava tons acinzentados e sombrios.

A política econômica adotada a partir dos anos 1950 atraiu multinacionais como nunca. O investimento estrangeiro, uma das molas mestras do desenvolvimento nacional, irrigou o País com fluxos de capital que patrocinaram ganhos

concentrados, mas com custos que todos seriam obrigados a pagar. Nos anos 1960, mesmo com a industrialização, o Brasil continuava um país essencialmente agrário, e problemas estruturais se intensificavam.

A sensação de que eram necessárias reformas de base alastrava-se, provocando uma dura resistência do latifúndio, essa instituição colonial que sustentou o escravismo, o predomínio político e econômico de famílias ditas “tradicionais”, o coronelismo, o atraso econômico e a indignidade humana.

O campo, empobrecido, era palco de revoltas camponesas que ganhavam vulto. Elas seriam sufocadas. Suas lideranças, perseguidas ou mortas. Mas a permanência das contradições faria surgir, mais tarde, movimentos agrários que pressionariam por mudanças

importantes na economia agrícola, fortaleceriam a luta pela reforma agrária e tornariam possível uma grande presença da agricultura familiar, responsável pela maior parte dos empregos no campo e da produção de alimentos para o mercado interno.

➤ O pensamento econômico sobre o Brasil

Entender o que era o Brasil e encontrar maneiras de transformá-lo, superando seus problemas mais profundos, foram a matéria-prima de uma reflexão profunda, desde os anos 1930, e a razão de ser de **uma geração de pensadores que iam além do debate entre desenvolvimentismo e liberalismo.**

Foi o caso de **Gaio Prado Jr.** (1907-1990), **Igná-**

cio Rangel (1914-1994) e **Celso Furtado** (1920-2004). Posteriormente, **Maria da Conceição Tavares** (1930), **Rui Mauro Marini** (1932-1997) e **Paul Singer** (1938), partindo de pontos de vista diferentes, analisariam não só aspectos da intervenção do Estado na economia, como o padrão da inserção nacional no sistema mundial (MANTEGA, 1984).

A luta por REFORMAS DE BASE e as expectativas de toda uma geração de brasileiros foram derrotadas por um modelo que se impôs pela lâmina das baionetas, e não pela primazia das ideias.

Um caminho econômico excludente seria pavimentado pela esteira dos tanques que instauraram uma ditadura com O GOLPE DE 1964.

Seu modelo econômico era baseado no dirigismo estatal, embora, curiosamente, fosse comandado por economistas que se professavam “liberais”. Algo bastante similar ao que ocorreu, em escala ainda mais profunda,

no Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet. O general trouxe, para definir as linhas mestras de sua economia, ninguém menos do que Milton Friedman, ícone do pensamento liberal nos anos 1970 e 1980.

O Estado se incumbiu de cumprir tarefas centrais para o padrão de acumulação capitalista.

A começar pela tarefa de **conter os movimentos sociais que pressionavam por salários e condições de vida melhores**. Além de servir para suprimir a oposição à ditadura, a repressão era **essencial para reduzir custos e ampliar a taxa de lucro** das empresas. O regime também garantia aos investidores estrangeiros que o fluxo de capital poderia ser direcionado ao Brasil com

a certeza de seu retorno a qualquer tempo.

Em contrapartida, o Estado contaria com uma oferta de capital internacional abundante e até então barato, que seria usado para fornecer a infraestrutura necessária à instalação de parques industriais, transmissão de energia, abastecimento de matérias-primas e escoamento da produção. Além disso:

O capital estrangeiro, transformado em dívida externa, dava a confiança de que haveria recursos, no médio e longo prazo, para sustentar o crescimento nacional.

Nos anos 1970, a economia brasileira respondia em ritmo surpreendente. Apenas Japão e Coreia cresceram mais rápido. **A propaganda**, tanto oficial quanto dos grandes meios de comunicação, **disseminou a expressão “milagre econômico”**, como que fruto da graça divina (a brincadeira de que “Deus é brasileiro” servia ao mesmo propósito). A ditadura parecia querer reeditar os absolutismos dos séculos XVII e XVIII, que se apresentavam ao povo como governos abençoados.

Começava a história do Brasil como país rico com muitos pobres.

O problema foi tratado com o argumento de que era preciso, primeiro, deixar o bolo crescer, para depois distribuí-lo.



➤ A crise do “milagre”

Este modelo entrou em crise a partir de meados dos anos 1970, por inúmeras razões. As principais delas foram o fim do padrão ouro, que fez com que o dólar viesse a sofrer oscilações abruptas, comandadas unilateralmente pela política econômica norte-americana, e as duas crises do petróleo (1973 e 1979), que fizeram o preço do petróleo triplicar.

O Brasil foi duramente atingido por sua dupla dependência: do dólar e do petróleo.

Desde o início, o “milagre” dava mostras de

sua perversidade.

Em 1970, a inflação era bastante alta, na casa dos 19,3%. O problema se agravaria com as crises internacionais. A inflação rompeu a barreira dos 100% (110,2% em 1980); depois, dos 200% (211% em 1983) e dos 1.000% (1.037,6, em 1988).

A hiperinflação, certamente, era um grande problema, mas era de fato um termômetro de problemas estruturais da economia.

Tabela 1 - taxa anual de inflação 1970-1989

Taxa anual de inflação			
Ano	%	Ano	%
1970	19,3	1980	110,2
1971	19,5	1981	95,1
1972	15,8	1982	99,7
1973	15,5	1983	211,0
1974	34,6	1984	223,8
1975	29,4	1985	235,1
1976	46,2	1986	65,0
1977	38,8	1987	415,8
1978	40,8	1988	1037,6
1979	77,2	1989	1782,9

Fonte: IGP/FGV (Índice Geral de Preços — Fundação Getúlio Vargas).

A inflação galopante, por mais de uma década, era tolerada por razões bastante conhecidas. **Quem mais perdia com ela era o trabalhador, cujo salário era corroído ao longo do mês.** Empresas e bancos se protegiam com aplicações do mercado financeiro. Os governos também se beneficiavam, pois seus gastos eram reduzidos no intervalo entre uma despesa autorizada e sua liquidação financeira.

A luta contra a inflação só se tornou de fato

uma obsessão quando passou a representar um problema grave para a economia internacional. Quando o risco sistêmico criou situações de efeito dominó, a crise de um país passava a contaminar toda a economia mundial. Para se ter uma ideia, **só na América Latina, decretaram a moratória do pagamento da dívida externa o México (1982), Uruguai, Chile e Venezuela (1983), Bolívia (1984) e Peru (1985).**

O Brasil também foi à bancarrota nos anos 1980.

Estava sob “estagflação” (inflação elevada e estagnação). Passou a ter suas contas monitoradas pelo FMI.

Em 1983, declarou-se quebrado, deixando de realizar pagamentos.

Em 1987, decretou moratória oficialmente.

Esta ficou conhecida como a “década perdida”. **Desemprego alto, salários baixos, preços dos alimentos fora de controle e crises de desabastecimento.** Mobilizações populares, como o movimento contra a

carestia (1978) e as greves do ABC paulista (1978, 1979 e 1980), mostravam a insatisfação social e faziam surgir novos personagens na cena política, o que incomodava os que representavam a política tradicional.

➤ 0 risco sistêmico e o pensamento único

A conjuntura potencialmente explosiva dos anos 1990 fez surgir um receituário neoliberal destinado a conter os problemas sistêmicos...

... trocando:

auxílio financeiro dos organismos internacionais, principalmente do FMI,

por:

- ✓ medidas de equilíbrio fiscal;
- ✓ redução da inflação;
- ✓ retorno dos pagamentos da dívida;
- ✓ privatização de empresas estatais;
- ✓ demissão de servidores públicos;
- ✓ redução, precarização ou mercantilização; da prestação de serviços
- ✓ “liberalização dos mercados”.

(um eufemismo que na verdade significa a abertura comercial dominada pelos interesses dos países capitalistas centrais).

A síntese desse receituário ganhou o nome de **Consenso de Washington**, nome de fantasia criado por um economista chamado John Williamson. A onda neoliberal varreu vários países e tomou conta de muitos governos. A expressão “consenso”, que supostamente é algo com o qual todos concordam, mal escondia a pretensão de pensamento único, a postura arrogante e o estilo agressivo desse ideário.

Vozes destoantes ou não eram levadas em conta, ou eram grosseiramente desqualificadas. Uma agenda conser-

vadora e um bloqueio a visões alternativas tentava fazer crer que problemas econômicos complexos e contextos diversos podiam ser tratados com soluções únicas, globais e tão simples como uma lista de compras de supermercado.

Muitas economias acabaram sendo conduzidas para a beira do abismo. Mas a inflação, em nível mundial, arrefeceu. Até 1993, como lembra o professor Theotônio dos Santos³, havia inúmeros exemplos de países com hiperinflação, e mesmo economias centrais exibiam taxas de inflação superiores a 10%.

A partir de 1994, a economia mundial presenciou a queda abrupta do ritmo de elevação dos preços, e a regra geral passou a ser a de taxas inferiores a 10%.

³ “Claro que em cada país apareceram os ‘gênios’ locais que se apresentaram como os autores desta queda. Mas isto é falso: tratava-se de um movimento planetário.” (SANTOS, 2010).

A partir de 1994 (Governo Itamar, sendo FHC seu ministro da Fazenda), tem início a era do Real. Um rígido plano de ajuste fiscal, com a submissão dos governos estaduais (ávidos por socorro financeiro imediato) levou à privatização de empresas estatais, contenção de gastos com servidores (política de ar-

rocho), comprometimento da prestação de serviços públicos, elevação de tarifas e descompromisso com os patamares estabelecidos pela Constituição Federal para o financiamento da seguridade social (educação, saúde, previdência e assistência social), a chamada desvinculação de receitas da União (DRU).

Ao contrário do que se apregoa, o governo FHC foi de grande instabilidade.

Passou por sérias turbulências, precisou de ajuda constante do FMI e chegou a ter, em pouco mais de um ano e meio (de agosto de 1997 a março de 1999), nada menos que três presidentes do Banco Central. **O processo de saída do regime de câmbio fixo para o de câmbio variável foi desastroso para o Brasil e teve grande impacto no Mercosul.** O comércio entre os países do bloco reduziu-se à metade, em relação a seus

valores de 1997. A Argentina sofreu as maiores agruras.

O contexto crítico abalou a presidência de FHC e explica a grande impopularidade que até hoje ostenta. Em plena campanha eleitoral de 2002, a tentativa de canalizar os riscos da economia para solapar a candidatura de Lula acabou surtindo efeito contrário, desgastando tanto o governo quanto o candidato governista.

➤ Aspectos combinados de um novo modelo

De todo modo, a situação delicada do país, a bolha inflacionária de 2002 (que projetava inflação anual na casa dos 2 dígitos), a forte valorização do dólar (que havia beirado os 4 reais), e o receio de que a situação tivesse o mesmo desfecho vivido pela Argentina, **levou Lula a assumir compromissos considerados pelo mercado como surpreendentes.**

Consubstanciados na “Carta aos Brasileiros”, esses compromissos sintetizavam uma trajetória de **mudança no programa econômico do PT** (CERQUEIRA, 2010). Em parte, a mudança se devia a um processo de aprendizado. De outra, significava adaptação e uma estratégia gradualista de mudanças, diante de uma correlação de forças desfavorável, mesmo considerando a vitória eleitoral de 2002 como um fator de peso.

Lula iniciou o governo, em 2003, gerando um grande choque de expectativas. A “Carta” já havia antecipado o remédio, mas a surpresa maior estava na dose.

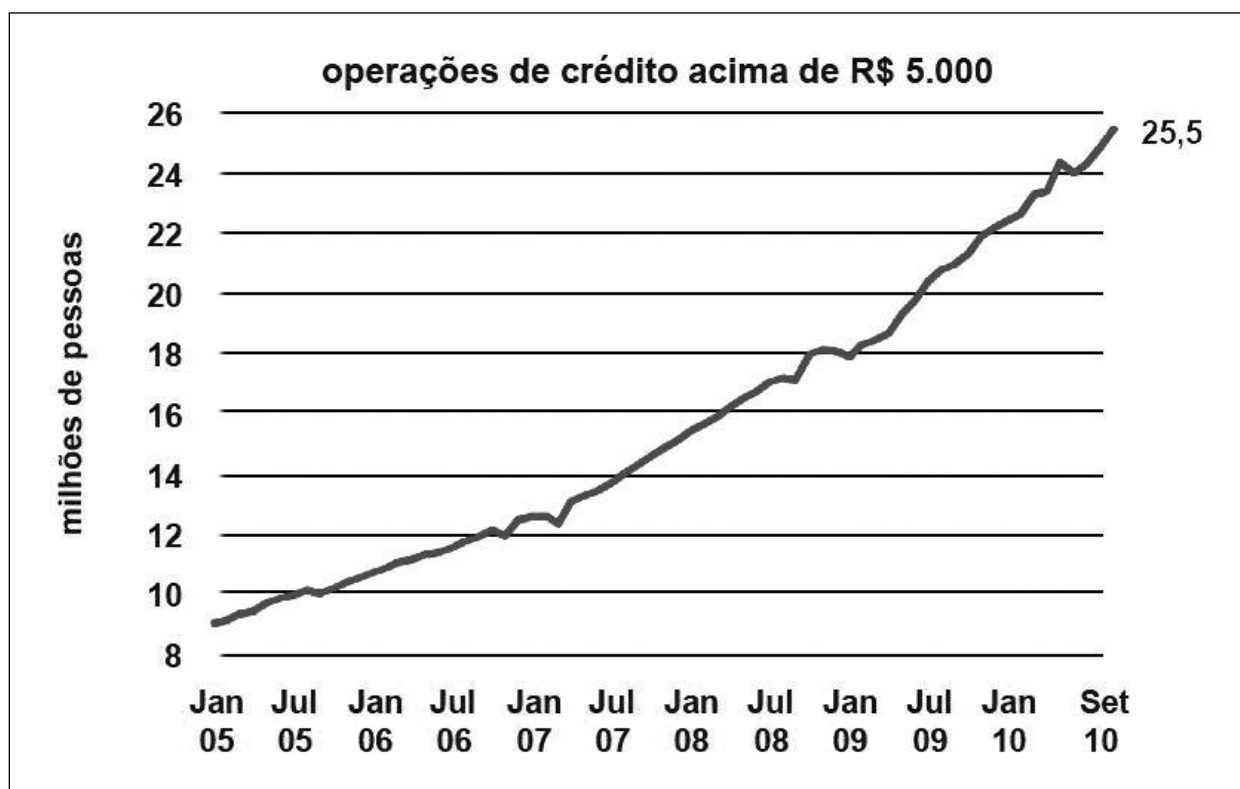
A taxa de juros Selic, fixada pelo Banco Central, seria elevada a 26,5%, em fevereiro de 2003. Impôs-se uma meta de superávit primário de 4,25% do PIB, superior à de FHC e à recomendada pelo Fundo Monetário Internacional.

A estratégia foi decisiva para acalmar o mercado e permitir que Lula iniciasse um processo de transição entre a fase de “arrumar a casa” para a de implementação de mudanças. O objetivo era, passado o primeiro ano, construir um cenário mais favorável do que o herdado em 2002, apelidado pelo próprio Lula como “herança maldita”.

**Num cenário ideal, a economia alcançaria,
“pela primeira vez na história do País”, uma combinação de:**

- ➡ **Crescimento do PIB** a taxas satisfatórias para criar oportunidades de emprego, tanto para o contingente de trabalhadores que já estava em situação de desalento, quanto para as novas gerações que ingressavam no mercado de trabalho;
- ➡ **Estabilidade macroeconômica**, com inflação baixa, dólar estável (mesmo que flutuante), balança comercial superavitária e entrada de dólares para garantir o fluxo de investimentos externos e obter a confiança dos investidores;
- ➡ **Redução acelerada da pobreza** e melhoria dos indicadores de igualdade, com prioridade para o combate à fome e à miséria. As políticas públicas a esse respeito foram reformuladas e melhor coordenadas;
- ➡ **Expansão do crédito** e abertura de oportunidades para a economia popular (bancarização, financiamento à agricultura familiar, economia solidária, eletrificação rural, ampliação das operações de microcrédito, entre outras).

Gráfico 1 – Acesso a crédito de 2005 a 2010



Fonte: Banco Central do Brasil, 2010.

➤ Mercado de massas e redução da pobreza

O modelo econômico do governo Lula significava, **em parte, um resgate de uma premissa do nacional-desenvolvimentismo**, no que se refere ao apoio do Estado ao empresariado nacional, em seu processo de acumulação de capital. Mas foi complementado com algo que nunca havia sido o centro da política econômica de um governo: **a formação de um poderoso mercado interno de massas**.

Além de proteger as camadas sociais pobres com

a política de redução da inflação para níveis bem mais baixos dos que a média do período de FHC, **houve uma política sistemática de elevação do salário mínimo** (LASSANCE, 2010).

A criação de uma dinâmica interna, capaz de gerar crescimento econômico endógeno (impulsionado por razões internas) **diminuiria parte da dependência da economia brasileira de fluxos instáveis da demanda internacional** por mercadorias.

Conforme o programa de governo de de 2002:

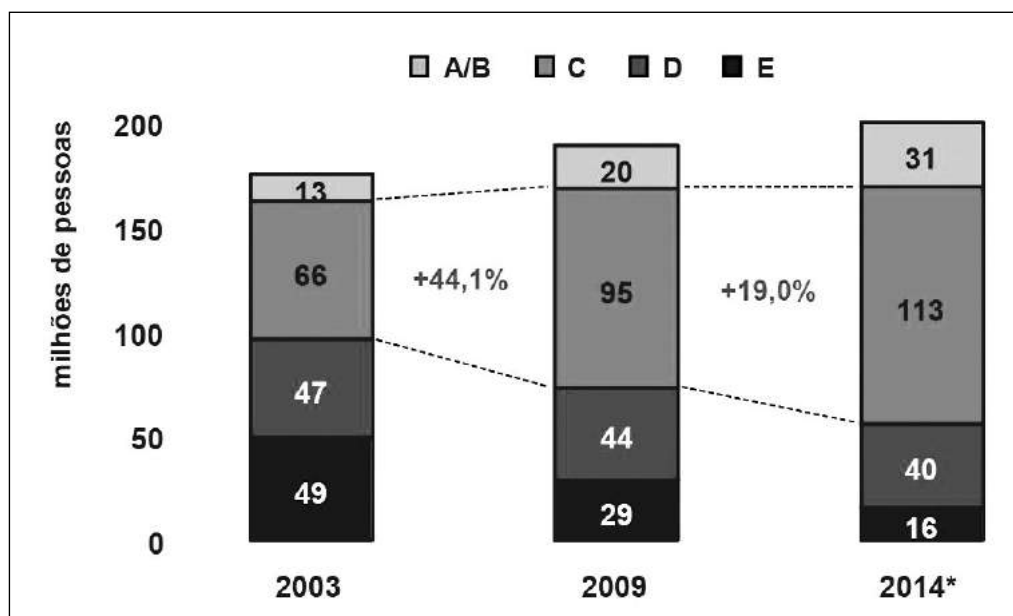
O motor básico do sistema é a ampliação do emprego e da renda *per capita* e, conseqüentemente, da massa salarial que conformará o assim chamado mercado interno de massas. O crescimento sustentado a médio e longo prazo resultará da ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda. (PT, 2020).

A criação deste novo modelo, que deveria superar a fase mais difícil (2003), sofreu um revés em 2004,

sendo retomada em 2005 e acelerada a partir do segundo mandato de Lula (2007 a 2010).

O resultado mais importante foi que cerca de 30 milhões de brasileiros ascenderam à classe média, e outros 30 milhões saíram da miséria absoluta para a pobreza.

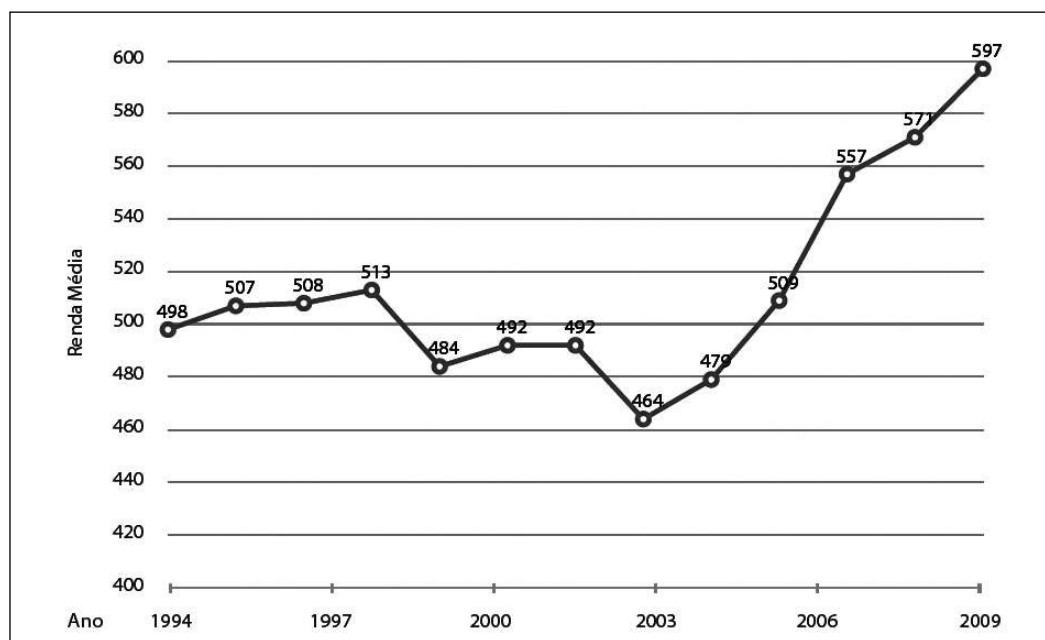
Gráfico 2 – Expansão da classe média



Fonte: Banco Central do Brasil, 2010, com base em dados do IBGE.

A partir de 2003, ocorreu uma forte queda da proporção da população que vivia abaixo da linha de pobreza. A elevação da renda dos mais pobres acelerou-se.

Gráfico 3 – Renda domiciliar *per capita* média

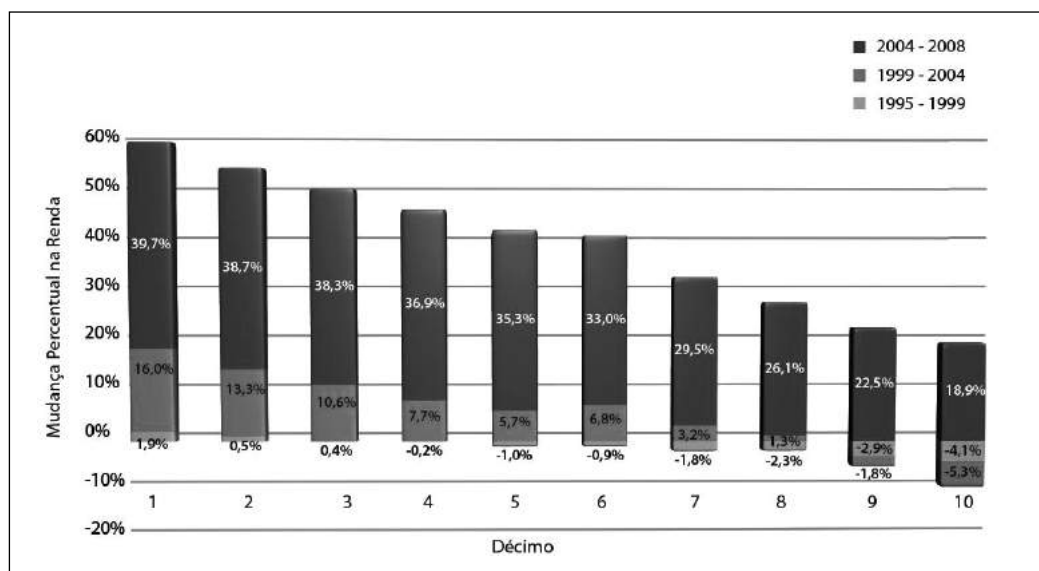


Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011.

O gráfico a seguir mostra o crescimento da renda entre as parcelas mais pobres e mais ricas da população. O décimo 1 é o mais pobre, o 10, o mais rico. A partir de 2004, a renda de todos os décimos cresceu, mas cresceu

bem mais entre os mais pobres. **Quanto mais próximo do décimo mais pobre, maior o aumento.** A renda do décimo mais pobre (1) aumentou 39,7% de 2004 a 2008, enquanto a renda do décimo mais rico cresceu 18,9%.

Gráfico 4 – Taxas de crescimento da renda média entre ricos e pobres

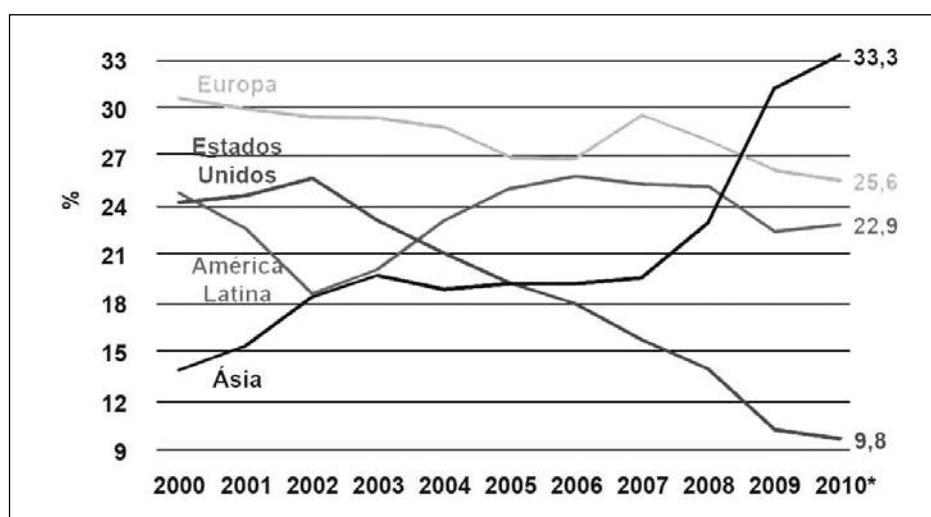


Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011.

O Brasil diversificou sua estrutura produtiva e sua pauta de exportações. Embora tenha aumentado o volume de vendas para Estados Unidos e Europa, em

relação à última década, diminuiu proporcionalmente seu peso na pauta exportadora, elevando o de outros continentes e blocos comerciais.

Gráfico 5 – Diversificação das exportações



Fonte: Banco Central do Brasil, com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Hoje, o Brasil tem três dos dez maiores bancos do mundo (outros quatro são chineses). A Vale é a segunda maior mineradora. A Petrobras é a quarta empresa petrolífera do mundo e a quinta empresa global por seu valor de mercado. A Embraer é a terceira maior empresa

aeronáutica, atrás apenas da Boeing e da Airbus. O JBS Friboi é o primeiro frigorífico de carne de gado bovino do mundo. A Braskem é a oitava maior petroquímica do planeta. (FIORI, 2010). Suas maiores empreiteiras estão internacionalizadas, atuando em todos os continentes.

O Brasil é qualificado como um dos BRIC, acrônimo criado pelo banco de investimentos Goldman Sachs para identificar o que considera como a elite dos países emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China), aqueles que reúnem as melhores perspectivas de crescimento para os próximos 20 anos.

Em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2008, o presidente Lula destacou que:

“As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que é chegada a hora da política.”

A afirmação demarca o momento de reversão internacional do predomínio absoluto da economia política neoliberal, o que não significa que ela esteja ferida de morte. Ao contrário, os liberais sempre se mostraram capazes de entrar em um longo processo de hibernação, enquanto aguardam, pacientemente, o momento propício para perpetrar novas ofensivas.

No entanto, fica destacado o caráter político

das decisões que regem as economias. Os modelos econômicos são produto de uma correlação de forças, de batalhas no campo das ideias, e de avanços do plano democrático.

São estas forças que dão a exata dimensão do desenvolvimento de um país e mostram, no caso brasileiro, o imenso desafio que ainda permanece de superação da miséria e redução da pobreza.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1

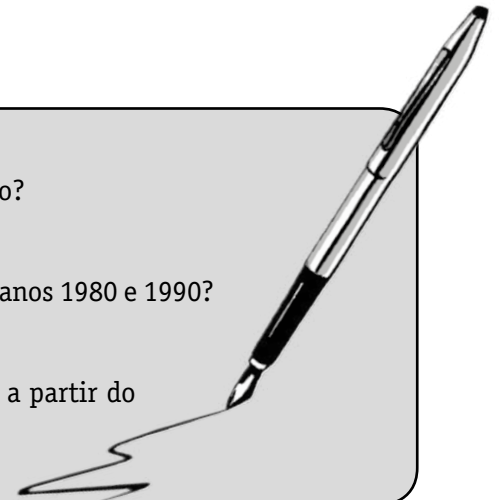
Quais as principais características do nacional-desenvolvimentismo?

2

Como e por que a inflação tornou-se grande “vilã” da economia, nos anos 1980 e 1990?

3

Que tipo de aspectos são distintos no modelo de desenvolvimento a partir do Governo Lula?



Referências (Anexo I)

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BIONDI, Aloysio Biondi. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
Disponível em http://www2.fpa.org.br/uploads/Brasil_Privatizado.pdf
- BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Mensagem ao Congresso Nacional 2011**: Orçamentos da União exercício financeiro 2011: projeto de lei orçamentária. Brasília, 2010. Brasília: Presidência da República, 2011.
- CERQUEIRA, Kléber Chagas. **As Propostas de Política Econômica do PT entre 1989 e 2006**: um exame sob o referencial teórico das coalizões de defesa. Brasília: Universidade de Brasília/Instituto de Ciência Política. Dissertação de mestrado, 2010.
- FIORI, J. L. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional. In: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Inserção internacional brasileira**: temas de política externa. Livro 3, vol. 1. Brasília: IPEA, 2010.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desenvolvimento**: o debate pioneiro de 1944-1945. Brasília: IPEA, 2010 (a).
Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Simonsen_Vol.1.pdf
- LASSANCE, Antonio. O real da miséria e a miséria do Real. São Paulo, **Carta Maior**, 20 julho 2010.
- MANTEGA, Guido. **Economia política brasileira**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.
- PT, Partido dos Trabalhadores. **Programa de Governo 2002**. São Paulo: PT, 2002. Coligação Lula Presidente.
- SANTOS, Theotônio dos. Carta aberta a Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: **Carta Maior**, 20 julho 2010.

ANEXO II

A Fábula das Abelhas

O Poema original foi publicado pela primeira vez em 1705, sob o título de *The Grumbling Hive or Knaves turn'd Honest* (A Colméia Murmurante ou Os Velhacos que se tornaram honestos). *Bestseller*, durante o século XVIII e boa parte do século XIX, – a despeito de ter sido publicamente condenado –, já foi definido como uma mescla de anarquismo filosófico e utilitarismo cético. Seu autor é Bernard Mandeville.

Em resposta às críticas que espocaram com extrema virulência à sua “Fábula”, Bernard Mandeville, argumenta:

“...uma das razões que leva as pessoas a mal compreenderem a si mesmas é o fato de a maioria dos escritores estarem sempre a dizer-lhes como devem ser, e não como de fato são.” “De minha parte”, acrescenta, “acredito que o homem (além de pele, carne, ossos e tudo o que é evidente aos olhos) é um composto de várias paixões; que todas elas, provocadas e detonadas, governam o homem uma a uma, queira ele ou não”¹.

A obra de Mandeville traz dois elementos importantes para a Teoria Econômica:

1º. a distinção entre o normativo e o positivo, ou seja, o que deve ser e o que é, com ênfase neste último e,

2º. o reconhecimento de que o ser humano está sujeito à influência das paixões.

Veja a íntegra do longo poema no link abaixo:

<http://pt.scribd.com/doc/45361743/A-colmeia-murmurante-ou-os-velhacos-se-tornaram-honestos>

¹ Citado por Bianchi, Ana Maria. op cit. Pág. 150

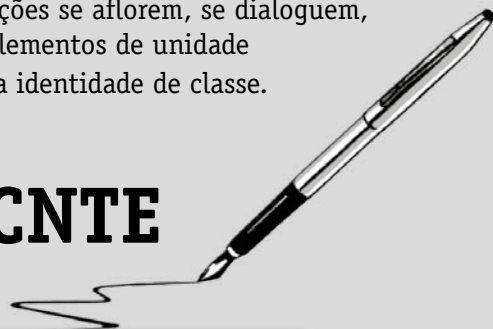
Mensagem final da CNTE

Eis aqui o terceiro fascículo do **Eixo Conceção Política e Sindical**.
Nesta introdução à Economia Política, a única pretensão é a de que este texto seja instrumento para que os dirigentes sindicais possam fazer a leitura dos fatos sociais com a devida precisão, que os encaminhamentos da luta requer.

Temos certeza de que todos aqueles que estão envolvidos nesta primeira Etapa deste Programa de Formação, comungam da convicção de que investir na formação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, que atuam direta ou indiretamente no movimento sindical, é apostar em novas possibilidades para o futuro do sindicalismo e do nosso país, com maior igualdade e justiça social.

Esperamos que este caderno de formação tenha contribuído para estimular o debate entre os diferentes atores/sujeitos participantes do Programa, criando condições necessárias para que as nossas concepções se aflorem, se dialoguem, se confrontem e busquem, na diversidade, os elementos de unidade para uma ação unificada e fortalecedora da nossa identidade de classe.

A Direção da CNTE



DAS UTOPIAS

*“ Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos se não fora
A mágica presença das estrelas! ”*

Mario Quintana - Espelho Mágico

Indicações de filmes



Gandhi

DIREÇÃO: Richard Attenborough

RESUMO: O filme retrata a vida de Mahatma Gandhi, considerado o principal líder da luta pela independência da Índia, após décadas de dominação do imperialismo inglês. Apesar de biográfico e de não entrar em discussões político-ideológicas, o filme mostra a situação de pobreza e exploração do povo indiano e momentos marcantes de sua luta e organização, como o terrível massacre em Amristar, onde os ingleses atingiram 15 mil homens, mulheres e crianças desarmados e a dramática marcha, até o mar, na qual Gandhi liderou milhares de seus conterrâneos indianos, a provar que o sal marinho pertencia a todos e não era apenas uma mercadoria britânica. Colocou em prática a política de Desobediência Civil, fundamentada no princípio da ação não violenta, considerada por ele como

a maior força a ser empregada na defesa dos direitos das pessoas. Apesar da simplicidade, Gandhi era um homem de família rica, estudou Direito na Inglaterra e viveu na África do Sul. Pertencia ao “Partido do Congresso” que representava os interesses da maioria hindu. Foi durante a luta pela independência que surgiu a divisão político-religiosa entre hindus e muçulmanos, que culminou com a divisão da região, originando dois países, a Índia e o Paquistão.

Giordano Bruno (1973 - Itália)

DIREÇÃO: Giuliano Montaldo

RESUMO: Retrata a vida do astrônomo, matemático e filósofo italiano, frade dominicano na juventude, Giordano Bruno. Pensador de opiniões audazes e independentes, Bruno foi queimado vivo na fogueira da Inquisição em 17 de fevereiro de 1600, na praça de Fores, em Roma. Herege convicto, escreveu inúmeros trabalhos refutando os dogmas fundamentais do atolicismo. Suas críticas científicas à religião fizeram com que a Santa Sé o considerasse um inimigo perigoso da Igreja. Submetido à cruel tortura, enfrentou, altivamente, os interrogatórios, sustentando suas ideias da presença de Deus em cada fração da matéria.

Amistad (EUA, 1997)

DIREÇÃO: STEVEN SPIELBERG

RESUMO: Em 1839, dezenas de africanos a bordo do navio negreiro espanhol La Amistad matam a maior parte da tripulação e obrigam os sobreviventes a levá-los de volta à África. Enganados, desembarcam na costa leste dos Estados Unidos, onde, acusados de assassinios, são presos, iniciando um longo e polêmico processo, num período onde as divergências internas do país, entre o norte abolicionista e o sul escravista, caracterizavam o prenúncio da Guerra de Secessão.

Caminho para Guantánamo (2006)

DIREÇÃO: Michael Winterbottom, Mat Whitecross

RESUMO: O drama real de quatro jovens ingleses de origem paquistanesa, moradores da cidade de Tripton, Inglaterra. Confundidos com terroristas, eles são arbitrariamente presos na base naval de Guantánamo, em Cuba. Em 2001, o jovem Asif viaja à terra natal dos pais para conhecer sua noiva, levando consigo os amigos Ruhel, Shafiq e Monir. Atendendo ao apelo de um líder muçulmano local, eles partem como voluntários para o Afeganistão, mas não conseguem retornar e são capturados pelas forças aliadas. Encarcerados em Guantánamo, durante dois anos e meio, passam por toda sorte de tortura e humilhações. Com locações reais no Paquistão e no Afeganistão, as cenas ambientadas em Guantánamo foram rodadas no Irã. O filme explora a linguagem do “docudrama”, transitando no limite entre o documental e a recriação dramática. Conquistou o Urso de Prata para a direção no Festival de Berlin 2006.

Cidade de Deus (Brasil/2002)

DIREÇÃO: Fernando Meireles

RESUMO: O filme Cidade de Deus, bem como seu sucesso de bilheteria, construiu um fato político, pois desnuda o Brasil da dívida social e dos excluídos, escancarando, por meio da linguagem artística, o apartheid social existente no país. Narrando aventuras individuais para traçar um amplo painel da realidade urbana, retrata o mundo da periferia da ótica do morador da favela. Mostra um mundo, que, em grande parte, é desconhecido das populações das classes médias, que, só veem a favela como um cenário distante, formado por um amontoado de barracos, ou como assunto de noticiários policiais, amplamente explorados pela mídia televisiva.

Terra em Transe (1967)

DIREÇÃO: Glauber Rocha

RESUMO: Uma alegoria que narra as desventuras políticas ocorridas no fictício país Eldorado. Sob o olhar do jornalista Paulo, acompanhamos a luta pelo poder travado entre o populista religioso Porfirio Diaz e o governador Felipe Vieira, ambos sedentos pelo mais alto posto do país. Apesar da narrativa confusa (talvez para demonstrar a falta de organização da política), é um ótimo filme de Glauber Rocha, que teve a coragem de retratar tais personagens, numa conturbada época brasileira. Personagens, aliás, belamente interpretados por um elenco competente e experiente. A fita fez parte da seleção oficial do Festival de Cannes e é um marco do Cinema Novo.

Dr Zhivago (EUA/1965)

DIREÇÃO: David Lean

RESUMO: O filme conta sobre os anos que antecederam, durante e após a Revolução Russa pela ótica de Yuri Zhivago (Omar Sharif), um médico e poeta. Yuri fica órfão, ainda criança, e vai para Moscou, onde é criado. Já adulto, se casa com a aristocrática Tonya (Geraldine Chaplin), mas tem um envolvimento com Lara (Julie Christie), uma enfermeira que se torna a grande paixão da sua vida. Lara, antes da revolução foi estuprada por Victor Komarovsky (Rod Steiger), um político sem escrúpulos que já tinha se envolvido com a mãe de Lara, e se casou com Pasha Strelnikoff (Tom Courtenay), que se torna um vingativo revolucionário. A história é narrada em flashback por Yevgraf de Zhivago (Alec Guinness), o meio-irmão de Yuri que procura a sua sobrinha, que seria filha de Zhivago com Lara. Enquanto Strelnikoff representa o “mal”, Yevgraf representa o “bom” elemento da Revolução Bolchevique.

Referências

- ALCOFORADO, Fernando - Globalização - Livraria Nobel S/A. São Paulo/SP 1997.
- BERNARDO, João - Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos(as) trabalhadores(as) - Boitempo Editorial - São Paulo/SP - 2000.
- BENJAMIM, César et al. A Opção Brasileira -Contraponto Editora - Rio de Janeiro/RJ - 1998
- BIANCHI, Ana Maria - A Pré - História da Economia: de Maquiavel a Adam Smith - Economia e Planejamento - Editora Hucitec-São Paulo - 1988
- BORCHART, Julian - Karl Marx: O capital. Edição resumida - Editora Zahar 6ª Edição - Rio de Janeiro/RJ - 1980.
- CAMARGO, José M. (Org.). Distribuição de Renda no Brasil. Editora Paz e Terra - Rio de Janeiro/RJ, 1991.
- CANO, Wilson - Reflexões Sobre O Brasil e a Nova (Des) Ordem Internacional - Editora Unicamp - São Paulo/SP - 1995.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim - A teoria Monetária de Marx: uma Abordagem pós keynesiana - In Anais do XIV Encontro Nacional de Economia (p. 245-284) Anpec Vol. I - Brasília/DF - 1986.
- CASTORIADIS, Cornelius - A Instituição Imaginária da Sociedade Editora Paz e Terra - 3ª Edição - Rio de Janeiro/RJ - 1991.
- COUTINHO, Mauricio Chalfin - Marx: Notas Sobre a Teoria do Capital Economia e Planejamento - Editora Hucitec - São Paulo/SP - 1997.
- DOBB, Maurice - Economia Política e Capitalismo - Editora Graal Vol. 02 - Rio de Janeiro/RJ - 1978.
- DOPFER, Kurt (Org.) - A Economia do Futuro: Em busca de um novo Paradigma - Editora Zahar - Rio de Janeiro/RJ - 1979.
- DUMONT, René - Um Mundo Intolerável: O liberalismo em questão Editora Revan - Rio de Janeiro/RJ - 1989.
- EINSTEIN, Albert - Escritos da Maturidade - Editora Nova Fronteira Rio de Janeiro/RJ - 1994.
- FERREIRA, Assuéro - Limites da Acumulação Capitalista: Um Estudo da Economia Política de Michal Kalecki - Economia e Planejamento Editora Hucitec - São Paulo/SP - 1996.
- FERREIRA, Eudson de Castro - Introdução a Sociologia - SINTEP/MT. Cuiabá/MT - Março 2000.
- GIDDENS, Anthony - A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro social-democracia - Editora Record - Rio de Janeiro/RJ - 1998.
- GUDIN, Eugenio - Princípios de Economia Monetária - Editora Agir 1ª Edição Vol. I e II 9ª Edição - Rio de Janeiro/RJ - 1976.
- HARNECKER, M. & URIBE, Gabriela - Imperialismo e Dependência Global Editora - São Paulo/SP - 1980.
- HAYEK, Friedrich A. Von - A Pretensão do Conhecimento - Edições Multiplic Ano II Número 05 - Rio de Janeiro/RJ - 1982.
- O Caminho da Servidão - 5ª Edição - Instituto Liberal - Rio de Janeiro/RJ 1990.
- HIRSCHMAN, Albert O. - A Economia como Ciência Moral e Política - Editora Brasiliense S.A - São Paulo/SP - 1986.
- HOBBSBAUWN, Eric - As Origens da Revolução Industrial - Coleção Bases 21 - Global - Editora - São Paulo/SP -1979.
- HOLANDA, Francisco U. Xavier - Do Liberalismo ao Neoliberalismo - EDIPUCRS Coleção Filosofia nº. 75 - Porto Alegre/RS - 1998.
- HUGON, Paul - História das Doutrinas Econômicas - Editora Atlas 13ª Edição - São Paulo/SP - 1976.
- HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard - História do Pensamento Econômico - Editora Vozes - Petrópolis/RJ - 1982.
- IANNI, Octavio - Teorias da Globalização - Editora Civilização Brasileira 4ª Edição - Rio de Janeiro/RJ - 1995.



- JEVONS, W. Stanley - A Teoria da Economia Política - Coleção Os Economistas - Editora Abril - São Paulo/SP - 1983.
- KEYNES, John Maynard - A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda - Coleção Os Economistas. Editora Abril - São Paulo/SP 1983.
- LASKI, Harold J. - O Manifesto Comunista de Marx e Engels - Editora Zahar 2ª Edição - Rio de Janeiro/RJ - 1978.
- MACPHERSON, C. B. - Ascensão e Queda da Justiça Econômica e Outros Ensaio - Editora Paz e Terra - Rio de Janeiro/RJ - 1991.
- MARSHALL, Alfred - Princípios de Economia - Coleção Os Economistas Vol. I e II - Editora Nova Cultural - São Paulo/SP - 1985.
- MORISHIMA, M. e CATEPHORES, George - O Valor, Exploração e Crescimento: Marx à luz da teoria econômica moderna - Editora Zahar - Rio de Janeiro/RJ - 1980.
- MENGER, Carl - Princípios de Economia Política - Coleção os Economistas - Editora Abril - São Paulo/SP - 1983.
- MIGLIOLI, Jorge (Org.) - KALECKI in Coleção Grandes Cientistas Sociais nº. 16 - Editora Ática - São Paulo/SP - 1980.
- MILL, Stuart - Princípios de Economia Política - vol. 01 - Coleção os Economistas - Editora Nova Cultura 2ª edição - São Paulo/SP - 1986.
- NAPOLEONI, Cláudio - O Pensamento Econômico do Século XX Coleção Economia Vol. 05 - Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/RJ - 1979.
- Smith, Ricardo, Marx - Editora Graal 2ª Edição - Rio de Janeiro/RJ - 1981.
- O Futuro do Capitalismo - Biblioteca de Economia Vol. 09 - Edições Graal - Rio de Janeiro/RJ - 1982.
- RICARDO, David - Princípios de Economia Política e de Tributação Fundação - Calouste ulbenkian 3ª Edição - Lisboa 1983.
- ROBINSON, Joan - Filosofia Econômica - Editora Zahar - Rio de Janeiro/RJ - 1979.
- Contribuições à Economia Moderna - Zahar Editores - Rio de Janeiro/RJ - 1979.
- Introdução à Teoria do Emprego - Editora Forense Universitária 4ª Edição - Rio de Janeiro/RJ - 1990.
- RUBIN, Isaak Illich - A Teoria Marxista do Valor - Editora Brasiliense. São Paulo/SP - 1980.
- SANDRONI, Paulo - Exercícios de Economia: (os mercantilistas, Smith, Ricardo e Marx em sala de aula) - Editora Espaço e Tempo - Rio de Janeiro/RJ - 1988.
- Traduzindo o Economês - Editora Best Seller - São Paulo/SP - 2000.
- SAY, Jean-Baptiste - Tratado de Economia Política (Capítulo XV) Os Mercados - Nova Cultural - 1986.
- SHUMPETER, Joseph A. - Teorias Econômicas de Marx a Keynes Editora Zahar - Rio de Janeiro/RJ - 1970.
- SILVEIRA, Alair - Teoria Política - SINTEP/MT - Maio 2000 SIMONSEN, Mario H. - Frenesi Liberalista In Revista Veja. Páginas 84-89 - 20 de maio de 2000.
- SINGER, Paul - Curso de Introdução à Economia Política - Editora Forense Universitária 7ª Edição - Rio de Janeiro/RJ - 1982.
- SMITH, Adam - Riqueza das Nações - Editora Hemus - São Paulo/SP - 1981.
- STEWART, Michael - A Moderna Economia: Antes e Depois de Keynes Editora Atlas 1ª Edição - São Paulo/SP - 1976.
- WALRAS, Leon - Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura Coleção Os Economistas - Editora Nova Cultural - São Paulo/SP - 1986.
- WEBER, Max - A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo - Editora Pioneira - 15ª Edição - São Paulo/SP - 2000.

Projeto Gráfico

Esta publicação foi elaborada em 21 x 27,5 cm, com mancha gráfica de 18 x 23,5 cm,
fonte ITC Oficina Serif 11 pt, papel offset 90g, P&B, impressão offset, encadernação colado quente.

Edição Impressa

Tiragem: xxx exemplares

Gráfica xxx

Novembro de 2011